

ARMÊNIO NEVES DA SILVA

**DINÂMICA SOCIOESPACIAL E PRODUÇÃO HABITACIONAL  
NA PERIFERIA DE MAPUTO-MOÇAMBIQUE A PARTIR DA  
DÉCADA DE 1970: DESTAQUE PARA OS BAIRROS POLANA  
CANIÇO “A” E “B”**

Florianópolis

2011



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

Arménio Neves da Silva

**DINÂMICA SOCIOESPACIAL E PRODUÇÃO HABITACIONAL  
NA PERIFERIA DE MAPUTO-MOÇAMBIQUE A PARTIR DA  
DÉCADA DE 1970: DESTAQUE PARA OS BAIRROS POLANA  
CANIÇO “A” E “B”**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Mestre em Geografia, Concentração em Desenvolvimento Regional e Urbano.

Orientador: Ewerton Vieira Machado

Florianópolis

2011

Catálogo na fonte elaborada pela biblioteca da  
Universidade Federal de Santa Catarina

S586d Silva, Arménio Neves da  
Dinâmica socioespacial e produção habitacional na periferia  
de Maputo-Moçambique a partir da década de 1970 [dissertação]  
: destaque para os bairros Polana Caniço "A" e "B" / Arménio  
Neves da Silva ; orientador, Ewerton Vieira Machado. -  
Florianópolis, SC, 2011.  
188 p.: il., grafs.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa  
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de  
Pós-Graduação em Geografia.

Inclui referências

1. Geografia. 2. Habitação popular. 3. Política  
habitacional. 4. Política social. 5. Maputo (Moçambique).  
I. Machado, Ewerton Vieira. II. Universidade Federal de Santa  
Catarina. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDU 91

**Dinâmica socioespacial e produção  
habitacional na periferia de Maputo-  
Moçambique, a partir da década de 1970:  
Destaque para os bairros Polana Caniço “A”  
e “B”.**

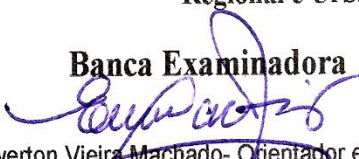
**Arménio Neves da Silva**

Esta Dissertação foi julgada e aprovada em sua  
forma final para obtenção do título de

**MESTRE EM GEOGRAFIA**

**Área de concentração: Desenvolvimento  
Regional e Urbano**

**Banca Examinadora**



Dr. Ewerton Vieira Machado- Orientador e Presidente –  
GCN/UFSC



Dr. Elson Manoel Pereira –GCN/UFSC



Dr. Silvio Marc'us de Souza Correa – PPHST/UFSC

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Magaly Mendonça  
Coordenadora do PPGG/UFSC

Florianópolis, 02 de março de 2011



Aos meus pais Silvério e Alice pelo carinho, educação, incentivo a vida e a formação acadêmica; Aos meus avos Francisco e Rachel (in memoriam); Aos meus irmãos, padrinhos, tios, tias e primos. Que Deus vos abençoe.





## **AGRADECIMENTOS**

A realização de uma pesquisa científica é um exercício que demanda tempo, recursos e criatividade intelectual do pesquisador. Mesmo que seja de uma única pessoa, o trabalho científico apenas se concretiza diante das contribuições vindas de outras individualidades. Assim, quero endereçar meu especial agradecimento a todos e todas que, direta ou indiretamente, colaboraram para que esta pesquisa se tornasse possível.

Primeiro quero agradecer aos governos de Moçambique e do Brasil, representados pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e (CNPq) respectivamente, pela oportunidade concedida para prosseguir com a minha formação acadêmica no curso de Geografia na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Agradeço também ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFSC pela possibilidade de realizar o curso de Mestrado. Agradeço a toda comunidade UFSC que é principal colaboradora da formação acadêmica de nacionais e estrangeiros que passam por essa instituição de ensino.

Ao Dr. Ewerton Viera Machado (meu orientador) pelo tempo dedicado e as discussões que serviram de suporte para a realização desta pesquisa. Agradeço também pelos livros emprestados que me auxiliaram nas discussões teóricas que esteiam este trabalho.

Agradeço ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia pelos ensinamentos que me possibilitaram tecer novos olhares sobre a interação entre dinâmicas locais e globais. Ainda no Departamento de Geociências agradeço a Marli Teresinha da Costa, secretaria dedicada e exemplar, que com o seu profissionalismo esteve sempre atenta as minhas e as solicitações dos alunos e professores daquele curso.

À banca de qualificação do projeto pelas sugestões e o incentivo para a realização da pesquisa. Agradeço ao Dr. Ewerton Viera Machado, Elson Manuel Pereira, Silvio Marcos de Souza e Pio Pereira dos Santos.

Agradeço também ao professor Fernando Kinoshita (CSE-UFSC) pelos ensinamentos e debates em matéria de “Cooperação internacional para o Desenvolvimento Sustentável”. Disciplina que ministrou.

Agradeço a Professora Maria Lucia do Camargo (Pró-reitora da Pós-Graduação) que, pela sua sensibilidade e generosidade, concedeu o auxílio para a realização do trabalho de campo em Moçambique que se revelou imprescindível para a concretização desta pesquisa.

Endereço meus agradecimentos à Dra. Inês Raimundo Macamo (UEM) e ao Dr. Aristides Baloi (UEM) por terem depositado sua credibilidade na minha pessoa e incentivado a concretização deste desafio no Brasil.

Agradeço ao Dr. Alexandre Monteiro Baia (UEM) e ao Professor- Catedrático Manuel G. Mendes de Araujo (UEM) pelas suas considerações acerca dos aspetos que vem marcando a urbanização da cidade de Maputo. Seus pontos de vista foram relevantes para a compreensão dos processos socioespaciais registrados nesse centro urbano.

Ao Sr. Pedro Chávez (brasileiro e residente em Moçambique a mais de três décadas) pela atenção dispensada para que pudéssemos dialogar sobre a dinâmica registrada pela sociedade moçambicana nos últimos trinta anos. Suas contribuições foram também importantes para a releitura dos processos socioespaciais decorrentes na urbanização da cidade de Maputo particularmente no que tange a produção habitacional.

Agradeço também ao arquiteto João Teodósio Tique pelo material disponibilizado, particularmente a sua tese de doutorado, que contribuiu para a análise sobre a relação entre habitação e meio ambiente.

Agradeço ao José Avelino Cumbane pela sua contribuição e sugestões na realização do trabalho de campo particularmente na aplicação do questionário e na leitura dos aspetos que caracterizam a situação habitacional na periferia da cidade de Maputo concretamente nos bairros Polana Caniço “A” e “B”.

Os meus agradecimentos vão também aos colegas da turma de mestrado (2009-2011) que através debates em aulas, intercalados por inesquecíveis momentos de confraternização, deram ricas contribuições durante a preparação do projeto de pesquisa.

A todos quanto não pude mencionar e que participaram deste momento importante da minha formação acadêmica. Muito obrigado! A ida ao um país estrangeiro é uma experiência impar na vida de uma pessoa. Uma excelente oportunidade para conhecer outras culturas, adquirir novos valores e ensinamentos importantes tanto na construção do individuo como ser social quanto para a formação acadêmica e profissional. Um abraço fraterno ao povo brasileiro

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar aspectos da urbanização da cidade de Maputo-Moçambique a partir da década de 1970 com ênfase na produção e situação habitacional do estrato social de baixa renda situado na periferia. Para esse estudo, foram escolhidos os bairros Polana Caniço “A” e “B” que, nas suas devidas proporções, revelam as transformações registradas pela sociedade moçambicana cuja evolução foi marcada por momentos de rupturas, continuidades e descontinuidades. O mundo (política e economicamente globalizado) imerso na contenda da guerra fria influenciou, direta ou indiretamente, a dinâmica socioespacial local fato que se manifestou na estruturação do Estado-Nacional e com a crise sociopolítica que o acompanhou. Em meados da década de 1970 com a derrocada do sistema colonial e instauração da República Popular de Moçambique o Estado socialista, apoiado pelas organizações sociais de massas, tornou-se o principal agente da dinâmica socioterritorial nacional. Esses eventos propiciaram a ocorrência de outros processos no espaço urbano de Maputo que se manifestaram com a expansão da periferia onde se concentrou um grupo populacional majoritariamente empobrecido. Em meados da década de 1980 iniciou o processo de abertura político-econômica que levou a instituição do capitalismo neoliberal promovido pelas organizações internacionais, em particular as de Bretton Woods. A liberalização do mercado nacional possibilitou a emergência de outros agentes que também passaram a intervir na dinâmica local através de ações que delinearão a racionalização do processo socioespacial na cidade de Maputo. Incentivados pelo Estado, os agentes econômicos intervêm na reprodução desse espaço geográfico realizando investimentos em diversas atividades socioeconômicas onde se destacam os empreendimentos imobiliários de habitação. Procurando satisfazer seus interesses econômicos, esses agentes elaboram mecanismos com os quais intervêm decisivamente na dinâmica socioespacial local. Embora prevaleça essa lógica hegemônica, persiste um segmento social à margem das relações econômicas hegemônicas que participa da reprodução daquele espaço urbano promovendo práticas que garantam a sua sobrevivência naquela estrutura socioeconômica globalizada. Conseqüentemente, desencadeiam-se interações entre os agentes da “racionalidade hegemônica” e os da “contraracionabilidade” (SANTOS, 2009: 309) que reproduzem o espaço urbano em Maputo implantando múltiplos objetos geográficos que albergam diversas práticas e concentram diferentes estratos sociais.

**Palavras-chave:** Cidade de Maputo. Produção da habitação. Agentes sociais. Racionalidades. Contra-racionalidades.



## ABSTRACT

This study aims to examine aspects of the urbanization of the city of Maputo in Mozambique from the 1970's with the emphasis on the production and housing situation of people of low social status incomes located in the periphery (suburbs). For this study, the chosen districts were Polana Caniço "A" and "B", which, in their proper proportions, reveal changes recorded in Mozambican society marked by moments of unrest, continuities and discontinuities. The world (politically and economically globalized) immersed in the struggles of the Cold War was influenced, directly or indirectly, by the fact that local social and spatial dynamics manifested in the structure of the Nation-State and the sociopolitical crisis that accompanied it. In the mid-1970s with the collapse of the colonial system and the establishment of the Popular Republic of Mozambique, the socialist state, supported by the mass of social organizations, became the chief agent of national socio-territorial dynamics. These events led to the occurrence of other processes in the urban space of Maputo city which manifested in the expansion of the peripheries and the concentration of a largely impoverished population in these areas. In the mid-1980s the process began of the political and economical opening and restructuring that led to the beginning of neoliberal capitalism promoted by international organizations, particularly the Bretton Woods institutions. The opening of the domestic market has allowed the emergence of other factors that also began to intervene in the local dynamics through actions that have outlined the organization of the socio- special process in Maputo. Encouraged by the state, economic participants involved in the reproduction of geographical space, invested in various socioeconomic activities including real estate and housing. Looking to meet their economic interests, these agents produced mechanisms which intervened decisively in the local socio-spatial dynamic. Although prevailing in this predominant logic, there remains a segment of society on the fringes of the hegemonic economic relations that participates in the reproduction of the urban space by promoting practices that ensure their survival in that global socioeconomic structure. Consequently, the interactions between the agents of "hegemonic rationality" and the "counter-rationality" (Santos, 2009: 309) reproduce the urban space in Maputo, deploying multiple geographic objects that shelter several practices and a variety of social classes.

**Keywords:** Maputo City's. Housing development.  
Social agents. Rationalities. Counter-rationality.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1-	Moçambique no mundo e no sudeste do continente africano.....	41
Figura 2-	Distribuição territorial dos principais centros urbanos do país e a localização da cidade de Maputo.....	42
Figura 3-	Delimitação territorial e a divisão político-administrativa do Município de Maputo.....	43
Figura 4-	Distribuição da população pelos bairros residências na Cidade de Maputo.....	47
Figura 5-	Ocupação e uso do solo no Município de Maputo.....	50
Figura 6-	Esquema cartográfico do núcleo urbano de Lourenço Marques, por volta de 1876.....	62
Figura 7-	Selo comemorativo do centenário da Cidade de Maputo.....	64
Figura 8-	Cidade de Lourenço Marques, por volta de 1895.....	66
Figura 9-	Edifício dos CFM na Cidade de Maputo, 2008.....	68
Figura 10-	Hotel Polana.....	69
Figura 11-	Edifício do Conselho Municipal da Cidade de Maputo, 2010.....	69
Figura 12-	Igreja Santo António da Polana.....	70
Figura 13-	Rua Consiglieri Pedroso, por volta de 1930.....	71
Figura 14-	Vista parcial do centro da Cidade de Maputo, 2008.....	72
Figura 15-	Palhota no Distrito de Marracuene, 1989.....	79
Figura 16-	Casa de caniço na periferia da Cidade de Maputo.....	80
Figura 17-	Estruturação do governo socialista.....	92
Figura 18-	Projeção do edifício Maputo Business Tower.....	126
Figura 19a e b-	Condomínio residencial Xiluva.....	127
Figura 20-	Condomínio residencial The Palm.....	128
Figura 21-	Condomínio residencial Matchiki Village....	130
Figura 22a, b, c e d-	Marketing do condomínio Matchiki Village.	132
Figura 23a, b, c e d-	Mercado Compone.....	136

Figura 24a e b-	Txova com mercadorias.....	137
Figura 25a e b-	Habitação de status, Bairro Polana Caniço “A” .....	141
Figura 26-	Melhoria de uma moradia popular, Bairro Polana Caniço “A” .....	142
Figura 27-	Rua José Carlos Lobo, Bairro Polana Caniço “A” .....	147
Figura 28a, b, c e d-	Enclave habitacional enobrecido, Bairro Polana Caniço “A” .....	152
Figura 29-	Padrão habitacional de status, Bairro Polana Caniço “A” .....	153
Figura 30a e b-	Habitação popular, Bairro Polana Caniço “B” .....	154
Figura 31a e b-	Habitação popular, Bairro Polana Caniço “A” .....	155
Figura 32-	Moradia inacabada, Bairro Polana Caniço “A” .....	156
Figura 33-	Moradia de alvenaria melhorada, Bairro Polana Caniço “A” .....	157
Figura 34-	Exemplo de transporte de material de construção.....	158
Figura 35a e b-	Alagamento da Av. 25 de Setembro, 2010....	163
Figura 36-	Esboço cartográfico da disposição da cratera.....	165
Figura 37-	Vista parcial da cratera.....	166
Figura 38a, b, c e d-	Moradias nas margens da cratera.....	167
Figura 39a e b-	Casas interditadas.....	168
Figura 40a, b, c e d-	Travessias metálicas danificadas.....	169
Figura 41a e b-	Lixo depositado na cratera.....	170
Figura 42a e b-	Vista da cratera desembocando no Bairro Costa do Sol.....	171



## LISTA DE QUADROS

Quadro1- Distribuição dos bairros pelos Distritos Urbanos de Maputo.....	44
Quadro2- Distribuição da população e o número de habitações existentes nos Distritos Urbanos de Maputo.....	46
Quadro3- Estimativa do patrimônio imobiliário estatal.....	97
Quadro4- População da Cidade de Maputo em 1980, 1997 e 2007.....	103
Quadro5- Avaliação do processo de alienação de imóveis de habitação do Estado.....	108



## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico1-	Estrutura etária da população da Cidade de Maputo.....	48
Gráfico2-	Evolução da população da Cidade de Maputo de 1980 a 2007.....	104
Gráfico3-	Distribuição percentual da população nacional de acordo com a renda per capita mensal.....	139



## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ANC- African National Congress  
APIE- Administração do Parque Imobiliário do Estado.  
BM- Banco de Moçambique.  
CMCM- Conselho Municipal da Cidade de Maputo (CMCM);  
CFM- Caminhos de Ferro de Moçambique;  
CNUMAD- Conferencia das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento  
C.C.A.A.I.E.- Comissão Central de Avaliação e Alienação de Imóveis do Estado  
CH- Crédito para Habitação  
DUAT- Direitos de Uso e Aproveitamento da Terra  
DUs- Distritos Urbanos;  
EUA- Estado Unidos de América  
FDC- Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade  
FFH- Fundo para o Fomento da Habitação  
FJC- Fundação Joaquim Chissano  
FMI- Fundo Monetário Internacional  
FNL- Front de Libération National  
FRELIMO- Frente de Libertação de Moçambique  
GDs- Grupos dinamizadores  
INE- Instituto Nacional de Estatística.  
IDH- Índice de Desenvolvimento Humano  
MICOA- Ministério para a Coordenação da Ação Ambiental  
MPD- Ministério de Planificação e Desenvolvimento  
MF- Ministério das Finanças;  
MOPH- Ministério de Obras Públicas e Habitação  
OCDE- Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento da Europa.  
OJM- Organização da Juventude Moçambicana  
OMM- Organização da Mulher Moçambicana  
ONGs- Organizações Não Governamentais  
ONJ- Organização Nacional de Jornalista  
ONU- Organização das Nações Unidas  
OPEP- Organização dos Países Exportadores de Petróleo.  
OTM- Organização dos Trabalhadores Moçambicanos  
PEUMM- Plano de Estrutura Urbana do Município de Maputo  
PNUD- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
PNUMA- Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

PRE- Programa de Reabilitação Econômica  
PRES- Programa de Reabilitação Econômica e Social  
RENAMO- Resistência Nacional Moçambicana  
SWAPO- Southwest African Peoples Organization  
TANU- Tanganyika African National Union  
MANU- Mozambique African National Union  
ZAPU- Zimbabwe African Peoples Union  
ZANU- Zimbabwe African National Union  
UDENAMO- União Democrática de Nacional de Moçambique  
UFSC- Universidade Federal de Santa Catarina  
UNAMI- União Africana de Moçambique Independente  
UE- União Européia  
USAID- Agencia Americana para o Desenvolvimento  
USDs- Dólar Americano

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>25</b>
<b>1 - DE LOURENÇO MARQUES À MAPUTO: FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA CIDADE.....</b>	<b>31</b>
1.1 - ESPAÇO E SOCIEDADE: ALGUNS SUBSÍDIOS PARA REFLEXÃO.....	31
1.1.1 - Espaço geográfico.....	31
1.1.2 - O urbano, a cidade e a periferia urbana.....	35
1.1.3 - Habitação e produção habitacional.....	37
1.2 - BREVE CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO.....	40
1.3 - A SOCIEDADE COLONIAL EM MOÇAMBIQUE.....	51
1.4 - FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA CIDADE DE LOURENÇO MARQUES (ATUAL MAPUTO).....	58
1.5 - LOURENÇO MARQUES: CIDADE DIVIDIDA.....	73
<b>2- O ESTADO E A QUESTÃO URBANA: DINÂMICA SOCIOESPACIAL DA CIDADE DE MAPUTO A PARTIR DA DÉCADA DE 1970.....</b>	<b>83</b>
2.1 - FORMAÇÃO DO ESTADO-NAÇÃO MOÇAMBICANO...	83
2.2 - O ESTADO SOCIALISTA E A DINÂMICA SOCIOTERRITORIAL.....	91
2.3 - AS AÇÕES DO GOVERNO SOCIALISTA NA QUESTÃO HABITACIONAL.....	96
2.4 - CIDADE DE MAPUTO: UMA SÍNTESE DA TRAJETÓRIA DE SUA URBANIZAÇÃO.....	99
2.5 - O ESTADO ATUAL E A QUESTÃO HABITACIONAL....	106
<b>3 - A PRODUÇÃO HABITACIONAL NA PERIFERIA DA CIDADE DE MAPUTO, CASO DOS BAIRROS POLANA CANIÇO “A” E “B”.....</b>	<b>115</b>
3.1 - RACIONALIDADES E CONTRA-RACIONALIDADES COMO PISTAS E DECIFRAÇÕES DA SOCIEDADE MOÇAMBICANA.....	115
3.2 - SITUAÇÃO HABITACIONAL DA POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA NOS BAIRROS POLANA CANIÇO “A” E “B” COMO REFLEXO DA URBANIZAÇÃO RECENTE DA CIDADE DE MAPUTO.....	144

3.3 - URBANIZAÇÃO X MEIO AMBIENTE: ALGUMAS DIMENSÕES DA QUESTÃO, NA CIDADE DE MAPUTO COM ENFOQUE NOS BAIRROS POLANA CANIÇO “A” E “B” .....	159
<b>4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>173</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>177</b>



## INTRODUÇÃO

A questão urbana em Moçambique tem interessado pesquisadores de diferentes lugares do mundo e de diversas áreas do conhecimento científico. Essa produção acadêmica tem contribuído para o entendimento das especificidades que caracterizam a sociedade moçambicana e dinâmica dos processos espaciais.

Devido à natureza da urbanização registrada na cidade de Maputo, a maioria dos estudos realizados dedicou-se para esse espaço geográfico. O principal fundamento seria de que esse centro urbano tem vindo a registrar transformações que apontam para uma rápida urbanização que ocorre associada a reprodução de espaços contrastantes e a persistência de um amplo estrato populacional concentrado na periferia. No centro da cidade e na periferia distribuem-se formas-conteúdo distintas e complementares que se manifestam através da produção habitacional e organização de áreas residenciais.

Os bairros Polana Caniço “A” e “B”, como parte integrante desse todo dinâmico, colocam em evidência as transformações registradas com o avanço da sociedade impulsionada por fatores internos e por solicitações emanadas de outros lugares do mundo político-economicamente globalizado.

Nessa perspectiva, a partir da década de 1970 a sociedade moçambicana registrou outra dinâmica que delineou a singularidade do processo socioespacial da atual cidade de Maputo. No entanto, corroborando com Santos (1986), é necessário ter em consideração que a atualidade do espaço materializa-se pela coexistência de objetos geográficos produzidas no passado e que participam ativamente do tempo presente.

O espaço urbano de Maputo resulta da conjunção de múltiplas temporalidades delineadas pelo avanço da sociedade e que se encontram incrustadas nas diversas formas espaciais (ou objetos geográficos) que estruturam o seu território. A reprodução do espaço decorre da dinâmica social propulsão pela interação estabelecida entre múltiplos agentes que criam e transformam as formas espaciais destinadas à satisfação de necessidades humanas, tal como habitar.

Com a instauração da sociedade capitalista, diversos agentes sociais passaram a intervir na reprodução do espaço urbano de Maputo. Além dos agentes econômicos (Estado e o capital privado), a população de baixa renda intervém na dinâmica local empreendendo outras práticas

socioeconômicas com as quais procuram satisfazer as necessidades do cotidiano.

A lógica capitalista imposta pelos agentes econômicos e as necessidades demandas pelo grupo social de baixa renda superpõem-se e definem a especificidade do lugar. Da intervenção dos agentes da “racionalidade hegemônica” e os da “contra-racionalidade” (SANTOS, 2009: 309) reproduzem-se múltiplas formas espaciais que estruturam o espaço habitacional na cidade de Maputo e delineiam as transformações registradas na periferia, caso dos Bairros Polana Caniço “A” e “B”

A racionalidade consiste num conjunto de ações que tem em vista uma determinada finalidade. Lógica própria dos agentes econômicos que para alcançarem seus objetivos instauram diversos mecanismos e direcionam o processo socioespacial, tanto no meio urbano quanto no rural. Porém, a ação racional não é exclusiva dos agentes hegemônicos, ela abrange outros grupos sociais que através das suas práticas influem também no processo espacial local. A contra-racionalidade de maneira alguma deve ser considerada como sinônimo de irracionalidade, mas como formas uma racionalidade alternativa e paralela à lógica econômica dominante (Idem). A principal distinção que existe entre essas lógicas deve-se a diferenças na capacidade de decidir e direcionar a dinâmica da sociedade.

Da mesma maneira que nas relações político-econômicas globais se distinguem “os espaços de mandar e os espaços de obedecer” (Idem: 304), em cada lugar diferenciam-se também os “que decidem e os outros”. Aquele que decide escolhe a ação que “vai se realizar” (Idem: 80), determina a localização de infraestruturas e das atividades econômicas. Entre os que influem decisivamente nos processos socioespaciais destacam-se os governos, as empresas multinacionais e as organizações internacionais.

Na urbanização da cidade de Maputo as “formas alternativas de racionalidade” (Idem: 310) provém da ação da população de baixa renda que, excluída das relações hegemônicas, empreende estratégias de sobrevivência com as quais garantem a sua existência na economia de mercado. Para satisfazer as necessidades do cotidiano, esse grupo social inova suas ações e modelam o território implantando formas espaciais diversificadas.

Os processos socioespaciais decorrentes da interação entre os agentes hegemônicos e o grupo social de baixa renda evidenciam-se, entre vários aspetos, através da reprodução de formas espaciais destinadas a habitação implantadas na periferia daquela cidade. O caniço

que outrora predominava nesta área da cidade, cedeu progressivamente para o cimento e zinco.

Desse modo, a presente pesquisa tem como **objetivo geral** de analisar aspetos da dinâmica urbana que vem sendo empreendidas na periferia da cidade de Maputo, com ênfase na produção habitacional do estrato social de baixa renda.

Quanto aos **objetivos específicos**, pretende-se:

- Identificar e discutir formas de reprodução da habitação em Maputo a partir de reconhecimento de agentes e processos socioespaciais da urbanização do lugar;
- Analisar a situação habitacional do estrato social de baixa renda nos bairros Polana Caniço A e B, como foco das reflexões centrais da pesquisa;
- Avaliar o papel do Estado na dinâmica urbana local em particular na produção de condições de habitação para a população de baixa renda e sua inserção na cidade de Maputo.

Nessa perspectiva definiram-se as seguintes questões: Quais aspetos têm dinamizado o espaço urbano de Maputo em particular quanto à produção da habitação na periferia? Qual o papel dos agentes sociais em particular do Estado em relação à situação habitacional da população de baixa renda?

Para responder aos objetivos e questionamentos traçados, procedeu-se com o levantamento de fontes bibliográficas cuja leitura e interpretação possibilitaram resgatar alguns aspetos que caracterizaram a dinâmica da sociedade moçambicana e os processos socioespaciais que nela decorreram, articulando-os ao referencial teórico que serviu de suporte para a descrição da situação habitacional no atual espaço urbano de Maputo.

O trabalho de campo constituiu uma ferramenta importante para a necessária discussão e articulação entre a teoria e aquela realidade empírica. Consequentemente, em Maputo foram realizados levantamentos de referências bibliográficas e fontes documentais que auxiliaram na abordagem da sociedade moçambicana como uma totalidade dinâmica e suas implicações na urbanização da cidade de Maputo.

Portanto, foram feitos levantamentos na biblioteca do Centro de Análise de Políticas (CAP-UEM), na Universidade Eduardo Mondlane (UEM), no Ministério das Obras Públicas e Habitação (MOPH), Administração do Parque Imobiliário do Estado (APIE), no Conselho Municipal da Cidade de Maputo (CMCM), no Ministério de

Planificação e Desenvolvimento (MPD), no Instituto Nacional de Estatística (INE), no Ministério das Finanças (MF) e no Banco de Moçambique (BM). Nestas instituições foram consultadas obras e fontes documentais sobre a situação socioeconômica nacional e colhidas informações sobre a urbanização da cidade de Maputo.

Foram feitas consultas em alguns bancos comerciais que integram o sistema financeiro nacional, especificamente o Standard Bank e Millenium Bim, o que possibilitou um melhor esclarecimento a cerca dos mecanismos que regem o financiamento para a compra de imóveis de habitação.

Realizaram-se consultas a académicos que se dedicam ao estudo do fenómeno urbano em Moçambique, nomeadamente o Professor Manuel G. Mendes de Araujo (UEM) e ao Doutor Alexandre Monteiro Baia (UEM) que deram importantes contribuições para a análise dos aspetos que marcaram a trajetória da sociedade moçambicana e os processos socioespaciais que decorrem na Cidade de Maputo. Na sequência fez-se consulta ao Sr. Pedro Chávez (empresário com interesse na área imobiliária) o que tornou relevante para o entendimento das complexas relações estruturadas pelos agentes que intervêm no mercado imobiliário e, conseqüentemente, na dinâmica urbana local por meio da realização de empreendimentos particularmente para a habitação.

Nos bairros Polana Caniço “A” e “B” procurou-se, através da observação in loco e da interação com os moradores, fazer o levantamento de aspetos que auxiliaram a descrição da situação habitacional da população de baixa renda que aí reside e constitui a maioria. Para tal, foram aplicados trinta questionários (na proporção de quinze em cada um dos bairros) com vista a resgatar informações sobre as práticas cotidianas com as quais esse estrato social procura garantir a sua sobrevivência naquele meio urbano inserido nas relações político-econômicas tornadas globais. O entrosamento estabelecido com os moradores desses bairros revelou-se de extrema relevância para a explicitação do conteúdo da urbanização e das ações engendradas pelos agentes sociais particularmente pelo segmento populacional de baixa renda de onde emergem lógicas alternativas de reprodução social.

Da análise e sistematização das informações levantadas durante a pesquisa, resultaram três capítulos que formam o corpus da presente dissertação.

**No capítulo 1** aborda-se sobre a formação e desenvolvimento da cidade de Maputo (antiga Lourenço Marques). Neste, procede-se também com uma reflexão em torno dos conceitos de espaço geográfico

e suas dimensões que esteiam a discussão dessa realidade empírica. Formada no contexto da colonização portuguesa, faz-se uma abordagem histórica sobre a dinâmica da sociedade colonial e suas peculiaridades como suporte para o entendimento da configuração do território atual desse meio urbano.

**No capítulo 2** analisam-se as transformações registradas na sociedade moçambicana a partir da década de 1970 e suas implicações na dinâmica da cidade de Maputo. Esta época marcada pela transição do sistema colonial para o republicano, o Estado emerge como o principal agente da dinâmica socioespacial. Este fato torna relevante a abordagem proposta sobre a sua formação e os processos espaciais que decorreram com a sua intervenção nas diversas instâncias da sociedade.

**No capítulo 3** aborda-se sobre os aspetos que caracterizam o processo de urbanização registrado recentemente na cidade de Maputo que decorre impulsionado pela intervenção de diversos agentes sociais. Faz-se, em seguida, a descrição da situação habitacional da população de baixa renda que reside nos Bairros Polana Caniço “A” e “B” e dos problemas socioambientais que afetam esta área da periferia.

Por ultimo, seguem as considerações finais onde são apresentadas algumas reflexões em torno do que foi discutido em cada um dos capítulos revelando, nos limites e possibilidades desta pesquisa, o que o mundo contemporâneo é nas escalas daquele lugar.

Espera-se que esta pesquisa, além de atender as exigências de uma formação acadêmica, seja capaz de colaborar na discussão sobre a dinâmica da sociedade moçambicana como um todo, dos processos espaciais que dela decorrem particularmente aqueles vinculados a produção habitacional na cidade de Maputo e as transformações registradas em áreas que concentram majoritariamente o estrato social de baixa renda. Pretende-se assim suscitar novas reflexões em torno dos processos espaciais que decorrem a partir da ação dos agentes sociais concretos e seus desdobramentos na reprodução do espaço geográfico nas escalas acima referidas.



## **1. DE LOURENÇO MARQUES À MAPUTO: FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA CIDADE**

No presente capítulo aborda-se a dinâmica da sociedade colonial como suporte para o entendimento da formação, desenvolvimento e configuração espacial da atual cidade de Maputo. Foi durante a colonização portuguesa que decorreram processos que culminam com a formação da cidade de Lourenço Marques (atual Maputo) e sua periferia onde se inserem os atuais bairros da Polana Caniço A e B. Buscaram-se na literatura alguns subsídios teóricos que serviram para de fundamentar a abordagem aqui realizada. Assim, emergiu a necessidade de estabelecer um recorte aos conceitos de espaço, urbano, cidade, periferia, habitação e produção habitacional.

### **1.1. ESPAÇO E SOCIEDADE: ALGUNS SUBSÍDIOS PARA REFLEXÃO**

#### **1.1.1. O espaço geográfico**

O espaço geográfico produz-se a partir da ação humana na sua interação com a natureza com a finalidade de criar as condições necessárias para a sua existência. Inicialmente os grupos humanos procuravam isoladamente satisfazer as necessidades vitais de modo a garantir a sua sobrevivência.

Nessas sociedades primitivas a vida humana interligava-se diretamente ao ciclo da natureza de maneiras que “cada constelação de recursos correspondia um modo particular de produção e de organização social” (SANTOS, 1994: 18).

À medida que os distintos grupos humanos foram interagindo com a natureza e fazendo descobertas que levaram ao aperfeiçoamento de técnicas, melhoravam-se também as condições de proteção contra as adversidades do meio natural. Assim, ocuparam-se áreas da superfície da terra onde se implantaram progressivamente diversos objetos artificiais que passaram a coexistir com as formas naturais.

Esse processo culminou com a demarcação de territórios, a formação de agrupamentos humanos contínuos no tempo-espaço, a diversificação do trabalho e a estratificação social. Dessa evolução

constituíram-se diversas formações sociais que compõe o mundo contemporâneo. Com essas organizações socioterritoriais surgiram necessidades que passaram a colocar-se como um desafio para um coletivo cada vez maior.

O Homem, através da sua ação e motivado pelas necessidades cotidianas, passou a reproduzir o “tempo e o espaço” (Idem, 2009: 130) modificando a natureza com a finalidade de prover-se de meios necessários para a sua existência dos quais se destacam: alimentar-se, vestir-se, obrigar-se e transportar. Ao interferir nesse meio natural, no qual cada vez mais sobressaem os objetos artificiais, o homem contemporâneo não age de maneira isolada, pois “somente existe porque ele é membro de um grupo que em si mesmo é um tecido de técnicas” (PIERRE GOUROU, 1973 apud SANTOS, 2009: 33).

Com o tempo, ocorreram mudanças que tornaram complexas as relações tanto em cada uma das formações socioespaciais quanto entre os distintos grupos humanos. Algumas dessas sociedades ao beneficiarem-se de invenções técnicas, foram estabelecendo contatos com povos de outros lugares, próximos e distantes.

O desenvolvimento das técnicas de navegação e o conhecimento dos ciclos da natureza (as estações do ano, as monções, a direção dos ventos, etc.) possibilitaram a realização das primeiras viagens marítimas intercontinentais feitas pelos povos asiáticos que por volta do século IX migravam para a costa oriental africana onde se realizavam trocas comerciais com as formações sociais litorâneas nativas, incluindo com as que nessa época habitavam as regiões costeiras do centro e norte de Moçambique. O aprimoramento dessas técnicas possibilitou, a partir do século XV, o início de contatos entre grupos humanos da África, América, Ásia, Austrália e Europa.

Em meado do século XVIII iniciou o momento de aceleração na evolução humana marcado pela mecanização do processo produtivo o que modificou a dinâmica interna das sociedades, sua relação com outras formações sociais e com a natureza. Inaugurava-se o modo de produção capitalista monopolista fato que decorreu associado ao intenso aproveitamento dos recursos naturais e a criação de objetos técnicos tais como estradas ferro, locomotivas, navios a vapor, o motor a diesel, o automóvel, mais tarde as modernas tecnologias de comunicação tais como o telefone, a televisão, o rádio, o computador e o avião. Esses objetos passaram a permear as relações humanas e com a sua implantação sobre a superfície da terra demarcaram-se territórios.

Essas transformações registradas inicialmente na Europa ocidental configuraram novas relações políticas, econômicas, sociais e



culturais entre grupos humanos de diferentes lugares tornados “ponto de encontro de interesses longínquos e próximos, mundiais e locais” (SANTOS, 1994: 18-19).

Com a universalização das relações socioeconômicas, aprofundadas no momento atual da evolução humana (o período técnico científico e informacional), cada lugar e nas suas devidas proporções passou a revelar o mundo. Os lugares tornaram-se receptáculos de capitais, tecnologias e trabalho tão diversificados quanto às numerosas interações que passaram a ser estabelecidas.

As sociedades contemporâneas tornaram-se dependentes das suas próprias criações o que torna praticamente impossível pensar na existência da humanidade sem as formas espaciais que ela própria reproduz e onde passam a realizar-se múltiplas atividades socioeconômicas. Constata-se que a produção e a modelagem de formas espaciais destinadas a habitação também se circunscreve no processo de evolução diferencial registrado pelos grupos humanos. Mas, algumas dessas práticas culturais de produção habitacional foram difundidas e inseridas noutras formações sociais. Os objetos destinados à habitação transformaram-se numa necessidade imprescindível para a vida humana em todas as sociedades.

Desse modo, a produção do espaço geográfico deve-se entre outros fatores a existência continua do homem numa determinada área da superfície da terra onde cria e transformam-se territórios por meio do trabalho implantando infraestruturas diversificadas, desencadeiam-se processos produtivos, inovam-se técnicas e inventam-se novas tecnologias.

O espaço geográfico sinônimo de “espaço humano”, “espaço habitado” ou “território usado” (SANTOS: 1996: 15-16) tem a sua existência concreta dada pela interação entre a sociedade e a materialidade que ela própria produz e transforma continuamente. Assim, o espaço compreende um “conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações” (Idem, 2009: 63) e transforma-se continuamente através da ação do homem (ANDRADE; FERNANDES, 1985: 156). Essa dinâmica espacial manifesta-se com a “supressão ou exclusão” de objetos geográficos e essas “substituições de formas espaciais correspondem às inovações” (SANTOS, 1994: 67).

O espaço e as suas dimensões constituem uma produção humana e têm existência concreta diante das múltiplas relações sociais que se desenvolvem sobre a materialidade existente. Portanto, a sociedade não existe independente das formas espaciais que ela própria reproduz, delas depende e transforma-as continuamente adaptando-as de acordo com as

novas exigências, interesses e necessidades. Assim, consideram-se os conceitos de espaço e sociedade como categorias indissociáveis e interdependentes, ou seja, uma implica a outra.

Nessa perspectiva, o espaço geográfico nas suas múltiplas dimensões constitui o “locus da reprodução das relações sociais de produção, um produto da sociedade” (CORREA, 2001: 26) que se organiza para criar e recriar formas espaciais específicas dotadas de diversas funções de onde resultam interações múltiplas que especificam os processos e a estrutura, ou seja, manifesta as distintas formas de organização da sociedade.

A dinâmica socioespacial remete para as noções de forma, função, processo e estrutura que especificam a organização e o movimento de uma determinada formação social. A forma representa o aspecto visível dos objetos técnicos e naturais que configuram o território. A função refere-se à atividade que o objeto passa a desempenhar. A estrutura configura-se a partir das interações que se estabelecem através das formas-conteúdo que fazem parte de uma totalidade dinâmica que evolui e transforma-se continuamente por meio de processos (SANTOS: 1985: 49-50).

A sociedade cria e reproduz objetos geográficos dotados de múltiplas funções tendo em vista a satisfação das suas necessidades vitais, perpetuando um modo produção de onde resultam também estruturas socioespaciais específicas.

Realidade objetiva, o espaço existe apenas na sua dupla dimensão sociedade-materialidade ou formas-conteúdo que se transformam ao ritmo dessa totalidade dinâmica o que se manifesta através da preservação de objetos preexistentes e com a implantação de novas formas com as quais se realizam novas e velhas funções ou atividades humanas.

Embora em determinadas paisagens tenda a prevalecer os objetos artificiais destacando a intervenção humana sobre a natureza, os processos socioespaciais são também influenciados pelos eventos naturais. A natureza age e condiciona sobremaneira a realização das atividades socioeconômicas em determinadas localizações da superfície da terra.

### **1.1.2. O urbano, a cidade e a periferia urbana**

O urbano, a cidade e a periferia urbana constituem as escalas com que podem ser percebidos os processos socioespaciais ou geográficos. Daí, a necessidade de um recorte teórico desses conceitos que interessam para o estudo da questão habitacional na Cidade de Maputo.

O termo urbano tem sido adotado em diversas literaturas para designar um modo específico de organização social considerado em oposição à outra formação espacial, o rural. Mas, ambas as formas de organização socioespacial constituem, do ponto de vista da sua materialidade, um produto da sociedade (SOUZA, 2000: 113-114).

O meio urbano distingue-se como uma realidade histórica que concentra grupos sociais portadores de valores culturais e interesses variados que majoritariamente ocupa-se de atividades socioeconômicas não vinculadas a agricultura (Idem: 30) particularmente a extensiva, ao extrativismo mineral ou florestal.

O espaço urbano contemporâneo distingue-se como um aglomerado populacional contínuo numa determinada localização e que se caracteriza pela predominância de diversas atividades socioeconômicas vinculadas ao comércio, a indústria, serviços e habitação. Entretanto, nas franjas de determinados centros urbanos, o setor terciário tende a ser complementado por atividades ligadas a produção agropecuária que servem de suporte para o comércio e para o sustento da população humana concentrada na área central e sua periferia.

Os conceitos de cidade e urbano embora sejam próximos e complementares diferem entre si. A forma de organização social definida como urbano representa uma abstração ou o geral, mas a sua existência concreta materializa-se na cidade (SANTOS, 1996: 69) onde a vida econômica é diversificada (SOUZA, 2008: 30), o lugar onde há mais mobilidade e mais encontros, a fábrica de relações numerosas, frequentes e densas (SANTOS, 2009, 318) que resultam das múltiplas interações que se estabelecem entre pessoas portadoras de interesses variados que se unem para constituir grupos de afinidades também diversificados motivados por “certos recursos cobiçados” ou como forma de afirmar identidades “que os indivíduos buscam manter e preservar” (SOUZA, 2008: 28).

A cidade manifesta-se como um espaço simultaneamente político, econômico, social e cultural. Constitui a mais alta expressão do agrupamento humano que se evidencia pela “concentração de atividades

comerciais, industriais, administrativas e financeiras, linhas de transporte, equipamento cultural e recreativo, instituições educacionais e hospitalares” (RODRIGUES, 1983: 11-13). O CBD (Central Business District) constitui a área da cidade que concentra parte significativa dessas atividades socioeconômicas, terminais de transportes inter-regionais e destaca-se na paisagem pela sua verticalização (CORREA, 1989: 38).

No caso da cidade de Maputo, o CBD restringe-se ao Distrito Urbano nº1 onde predominam o comércio, os serviços os públicos e privados, equipamentos recreativos. Esta concentração condiciona a distribuição territorial do trabalho e orienta a mobilidade de pessoas que fluem para o centro da cidade em determinadas horas do dia.

Nas proximidades do CBD situa-se a periferia urbana que se constitui com a expansão desse modo de vida que influi nas práticas sociais da população que habita em territórios adjacentes a ao centro da cidade. A preponderância das atividades socioeconômicas realizadas no CBD dilui-se e torna-se menos diversificadas na periferia. Desse modo, na periferia da Cidade de Maputo tende a prevalecer à função residencial, o comércio de bairro e em certas áreas a agricultura.

O processo de urbanização decorre a partir da importância que a cidade exerce na dinâmica local orientando processos que tendem a convergir no sentido centrípeto e direciona fluxos de pessoas, produtos e formas espaciais. A expansão recente da Cidade de Maputo deveu-se, entre outros aspetos, a centralidade que ela desempenha na economia nacional.

A transformação do espaço habitacional urbano reflete também a estruturação da sociedade decorrente da evolução do modo de produção capitalista onde “a riqueza convive lado a lado coma pobreza, fora dela à exclusão social” (MATOS, 2005: 73). Este tipo de estrutura social territorializa-se assumindo “em relação ao uso residencial, a forma de urbanização de status e urbanização popular” (CORREA, 1989: 15-19). Contudo, a presença do estrato social empobrecido torna o meio urbano uma “diversidade socioespacial” que manifesta tanto pela materialidade produzida quanto pelas formas de trabalho e de vida (SANTOS, 2009: 323), ou seja, se expressa a partir da materialização das múltiplas práticas socioculturais perpetuadas tanto no centro quanto na periferia urbana.

Portanto, a ocupação do solo e a reprodução do espaço urbano seguem a dinâmica da sociedade propulsionada pela ação dos múltiplos agentes que criam e transformam objetos geográficos destinados a satisfação de múltiplas necessidades sociais, tais como de habitar.

### 1.1.3. Habitação e produção habitacional

A habitação trata-se de um termo polissêmico, sinônimo de moradia, de casa, residência ou ainda de vivenda. Essas terminologias referem-se a um objeto geográfico (ou forma espacial) dotado de uma função social específica, o ato ou efeito de habitar.

Segundo Fernandes (2003: 12) o termo vivenda provem do latim *vivenda* que significa moradia ou habitação. Define-se também como a ação de habitar, edifício ou parte dele que se destina a vivenda.

Esse tipo de forma espacial insere-se na teoria da “formação socioespacial” (SANTOS 1979) como um elemento do espaço geográfico. Daí, poder-se falar do espaço habitacional que é também sinônimo de espaço humano, território usado ou ainda de espaço geográfico relembrando a noção de espaço definido como um produto social formado pela união indissociável de sistema de objeto e sistema de ação anteriormente apresentada. Desse modo, o espaço habitacional compreende diversas formas espaciais que albergam múltiplas atividades socioeconômicas ou funções e transforma-se a partir da presença e ação continua do homem.

A reprodução e a dinâmica espacial decorrem influenciadas pelo movimento da sociedade propulsionado pela interação entre distintos agentes sociais que orientados por interesses e necessidades variadas criam, transformam as formas espaciais redefinindo o arranjo territorial inclusive das áreas destinadas para a habitação.

A habitação, um dos elementos do espaço geográfico, desempenha um papel fundamental para a vida humana. Pois, constitui um abrigo, lugar de intimidade, de segurança e onde o individuo e a sua família podem “descansar a cabeça e o corpo fatigado” (BRAGA, 1995 apud FERNANDES, 2003: 12).

No entanto, a maioria das abordagens feitas sobre a questão da habitação direciona-se sob a óptica da problemática reproduzida com a urbanização dos grandes centros urbanos contemporâneos. Nessa perspectiva, Villaça sustenta que,

O que hoje entendemos por problema da habitação, surge com o homem livre produzido pelo capitalismo e com as configurações históricas engendradas por esse modo de produção, inclusive pelas especificidades da luta de classes que sob ele ocorrem. A habitação aparece então como um direito dos cidadãos a ponto de, em meados do século XX, ser incluída na Declaração Universal dos Direitos Humanos (VILLAÇA, 1989: 4).

Assim, o trato da problemática habitacional passou a ser evocado a partir de varias abordagens das quais se destaca o acesso a habitação adequada.

Este conceito pode assumir significados variando de acordo com as especificidades políticas, econômicas, sociais e culturais de cada lugar. Contudo, constitui um fenômeno universal a instituição de normas que incidem sobre a produção habitacional que devem ser cumpridas para que pessoas possam viver ou habitar com um mínimo de segurança e conforto (FERNANDES, 2003).

As normas que estabelecem padrões mínimos aceitáveis para a edificação de moradias baseiam-se essencialmente em critérios técnicos que passam a ser incorporados nas políticas públicas de planejamento que incidem sobre um determinado espaço geográfico ou sociedade na sua dupla dimensão: social e material.

Moçambique (2010a) estabelece que uma habitação considera-se adequada quando passa a beneficiar-se de uma diversidade de aspetos que garantam uma melhor qualidade de vida, dos quais se salienta ter um teto, um lugar privado, espaço suficiente, acessibilidade física, segurança adequada, infra-estruturas básicas (abastecimento de água, saneamento), condições do meio ambiente e serviços básicos.

Nesta abordagem está implícito a noção de território usado ou o uso do território que se materializa através da implantação de objetos geográficos a partir dos quais se realizam diversas atividades socioeconômicas com a finalidade de, por um lado,

...atribuir a todos os habitantes aqueles bens e serviços indispensáveis, não importa onde esteja a pessoa; e de outro lado, uma adequada gestão do território, pela qual a distribuição geral dos bens e serviços públicos seja assegurada (SANTOS, 1998a: 5).

A noção de habitação adequada não se restringe simplesmente ao acesso a um edifício que sirva de moradia. Implica a disponibilidade de outros aspetos que influem na qualidade de vida das pessoas tais como a inserção no mercado de trabalho, a acessibilidade dos serviços urbanos básicos como o transporte público, o saneamento, abastecimento de água e eletricidade, os serviços de emergência e segurança como saúde, bombeiros e policiamento.

Esses elementos definem a situação habitacional de um espaço humano em particularmente do meio urbano que, por natureza, compreende simultaneamente uma concentração de pessoas portadoras de hábitos culturais diversificados e de múltiplas atividades socioeconômicas.

A dificuldade de inserção no mercado de trabalho urbano e de obter uma moradia adequada nas sociedades contemporâneas induz a maioria dos estratos sociais a sobreviverem em condições precárias de habitação. Assim, a falta de habitação para determinados segmentos da população constitui um problema social.

No modo de produção prevalecente o espaço habitacional urbano tende a ser transformado numa mercadoria dotada de um “valor de troca” que suplanta seu “valor de uso” (CORREA, 1989: 62). Os bens e serviços fornecidos dentro da lógica mercantil tornaram-se seletivos quanto a sua localização e consumo o que contribui para a reprodução das desigualdades sociais que se manifestam no território através de tipos de habitação também contrastantes.

Neste tipo de estruturas socioespaciais distinguem-se, nitidamente, os “bens de consumo coletivo” dos “bens de consumo individual”. Contrariamente aos de consumo individual, os bens de consumo coletivo por serem dotados de um valor de uso indivisível são concebidos para responder globalmente as necessidades suscitadas pela sociedade e por isso não permitem restrições (LOJKINE, 1981: 132-159).

As formas habitacionais, produzidas e transacionadas na lógica do mercado, transformaram-se em bens de consumo dotados de um valor de troca (preço) que as reafirma como sendo de acesso restritivo e seletivo. Pois, a compra destas mercadorias “destinadas a consumir seu valor de uso é paga pelo dinheiro que funciona como meio de circulação e que corresponde a um gasto de renda” (Idem: 125-133).

Nas sociedades capitalistas contemporâneas o problema habitacional urbano reproduz-se na medida em que a habitação produzida no mercado passa a beneficiar um restrito estrato social com maior poder aquisitivo enquanto, por outro lado, persiste um amplo

segmento populacional que não tem capacidade de pagar para a satisfação dessa necessidade básica (FERNANDES, 2003).

Nessa perspectiva, a habitação reafirma-se como um produto cujo acesso é seletivo para os diferentes estratos sociais. À medida que a urbanização das cidades ocorre associada à persistência da precariedade habitacional, significa que esse grupo social não dispõe de uma renda suficiente para alugar ou comprar sequer uma moradia adequada (CORREA, 1989) particularmente aquelas transacionadas pelo mercado imobiliário. Desse modo exclui-se do acesso ao solo e a moradia um amplo segmento da sociedade que procura por meio de ocupações, invasões ou transações no mercado informal providenciar as condições necessárias para se assentar e garantir a sua sobrevivência (MIRANDA, 2004: 126).

As múltiplas lógicas que propulsionam a dinâmica da sociedade condicionam a configuração do espaço urbano que se transforma à medida que uma determinada área “antes habitada por determinado grupo social, passa a ser habitado por outro de status superior ou mesmo inferior” (CORREA, 1989: 70).

Portanto, tendo em consideração a estratificação social contemporânea constata-se que na cidade de Maputo o problema de habitação afeta majoritariamente a população de baixa renda concentrada na periferia onde persistem práticas diversificadas de reprodução social que contrastam e complementa as atividades socioeconômicas reproduzidas na área central e na própria periferia sujeitas a lógica da racionalidade econômica: a valorização e a especulação. Esse processo culmina com a criação de espaços de vivência e convivência distintos e segregados.

## 1.2. BREVE CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

Moçambique é um país situado na costa sudeste do continente africano, precisamente entre os paralelos 10°27' e 26°56' de latitude sul e os meridianos 30°12' e 40°51' de longitude Este. Na sua extensão territorial, faz fronteira com seis países situados na região austral de África. A norte faz divisa com a Tanzânia, a noroeste com o Malaui e a Zâmbia, a oeste situa-se o Zimbábue e a África do Sul, mais ao sul faz fronteira com a Suazilândia e África do Sul. A este, o país compreende uma faixa costeira de cerca de 2515 Km de extensão que dispõe no sentido Norte-Sul (Figura 1).



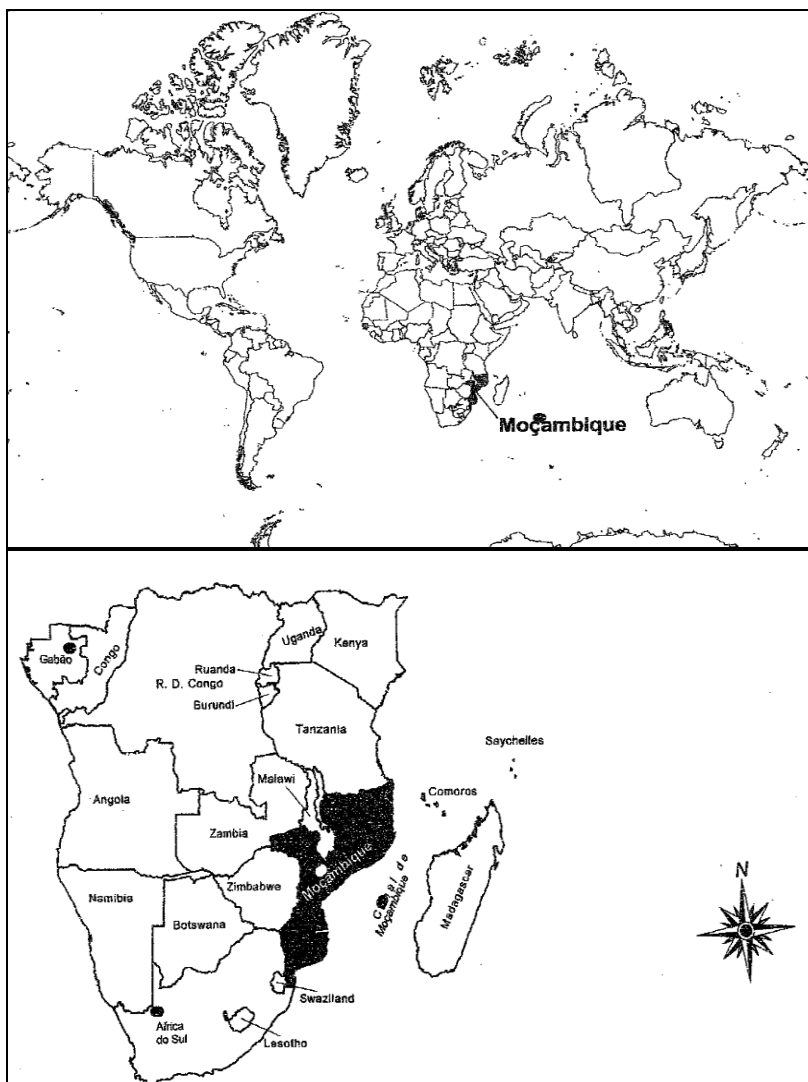


Figura 1: Moçambique no mundo e no sudeste do continente africano  
 Fonte: Moçambique, 2009a.

Ocupando uma superfície de 799 380 Km<sup>2</sup> o território moçambicano compreende do ponto de vista político-administrativo 11 províncias (nomeadamente Maputo Cidade, Maputo Província, Gaza, Inhambane, Manica, Sofala, Tete, Zambeze, Nampula, Niassa e Cabo

Delgado) e 43 Municípios. Entre os Municípios existentes no país, 11 integram as capitais provinciais donde se destacam o Município e a Cidade de Maputo. Este centro urbano situa-se no extremo sul do território nacional concretamente a oeste da Baía de Maputo, entre as latitudes  $25^{\circ}49'09''$  e  $26^{\circ}05'23''$  S e longitudes  $33^{\circ}00'00''$  E e  $32^{\circ}26'15''$  (Figura 2).



Figura 2: Distribuição territorial dos principais centros urbanos do país e a localização da Cidade de Maputo.

Fonte: Moçambique, 2010b.

A cidade de Maputo faz parte do município de mesmo nome que compreende um território formado por esse centro urbano e algumas áreas adjacentes. O território municipal encontra-se limitado por três

regiões administrativas que fazem parte da província de Maputo nomeadamente o Distrito de Marracuene a norte, Distrito de Matutuine a sul, o Município da Matola a oeste e a oeste o Oceano Índico (Figura 3)



Figura 3: Delimitação territorial e divisão político-administrativa do Município de Maputo.

Fonte: Moçambique, 2010b.

Com uma superfície de cerca de 346.77 Km<sup>2</sup> o município subdivide-se em 7 Distritos Urbanos (DUs) e 63 bairros distribuídos por essas unidades administrativas. O Bairro constitui, por sua vez, uma

unidade territorial que compreende formada um número variável de quarteirões formados por agregação de diversas moradias (Quadro 1).

<b>Distritos urbanos</b>	<b>Distribuição dos bairros pelos DUs</b>
1-KaMphumo	Central A, B e C; Alto Maé A e B; Malhangalene A e B; Polana Cimento A e B; Coop e Sommerchield.
2-Nlhamankulu ou Chamanculo	Aeroporto A e B; Xipamanine; Minkadjuine; Unidade 7; Chamanculo A, B, C e D; Malanga e Munhuana
3-KaMaxaquene ou Maxaquene	Mafalala; Maxaquene A, B, C e D; Polana Caniço A e B, e Urbanização.
4-KaMavota ou Mavota	Mavalane A e B; FPLM; Hulene A e B; Ferroviário; Laulane; 3 de Fevereiro; Mahotas; Albazine e Costa do Sol.
5-KaMubukwana ou Mubukwane	Bagamoyo; George Dimitrov (ou Benfica); Inhagoia A e B; Jardim, Luís Cabral; Magoanine, Malhazine, Nsalane; 25 de Junho A e B; e Zimpeto
6-Katembe ou Catembe	Gwachene; Chale; Inguice; Ncassene e Xamissava.
7-KaNyaka	Ingwane; Ribjene e Nhaquene

Quadro 1: Distribuição dos bairros pelos Distritos urbanos de Maputo

Fonte: Moçambique, 2008.

O Município de Maputo compreende um território formado pela cidade de Maputo e suas áreas de influencia algumas das quais ostentam características de formações espaciais rurais. Os DUs urbanos de Catembe e Inhaca que fazem parte desse território municipal são os que colocam em evidência a persistência de aspetos que os qualificam como espaços rurais sob influencia direta da cidade. O DU de Catembe, além de constituir uma área de influência, mostra a tendência de expansão daquela cidade. O projeto de ponte proposto para atravessar a Baía de Maputo, interligando o centro da cidade à essa localidade poderá moldar a ocupação do solo e propiciar a ocorrência de uma rápida urbanização desta parte do município.

O governo local é constituído por um Conselho e por uma Assembleia municipal sendo um o executivo e, o outro, o legislativo. O Conselho é composto por um presidente coadjuvado por 16 vereadores que ele próprio nomeia. Entre os vereadores distinguem-se o “pessoal designado” e os “conselheiros eleitos”. Os primeiros ocupam-se de

setores específicos da administração como finanças, recursos humanos, infraestruturas, planejamento urbano e ambiente. Os conselheiros eleitos ocupam-se da administração de cada um dos Distritos Urbanos (PAULO; ROSARIO; TVEDTEN, 2007).

O governo municipal possui, nas suas competências, uma autonomia política, jurídica e financeira considerável. Compete-lhe administrar o uso da terra, licenciamento de construção, de serviços de água e saneamento, manutenção de estrada, gestão de resíduos sólidos, ambiente e segurança municipal (Idem).

A cidade de Maputo, que faz parte desse município, constitui o maior centro urbano do país. Emerge como a capital política e econômica nacional concentrando diversas instituições do governo central, sede de agências de cooperação internacional e parte significativa de escritórios de empresas privadas nacionais e estrangeiras. Esses aspetos atribuem aquele centro urbano um papel relevante na dinâmica socioeconômica nacional, regional e global.

O sistema ferro-portuário, sob administração da empresa Caminhos de Ferro de Moçambique CFM, que converge para essa cidade possibilita a existência de fluxos que integram a economia local aos mercados dos países vizinhos (como a África do Sul, Suazilândia e Zimbábue). Serve também de suporte para a participação do país das interações político-econômica globalizadas.

Quanto a sua estrutura produtiva, Maputo é um espaço urbano pouco industrializado cuja economia depende significativamente do setor de serviços e comércio fato que se repercute na divisão do trabalho e distribuição da renda. O comércio constitui a principal atividade econômica e fonte de renda da maioria dos habitantes daquele centro urbano.

O Censo realizado em 1980 revelou que o país tinha aproximadamente 11.673.725 habitantes dos quais 13.2 % (equivalente a 1.539.119) residiam nas áreas urbanas enquanto que os restantes 86.8% (cerca de 10.134.606) distribuíam-se pelas áreas rurais. Nessa época, a cidade de Maputo possuía 739.077 habitantes correspondentes a 6.3 % da população de todo o país e 48% da população urbana nacional, respectivamente.

A dinâmica demográfica registrada nesse centro urbano, entre os anos 1970 e 1980, foi influenciada pela situação conjuntural marcada pela eclosão da guerra civil e pela ocorrência de calamidades naturais particularmente as estiagens prolongadas que afetaram a produção agrícola. A crise socioeconômica que seguiu, induziu a ocorrência de intensos momentos migratórios campo-cidade o que contribuiu para o

aumento da população urbana de Maputo. Assim, o censo de 1997 revelou que enquanto a população nacional aumentou para 15.278.334 pessoas, a cidade de Maputo passou a concentrar 966.837 habitantes (equivalentes a 6.3% da população nacional).

A tendência crescente da população do país e da cidade de Maputo foi evidenciada também no censo realizado no ano de 2007 onde a população total do país foi estimada em 20.579.265 e na cidade passou a residir cerca de 1.094.628 habitantes.

De acordo com as estatísticas do último censo, os DUs 3, 4 e 5 passaram a concentrar a maior parte da população do Município e da Cidade de Maputo distribuída na proporção de 20.3, 26.6 e 26.4 % respectivamente. Em seguida, surgiram os DUs 1 e 2 com cerca de 10.1 e 14.3% respectivamente. Por último, os DUs 6 e 7 apresentavam cerca de 1.9 e 0.5% da população total daquele município, respectivamente (Quadro 2).

<b>Distritos Urbanos (DU)</b>	<b>População Total</b>	<b>% da População por DU</b>	<b>Número Médio de Habitações</b>
1-KaMphumo	111.222	10.1	26.884
2- Nlhamankulu ou Chamanculo	157.807	14.3	30.315
3-KaMaxaquene ou Maxaquene	223.628	20.3	41.443
4-KaMavota ou Mavota	293.270	26.6	56.395
5-KaMubukwana ou Mubukwane	290.775	26.4	57.995
6- Katembe ou Catembe	19.371	1.8	4.523
7- KaNyaka	5.216	0.5	969
Total	1.101.289	100	218.524

Quadro 2: Distribuição da população e o número de habitações existentes nos Distritos urbanos de Maputo.

Fonte: Moçambique, 2007.

O centro da cidade de Maputo restringe-se essencialmente ao DU 1. Os restantes DUs que compõem a periferia da cidade de Maputo (nomeadamente o 2, 3, 4 e 5) concentravam naquela época, cerca de 87.6% da população municipal total.

Os bairros Polana Caniço A e B, que compõe a área de estudo, situam-se no DU 3 atualmente designado Maxaquene, precisamente a sudeste do município e próximo ao litoral da Baía de Maputo. Esses bairros fazem parte da extensa periferia que concentra a maior parte da população urbana de Maputo que na maioria têm o comércio como a principal fonte de sobrevivência (Figura 4).

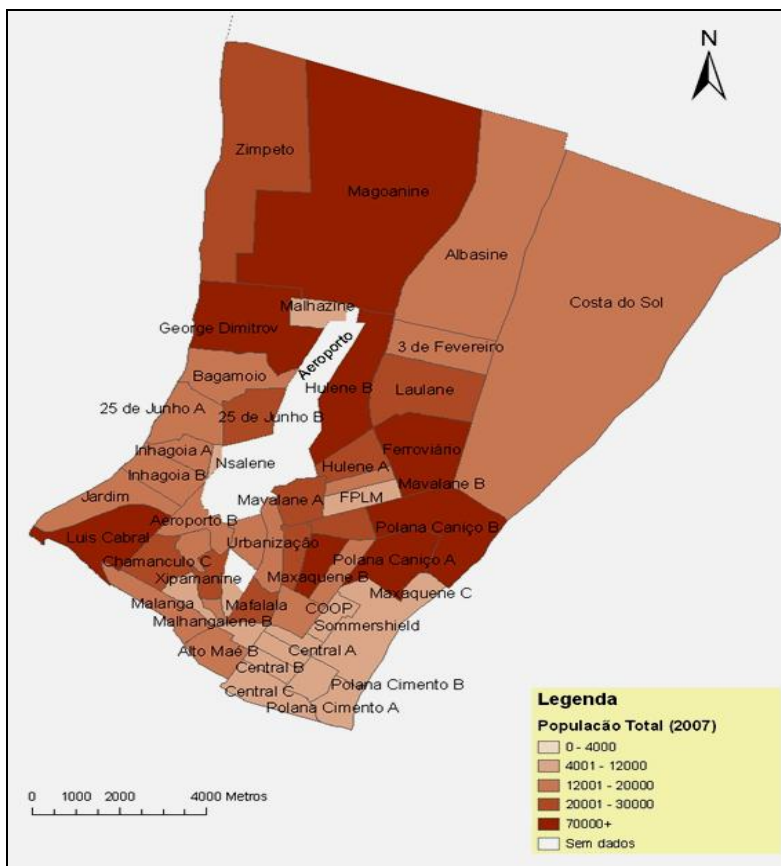


Figura 4: Distribuição da população pelos bairros residenciais na Cidade de Maputo.

Fonte: Moçambique, 2008.

Apesar da tendência para o decréscimo da proporção de população residente no Município de Maputo, este se reproduz como o maior aglomerado humano do país. Pouco mais de 70.1% dessa

população reside na área urbana que inclui o centro da cidade e sua periferia, nomeadamente os DU 1, 2, 3 e 4. Nas restantes unidades territoriais, que se encontram sob influência da cidade, prevalecem aspetos da vida urbana e rural sendo os casos mais evidentes os DUs 6 e 7.

O crescimento populacional registrado nesse espaço geográfico ocorreu impulsionado tanto pelo êxodo rural quanto pelas mudanças registradas no comportamento das variáveis demográficas o que levou a configuração de uma estrutura etária mais jovem (Gráfico 1).

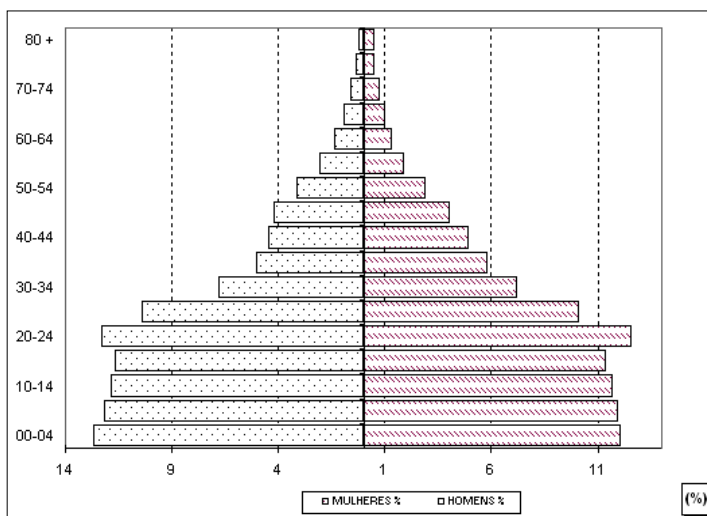


Gráfico 1: Estrutura etária da população da cidade de Maputo, 2007.

Fonte: Moçambique, 2010b.

A persistência de uma estrutura etária essencialmente jovem coloca desafios ao planejamento desse espaço urbano visto que parte significativa dessa população reside na periferia originada da ocupação espontânea do solo situado arredores da área central, com poucas ou quase nenhuma infraestruturas criadas, déficit de serviços públicos, onde as habitações (a maioria das quais precárias) se dispõem de uma forma caótica. Nesta área a maioria dos moradores ocupa-se de atividades informais particularmente do comércio de varejo de onde extraem seus poucos rendimentos com o quais criam e reproduzem suas condições de existência.

No ano de 2007 o PIB per capita nacional foi estimado em 1.117 Dólares americano (USDs). A taxa de alfabetização entre os adultos era



nessa época de 46.5% e a esperança de vida à nascença era de 41.9 anos. Esses dados colocavam, conjuntamente, Moçambique no 172º no nível de desenvolvimento entre os 177 países do mundo e sintetizando-se como um os países mais pobres do mundo (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2007). Este aspecto repercutiu-se na organização e reprodução de espaços habitacionais das áreas rurais e urbanas que compõe o território nacional.

Dentro deste quadro socioeconômico na cidade de Maputo distinguem-se, logo a prior, duas áreas que se diferenciam em termos de ocupação e uso do solo. A sua configuração territorial denota a persistência de discrepâncias entre o centro e a periferia, mas também revela a ocorrência de outra dinâmica impulsionada particularmente pelos agentes econômicos fato que se manifesta com a implantação de novas formas espaciais destinadas a variados fins socioeconômicos inclusive de habitação.

O centro da cidade constitui-se como um espaço habitacional produto do planejamento e que concentra atividades socioeconômicas vinculadas ao comércio, serviços públicos e privados. Esta área urbanizada restringem-se essencialmente ao DU KaMphumo que coincide com a área central daquela cidade. Ao redor desta situa-se uma extensa periferia menos diversificada em termos de uso do solo e com a predominância da função residencial (Figura 5).

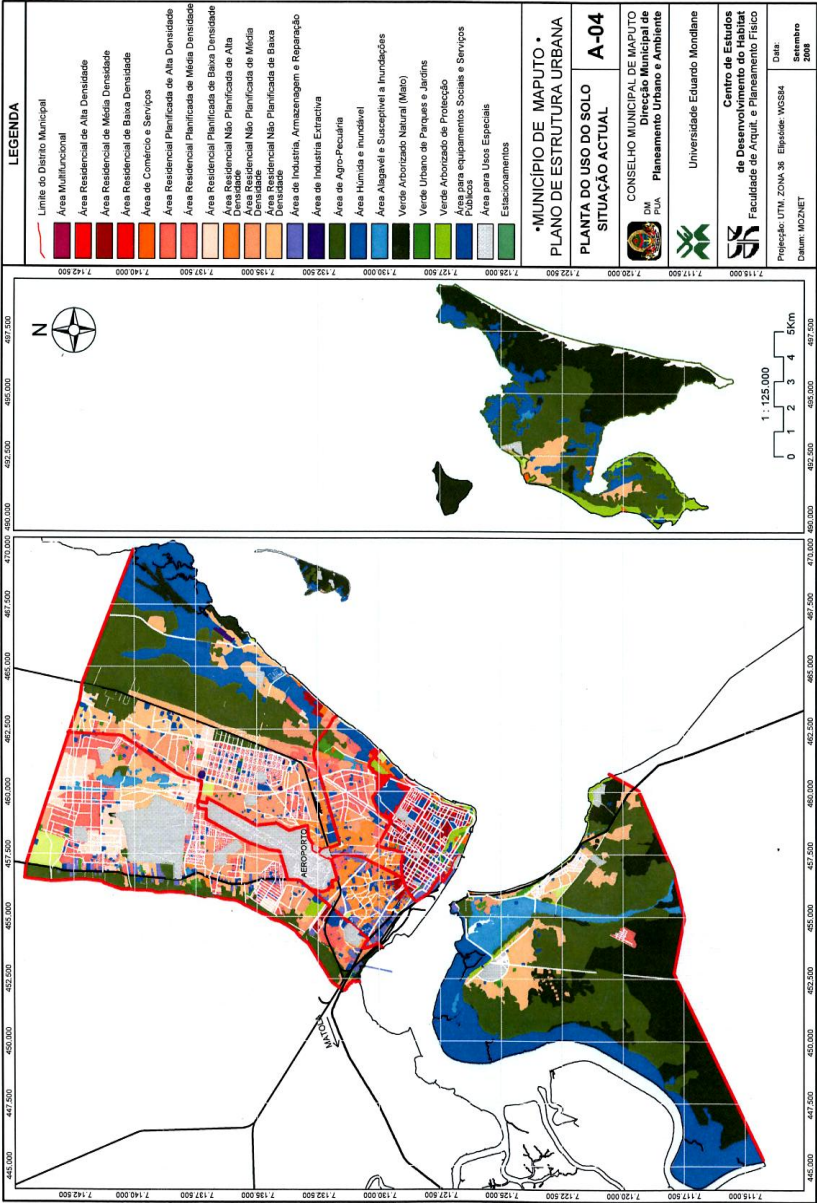


Figura 5: Ocupação e uso do solo do Município de Maputo.

Fonte: Moçambique, 2008.

A periferia de Maputo compreende essencialmente parte do DU 2, os DUs 3, 4 e 5. Esta constitui a área da cidade que concentra uma população majoritariamente de baixa renda. O comércio de bairro exerce uma centralidade nas atividades que garantem a reprodução deste grupo social. Esta área da cidade registra mudanças, do ponto de vista da produção e situação habitacional, impulsionadas tanto pela ação dos agentes econômicos quanto pela intervenção dos grupos sociais de baixa renda.

Os agentes econômicos intervêm na reprodução e transformação daquele centro urbano através da realização de empreendimentos imobiliários que acabam por reconfigurar os espaços habitacionais preexistentes. Mas, persiste um vasto grupo social que sobrevive das atividades informais particularmente do comércio que influi também no processo socioespacial local. Da interação entre as demandas destes agentes sociais criam-se formas-conteúdo

A configuração desse território urbano reflete as desigualdades sociais inerentes ao modo de produção capitalista no seu estágio neoliberal globalizado que influi decisivamente na dinâmica da sociedade moçambicana. No entanto, a formação da cidade de Maputo circunscreve-se ao processo histórico que marcou a evolução da sociedade moçambicana na sua articulação com eventos externos, ou seja, da interação local-global.

A origem deste centro urbano remonta ao modo de produção colonial inaugurado pela expansão europeia e que condicionou a formação de um espaço urbano fragmentado: o centro resultante de um planejamento e a periferia produto da ocupação espontânea.

### 1.3. A SOCIEDADE COLONIAL EM MOÇAMBIQUE

Entre os séculos IX a XIV os viajantes asiáticos, tais como Al-Masudi (888-957 d.c) e Ibn Batuta (1307-1377 d.c), fizeram registros da atividade comercial praticada através do Oceano Índico entre as sociedades litorâneas da africana oriental e os povos do sudoeste asiático. A partir do século XV, determinados grupos sociais de origem ocidental também procuram expandir a sua economia e tornam-se concorrentes nas trocas comerciais estabelecidas pelo mar entre a África e Ásia. Das viagens marítimas realizadas, os portugueses alcançaram a costa sul de Moçambique onde adquiram mantimentos que lhes possibilitaram navegar para as regiões centro e norte onde se situavam

os principais centros comerciais da época. Nesta perspectiva Cabaço narra que,

Embarcações de tipo novo, com outras gentes de pele clara, foram chegando sucessivamente à costa oriental de África para combater as que, provenientes do Norte ou do Oriente, tradicionalmente cruzavam, ao sabor das monções, as águas índicas e para se guerrear entre si pela supremacia nos mares. No Oceano Índico, até então dominado por navegadores e mercantes swahilis, árabes e indianos, novos interlocutores se inseriram na disputa por rotas marítimas vitais de acesso ao Oriente e por posições privilegiadas para o comércio de produtos locais (produtos agrícolas exóticos, marfim, penas de avestruz, ouro, prata, especiarias, etc.) e, mais tarde, para o tráfico humano que se tornaria atividade dominante (CABAÇO, 2010: 29-30).

As trocas comerciais estabelecidas entre as sociedades africanas e os povos asiáticos traduziam-se em relações político- econômicas mais ou menos amistosas para com os potentados nativos. A inserção de comerciantes europeus modificou a dinâmica destas interações e marcou o início “de uma hegemonia planetária conhecida também como a mundialização da economia ocidental o que proporcionou a acumulação do capital pela burguesia em ascensão naquele continente” (Ibdem: 30).

As mudanças registradas pelas sociedades da Europa Ocidental a partir de meados do século XVIII moldaram outro tipo de relacionamento para com os povos africanos que culminou com a implantação de um sistema de subordinação que caracterizou o modo de produção capitalista colonial. Inaugurou-se o capitalismo imperialista que serviu para sustentar o processo de industrialização e a modernização das economias ocidentais.

Países como Inglaterra, França, Alemanha, Bélgica, Portugal e Holanda procuraram estender o seu domínio (político, econômico e militar) para o continente Africano onde se constatou existir recursos capazes de suprir o déficit econômico nas suas sociedades.

A descoberta de metais e pedras preciosas, caso do ouro e diamante na África do Sul, exacerbou a corrida imperialista pelo controle de fontes de exploração e portos de escoamento. Os conflitos que emergiram suscitaram intensos debates entre os grupos sociais ocidentais o que culminou com a realização da Conferência de Berlim

(1884-1885). Este encontro ocorreu como uma forma de coordenar a ocupação dos territórios africanos e evitar possíveis conflitos entre as sociedades concorrentes.

Na conferência deliberou-se que apenas seriam reconhecidos os direitos coloniais à sociedade que observar o princípio da ocupação efetiva e estabelecer autoridade suficiente para fazer respeitar seus direitos. Estes aspetos traduziram-se em mudanças drásticas nas relações político-econômicas estabelecidas com as formações sociais nativas do continente africano. Desse modo,

A tônica foi-se deslocando de uma posição na qual prevalecia uma atitude de negociação e de relativa contemporização com as elites locais-correspondente ao período mercantilista sob o impacto do pensamento liberal das burguesias em ascensão- para uma política de domínio pela força, de discriminação, de apropriação das riquezas e de exploração do trabalho, que respondia ao “espírito do capitalismo” (CABAÇO, 2010: 42-43).

Em Moçambique a pretensão imperialista portuguesa esbarrava-se com a presença de diversos reinos que dominavam vastos territórios e se opunham a dominação estrangeira. Na região sul demarcada pelo Rio Save existiam os reinos Matola, Magaia, Inhaca, Tembe, Maputo, Mahazul, Magaia, Zixaxa, Mugunduan e Moamba. O território entre o Rio Save e Zambeze esteve sob domínio do Estado de Gaza e o Estado Bárue. No Norte distribuíam-se os Estados Islâmicos e os Ajauas. Os interesses político-econômicos portugueses estiveram ameaçados também devido à presença de outros concorrentes (tais como ingleses e holandeses) que negociavam diretamente com os potentados dessas formações sociais.

Conseqüentemente, nos finais do século XIX foram realizadas incursões militares com vista à “ocupação efetiva” de territórios dominados e controlados pelas formações sociais nativas (MACAGNO, 2001: 63). Com a subjugação dos grupos sociais que habitavam a região sul, os portugueses encetaram ações para a implantação de uma estrutura que possibilitasse a exploração da colônia. Forjou-se um sistema de administração que passou a contemplar órgãos burocráticos, a força militar e serviços de policiamento para garantir a proteção de seus interesses.

O Estado colonial formou-se em torno do pensamento prevalecente entre a burguesia metropolitana e dos ideais perseguidos pelos militares-políticos que protagonizaram e perpetuaram o sistema colonial. Na sua vinculação com Portugal, o território moçambicano foi referido ora como território colonial ou como uma província ultramarina. Esse sistema subordinava administração local ao poder político metropolitano através de um Governador Geral incumbido de executar as decisões político-jurídicas veiculadas através de instituições centrais tais como o Ministério das Coloniais.

A estrutura político-administrativa colonial esteve, até as três primeiras décadas do século XX, concentrada no território sul de Moçambique. Como Lisboa não tinha capacidade suficiente para controlar toda a colônia, optou por estabelecer alianças e fazer concessões de extensões de terras nas regiões centro e norte para o capital privado particularmente inglês e francês.

Dessa política econômica surgiram as sociedades privadas de investimento como a Companhia de Moçambique, Zambeze, Niassa, Sena Sugar State e a Companhia de Boror. Estas empresas monopolistas passaram a explorar parte significativa do território colonial através de sistemas de plantações e recorrendo a força do trabalho local.

A opção de concentrar o seu aparato burocrático na região sul deveu-se, entre outros aspetos, ao desenvolvimento da indústria mineira e a revolução agrária ocorridos na África do Sul e Zimbábue que passaram a demandar por portos estratégicos para o escoamento de produtos para o mercado europeu.

Na época, a Baía de Maputo oferecia melhores condições para navegação e comunicação com esse hinterland<sup>1</sup> próspero, tornando-se numa das regiões mais concorridas da África meridional. Os portugueses enxergaram a possibilidade de arrecadar capitais com a cobrança de tarifas aduaneiras sobre mercadorias de importação e exportação. Com o desenvolvimento da exploração mineira, a região sul de Moçambique transformou-se numa importante reserva de mão-de-obra barata de que a administração colonial também se encarregou de controlar e regulamentar a sua contratação o que lhe possibilitou tirar dividendos amputados nos salários através de impostos.

---

<sup>1</sup> O território da Baía de Maputo prolonga-se para o interior através de uma extensa planície que se estende à região fronteira entre África do Sul e Zimbábue que devido às limitações do sistema de transporte da época, dominado pelo sistema ferroviário e navegação marítima, a tornava favorável para o deslocamento intracontinental e intercontinental.

A colonização europeia<sup>2</sup> modificou as formas peculiares de organização socioeconômica perpetuadas pelas sociedades nativas que ao negar-lhes a sua existência sociocultural e procurou inserir novos valores que se autoavaliavam como portadores inatos incumbindo a Igreja e o Estado da missão envagelizadora e civilizacionista. Assim, as sociedades nativas foram compulsiva e deliberadamente inseridas no modo de produção capitalista monopolista fato que decorreu associado a estruturas de relações de poder (político e econômico), tanto na colônia quanto entre esta e as metrópoles ocidentais, traduzidas na exploração de recursos naturais e da força de trabalho local em benefício das economias ocidentais.

A ideologia apregoada pelos políticos, militares e capitalistas ocidentais proporcionou “a matriz discursiva na qual se apoiou o colonialismo português” durante a sua vigência em Moçambique. A opinião que prevaleceu defendia a perpetuação de uma prática político-administrativa estatal baseada no princípio da descentralização (Ibdem: 68) fato que se repercutiu nas diversas instâncias do cotidiano da sociedade colonial. No bojo dessa categorização, surgiu o estatuto de indígena e o assimilado que esteiram a prática rotineira do Estado colonial.

Esse pensamento camuflou-se numa suposta contemporização da cultura portuguesa (ou de origem ocidental) para com as práticas perpetuadas pelos grupos sociais nativos que o sistema dominante se encarregou de categorizar como usos e costumes. O pressuposto intento de “respeitar” e “preservar” os costumes locais justificaram a criação e a perpetuação de estatutos político-jurídicos distinto, um para os civilizados e outro para a população indígena, com os quais passaram a ser regulamentadas as relações sociais e a divisão do trabalho.

Conseqüentemente, os grupos sociais de origem europeia passaram a beneficiar-se de direitos sociais garantidos pelos estatutos civis e salvaguardados pelo Estado enquanto sobre a população nativa incidia um sistema de deveres e obrigações para com aqueles. Procurando garantir a reprodução desse modo de produção, a política colonial desenrolou-se num contínuo contracenso entre civilizar, mas respeitando os usos e costumes locais. Não sendo de interesse direto do Estado colonial, a ação civilizadora e a própria educação foram confiados à igreja católica tutelada sob tutela do Estado colonial.

---

<sup>2</sup> É necessário tomar em consideração que no caso de Moçambique, apesar de ser uma colônia portuguesa, a exploração da economia decorreu também através da realização de investimentos de capitais privados externos tais como inglês, francês, americano, etc.

A dinâmica da sociedade colonial entrelaçava-se nas diferenças socioculturais que se reproduziam “nos ordenamentos hierárquicos, nas relações de poder e através de representações que distanciavam o colonizador do colonizado” (CABAÇO, 2010: 37). Esse sistema repercutia-se também na divisão do territorial do trabalho e na organização do espaço habitacional, *stritu sensu*.

Desse modo, resultou que as leis metropolitanas deveriam restringir-se a Portugal enquanto que as relações sociais locais passariam a reger-se por meio de leis esboçadas especificamente para a colônia. E na própria colônia as políticas seriam também diferenciadas conforme se tratasse de regulamentar as relações de trabalho entre a classe colonizadora e os grupos sociais colonizados. Na lógica deste sistema importava apenas a espoliação de recursos, a concentração de mão-de-obra barata para o trabalho e propiciar a produção da riqueza repartida pela burguesia situada na colônia e a metropolitana.

Para alcançar esses objetivos foram criadas instituições e instaurados mecanismos que visavam compelir a população para o trabalho nas propriedades coloniais, minas, plantações na África do sul e no Zimbábue. A Secretaria dos Negócios Indígenas foi um das instituições que esteve encarregada de regulamentar as relações de trabalho do colonizado para com o colonizador.

As leis trabalhistas indígenas<sup>3</sup> começaram a vigorar a partir de 1899 e foram promulgadas sucessivamente em 1906, 1911, 1914, 1926 e 1928 (ZAMPARONI, 2007). Esta legislação instituiu um sistema de deveres e obrigações da população indígena e garantia direitos e os privilégios ao grupo social de origem ocidental e seus descendentes.

Essa estratificação social repercutiu-se na organização do território nas áreas rurais e particularmente nos centros urbanos. A distinção entre europeus e não-europeus que permeava a ação política colonial condicionava distribuição espacial da população, do trabalho e a concentração diferenciada dos benefícios socioeconômicos criados.

Em termos de divisão político-administrativa, a Província ou a Colônia de Moçambique passou a compreender um número variado de Distritos que se subdividiam em diversas Circunscrições indígenas e as Freguesias. As Freguesias correspondiam um conjunto variado de Conselhos. Nestas unidades territoriais os lugares de culto, de circulação

---

<sup>3</sup> Com os referidos códigos de trabalho indígena instituiu-se e regulamentou-se o trabalho obrigatório. Passou a considerar-se obrigatória a disponibilidade da população indígena para o trabalho nas propriedades coloniais portuguesas, para as minas e as plantações nas vizinhas coloniais britânicas.



e as comodidades repartiam-se através de práticas discriminatórias que suscitaram as desigualdades sócio raciais e a segregação espacial. O próprio sistema político contemplava distintas representações conforme se tratasse de administrar territórios habitados pela população nativa ou que concentravam os grupos sociais de origem ocidental (MACAGNO, 2001).

Durante a vigência do sistema colonial poucas foram às mudanças registradas no conteúdo dos instrumentos político-jurídicos adotados pelo Estado colonial. De acordo com Pililão (1989) a lei orgânica do ultramar, a Lei nº 2066 de 27 de Junho de 1953, reafirmou que os Conselhos e as Circunscrições deveriam agrupar-se em Distritos sob autoridade de um governador de modo obter a necessária eficiente governativa.

A colônia passou a ser administrada por um governador geral auxiliado por vários administradores distritais coadjuvados pelos chefes das circunscrições indígenas, os régulos<sup>4</sup>. Estes, subordinados aos administradores distritais foram transformados em representantes do poder colonial no ceio das formações sociais nativas. Residiam nas próprias circunscrições que tutelavam e tinham a responsabilidade de colocar em prática as ordens impostas pelo governo colonial. Coadjuvados pelos sipaios<sup>5</sup>, os régulos tinham a obrigação de auxiliar a administração colonial na cobrança de impostos, no recrutamento da força de trabalho, na detenção de infratores da ordem pública e na aplicação das respectivas medidas corretivas.

A estrutura social instituída e reproduzida pela ação política colonial condicionou formação de espaços habitacionais segregados do ponto de vista socioracial. Esta configuração socioterritorial manifestou-se através da distribuição seletiva da população de origem europeia e não-europeia, a divisão socioracial do trabalho e no ordenando de lugares de habitação também distintos.

Assim, subentende-se que as circunscrições indígenas constituíam unidades territoriais essencialmente rurais destinadas à habitação e ao trabalho da população nativa. Os Conselhos que compreendiam basicamente as cidades e vilas constituíam povoações destinadas à habitação de grupos sociais de origem ocidental. No caso da Cidade de

---

<sup>4</sup> O régulo era uma pessoa física escolhida pela administração colonial encarregada de administrar as circunscrições indígenas e implementar as tarefas emanadas pelo sistema dominante tais como a coleta de impostos.

<sup>5</sup> Os sipaios constituíam uma força policial formada por indivíduos recrutados nos grupos sociais nativos que foram usados para reprimir aqueles que transgredissem a ordem colonial.

Lourenço Marques passou a ser administrada por uma Câmara Municipal a partir de 1857.

#### 1.4. FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA CIDADE DE LOURENÇO MARQUES (ATUAL MAPUTO)

A formação do núcleo urbano que propiciou o desenvolvimento da Cidade de Maputo circunscreve-se ao processo de colonização ocidental iniciada no território que compreende a Baía de Maputo. As formas espaciais que configuram a paisagem deste centro urbano correspondem a realizações do passado que participam do tempo presente. Este aspecto torna relevante retroceder no tempo de modo a resgatar o processo que culminou com a formação e desenvolvimento da cidade e sua periferia onde se situam atualmente os bairros populares de Polana Caniço A e B.

O fenômeno urbano em Moçambique remonta o desenvolvimento de relações mercantis (estas trocas comerciais consistiam em ouro, ferro, pedras preciosas, especiarias, escravos, tecidos e armas) estabelecidas entre as sociedades que habitavam as regiões litorâneas da África oriental com os povos oriundos do sudoeste da Ásia.

A concentração desses fluxos comerciais, na região centro e norte, resultou na formação de importantes centros urbanos dos quais se destacaram Sofala, Ilha de Moçambique, Quelimane, Sena e Tete. No litoral norte a formação desses centros comerciais decorreu associada ao processo de aculturação e miscigenação que levou ao surgimento de grupos sociais islamizados, caso dos Swahilis atualmente predominantes na Ilha de Moçambique.

Sofala que se tornou o principal centro dinâmico da região central perdeu a sua hegemonia econômica para a Ilha de Moçambique situada mais a norte, a partir do século XVI. Concomitantemente, na região sul junto a Baía de Lourenço Marques emergiu o comércio de marfim até então pouco intenso. Até meados do século XIX praticamente toda a região sul não havia registrado a formação de um aglomerado urbano expressivo.

As sociedades que habitam esse território ostentavam modos de produção peculiares que se perpetuaram como dominantes até finais do século XIX. Nesta perspectiva, Zamparoni considera que estas

...formas produtivas não capitalistas embora comportassem conflitos sociais não negligenciáveis, pois os camponeses indígenas não formavam um todo homogêneo e indistinto sem hierarquias em seu seio, conseguiam sustentar suas necessidades de consumo e os excedentes, em geral, convertidos em tributos pagos aos régulos e potentados diversos, quer africanos, afro-portugueses ou afro-islamizados, entravam em circuito de trocas; mas a terra era possuída de formas e por mecanismos variados pelos membros da comunidade que dela desfrutavam. (ZAMPARONI, 2007: 46)

Entre as formações sociais que habitavam a Baía de Maputo destacaram-se o clã Maputo, Matola, Inhaca, Tembe, Mahazul, Magaia, Zixaxa, Mungunduanne e Moamba. A agricultura, a criação de gado, a caça e a pesca constituíam as principais atividades econômicas praticadas por estes grupos sociais. Com os excedentes da produção participaram também de trocas comerciais com europeus e, posteriormente, com asiáticos. O marfim e a Baleia que sazonalmente se reproduzia naquela baía constituíam um dos principais atrativos e motivo de disputas pela hegemonia mercantil entre franceses, holandeses, austríacos, ingleses e portugueses.

No decorrer do século XVIII os holandeses e ingleses envolveram-se nessa atividade comercial e, posteriormente, no comércio de escravos. Estabelecidos no Cabo da Boa Esperança na África do Sul os holandeses procuram expandir seu domínio para a região sul de Moçambique de modo a controlar as atividades econômicas e os portos. Em 1721 ocuparam a Baía de Maputo onde permaneceram cerca de 9 anos quando abandonaram aquela região devido à presença de ingleses e franceses que também demandavam pelo controle do comércio e que já haviam atacado o porto em 1722 (MENDES, 1985).

Na disputa travada entre as sociedades européias pela hegemonia político-econômica da região meridional do continente Africano, os austríacos também se fixaram e ocuparam esse território por volta de 1777. Para contornar essa situação, a coroa portuguesa ordenou o envio de uma expedição militar para retirar os austríacos e recuperar a posse dessa baía, fato que sucedeu em 1781.

Esta ocupação levou a construção de um estabelecimento (também designado presídio de Lourenço Marques) que serviu essencialmente para albergar a guarnição militar e 3 anos depois iniciou

a construção de ancoradouro que serviu para embarque de mercadorias. Por volta de 1796, essa pequena povoação foi arrasada por corsários franceses que também demandavam aquela região (LOBATO, 1949).

Diante dessa situação, a coroa portuguesa optou por promover uma ocupação massiva que levasse a formação de um aglomerado significativo e capaz de defender a soberania dos seus interesses naquela região. Assim, em 1799 chegaram os primeiros comerciantes e aventureiros que, primeiramente, fixaram-se no extremo sul do estuário onde permaneceram cerca de 1 ano. Por volta de 1800, atravessaram para faixa norte da baía onde ergueram uma “pequena habitação para quartel da tropa e feitoria que ocupava uma estreita língua de areia de cerca de 1200 m de comprimento e 500 m de largura máxima rodeada de pântanos”. Este pequeno povoado foi erguido a partir de materiais recolhidos localmente e o tipo de habitações assemelhava-se ao das populações nativas edificadas com galhos da mafureira (*Trichilia emetica* Vahl) e cimentadas com a argila (MENDES 1985: 18).

Esta ocupação, que decorreu na virada do séc. XVIII para o sec. XIX, marcou o início da colonização portuguesa na região sul de Moçambique fato que propiciou a formação de um aglomerado populacional que, posteriormente, se desenvolveu originando a Cidade de Lourenço Marques. Este agrupamento humano, contínuo no tempo-espaço, consolidou-se estimulado pelo desenvolvimento do comércio intercontinental praticado a partir daquela baía.

A presença contínua de um contingente populacional e o crescimento da atividade comercial possibilitou a formação de um núcleo que passou a ser designado de Lourenço Marques. Outros fatores concorreram para a evolução deste agrupamento humano que de um espaço predominantemente rural transformou-se num aglomerado urbano.

As migrações iniciadas por volta 1825 marcaram o início de uma nova fase na dinâmica daquele lugar e contribuíram para o aumento do contingente populacional dessa região. Na época, foi criada a Companhia de Lourenço Marques e Inhambane com a finalidade de incentivar a migração de portugueses para o Moçambique e promover a formação de povoados que garantissem a hegemonia político-econômica de Lisboa (MENDES, 1985: 18) o que se revelou crucial para a consolidação do núcleo urbano de Lourenço Marques e para o surgimento de outros aglomerados na região sul. Nesta perspectiva, Araújo argumenta que

Os atuais espaços urbanos em Moçambique são resultantes de um processo alógeno, em que a concentração de atividades econômicas foi decidida e imposta em função de interesses exteriores (coloniais), como sucedeu, igualmente, em toda a África subsahariana. Muitas vezes, nem sequer são interesses econômicos diretos que atuam como fator imediato da localização do "situ" urbano, mas antes interesses ligados às necessidades do poder colonial, como sejam o de controle militar e/ou administrativo e a exportação de matérias primas, geralmente provenientes do interior. Este processo transplantou modelos e percepções de organização do espaço oriundos das realidades das metrópoles coloniais (ARAÚJO, 2003: 167-168).

Na atividade comercial que passou a ser praticada integrando os assentamentos humanos situados na região costeira, prosperou o comércio de marfim e escravos como principais produtos de troca. Quando o marfim perdeu a importância, passou a predominar o tráfico humano de maneira que “entre 1770 e 1850, o tráfico de escravos constituiu-se na principal atividade econômica da colônia”. Essa prática compreendia uma rede extensa de comerciantes com vinculações no Brasil, Caribe, Angola e Europa ocidental (ZAMPARONI, 2007: 29).

Devido a lucratividade desta prática, a Coroa Portuguesa encarregou-se de fixar e cobrar taxas alfandegárias para a exportação de escravos através de portos situados em territórios litorâneos sob seu domínio, fato que vigorou de 1785 a 1870 (CEA, 1998 apud HERNANDEZ, 2009). Concomitantemente, o núcleo urbano de Lourenço Marques evoluiu estimulado pelo fluxo comercial que passou a demandar o ancoradouro que serviu para a exportação e importação de mercadorias de e para a Ilha de Moçambique, Ásia e Europa.

Este povoado restringia-se a uma porção de terra situada na margem do estuário, cercada pelo mar e pântano. O cotidiano deste lugar decorria em torno do estuário e na sua configuração territorial compreendia a fortaleza, uma praça, mastro para bandeira, armazéns, poço e o ancoradouro para porto. O núcleo urbano que se formou também passou a comunicar-se com as sociedades do hinterland (próximo e distante) através de um caminho aberto sobre o pântano, a estrada do Linderburg (Figura 6).

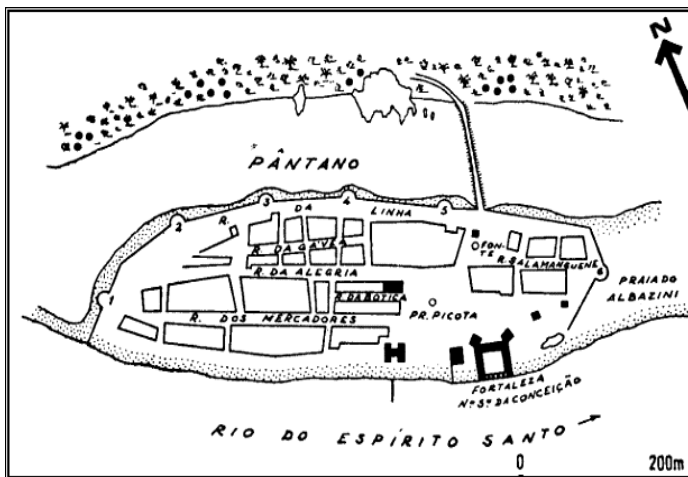


Figura 6: Esquema cartográfico do núcleo urbano de Lourenço Marques, por volta de 1876. Nesse esboço cartográfico ressalta uma preocupação da administração colonial com a orientação da ocupação e uso do solo, fato que se evidencia nas tipologias atribuídas as ruas e praças. Esses aspetos denotam a ocorrência de um processo de urbanização que desde cedo passou contemplava a questão de ordenamento do território.

Fonte: Mendes, 1985.

Este aglomerado foi adquirindo características de certa urbanização o que se vislumbrou no ordenamento da ocupação e uso do solo que possibilitou a fixação de um arruamento, a demarcação e a distribuição das edificações. Este assentamento humano passou a estabelecer relações econômicas com os grupos sociais que habitavam territórios que se situavam no seu entorno, com as sociedades europeias e asiáticas.

A dinâmica local dependia essencialmente do comércio que se baseava em produtos adquiridos nas sociedades nativas que habitavam o território junto a baía, aqueles que eram transportados por mercadores do interior para o litoral e os importados. Os mercadores-viajantes europeus e asiáticos tornam-se intermediários das relações econômicas estabelecidas entre aquele lugar e mundo fora, particularmente com a Europa e a Ásia.

A complexidade destas relações comerciais traduzia-se na tributação de mercadorias transportadas do interior que para alcançarem a região portuária de Lourenço Marques tinham de atravessar territórios pertencentes a outras formações sociais. A travessia de mercadorias

estava sujeita a impostos que vigoraram como uma espécie de tarifas aduaneiras pagas aos potentados locais para que os mercadores pudessem atravessar os territórios sob seu domínio e alcançarem a região portuária onde se realizavam as trocas comerciais e se escoavam os produtos.

Na segunda metade do século XIX desencadearam-se eventos que modificaram a dinâmica das formações sociais nativas que habitavam o território que hoje constitui Moçambique. O processo de industrialização registrado na Europa ocidental passou a demandar por novas fontes de recursos de modo a baratear o processo produtivo e gerar economias de escala.

Devido a existência de recursos (como minerais, vales férteis que se distribuem pelos cursos dos rios que já produziam excedentes agrícolas, as florestas importante fonte de energia e madeira) e a disponibilidade da força humana, o continente Africano emergiu como que reunindo as condições necessárias para estimular o crescimento das economias ocidentais. Conforme atesta Cabaço,

A passagem da fase mercantil/escravista à “ocupação efetiva” das colônias marca, de fato, a urgência do capital industrial e financeiro europeu em se apropriar diretamente das materiais-primas, do controle da produção e dos meios de produção nos territórios ultramarinos. A economia-mundo, à medida que amplia a sua consolidação, atribui a função subordinada e complementar ao continente africano, bem como determina o destino da riqueza produzida (CABAÇO, 2010: 35).

As transformações econômicas registradas na Europa ocidental culminaram com a instauração do capitalismo monopolista que passou a necessitar de uma força de trabalho barata e de recursos que fossem permanentemente integrados na esfera produtiva (ZAMPARONI, 2007) de onde sobressaíram as formações socioterritoriais africanas.

A descoberta de diamantes em Kimberley (1867) e do ouro em Witwatersrand (1866) na África do Sul despertou o interesse pela colonização da África meridional inclusive de Moçambique e culminou com a ocupação militar, a expansão e modernização da cidade de Lourenço Marques.

O desenvolvimento deste centro urbano foi impulsionado pela conjunção de diversos fatores dos quais se salientava a situação da então Baía de Lourenço Marques que oferecia facilidades de navegação e

comunicação com o interior do continente inclusive com a região mineira da África do Sul (MENDES, 1985).

Na tentativa de se organizarem para evitarem possíveis conflitos, os países ocidentais encontraram-se em Berlim (1884-1885) para discutir questões relativas à colonização e exploração do continente Africano. As diretrizes deliberadas recomendavam a ocupação militar para que fossem reconhecidos os direitos coloniais. O princípio da ocupação efetiva que implicava o repovoamento territorial, a implantação de estruturas político-administrativas, o aproveitamento da força de trabalho e os recursos naturais disponíveis para estimular o desenvolvimento daquele modo de produção.

A conjunção desses fatores culminou com a colonização político-militar e teve implicações diretas na urbanização das cidades africanas no geral. Quando iniciou a mineração e desenvolveu a produção agrícola na África do Sul e Zimbábue, aumentou o fluxo comercial através do povoado de Lourenço Marques de maneira que “a partir de 1886 o porto situado nesse centro urbano passou a arrecadar mais receitas do que a Ilha de Moçambique então capital da colônia” (LIESEGANG 1986, apud ZAMPARONI, 1998: 251). Devido ao crescimento econômico alcançado por esse aglomerado populacional, Lourenço Marques adquiriu o estatuto de cidade por volta de 1887 (Figura 7).



Figura 7: Selo comemorativo do centenário da Cidade de Maputo, 1987. Este selo ilustra a paisagem do núcleo que originou a atual cidade de Maputo.

Fonte: Disponível em <http://joaogil.planetaclix.pt/losel.jpg>; Acessado a 22/11/2010.



Os portugueses passaram a controlar um ótimo porto que serviu para o escoamento de minerais e produtos agrícolas da África do Sul e Zimbábue particularmente para a Europa ocidental e, vice versa. A administração colonial entrou num negócio barato e lucrativo intermediando, através de serviços burocráticos e atividade portuária, a saída e a entrada de mercadorias do e para o hinterland do continente africano.

Com o desenvolvimento da indústria mineira e os sistemas de plantações na África do Sul e Zimbábue, a região sul de Moçambique tornou-se numa importante fonte de força de trabalho que a administração colonial se encarregou de regulamentar através de leis trabalhistas indígenas. Ao concentrar o monopólio da mão-de-obra, os portugueses se ocuparam de recrutar e enviar a mão-de-obra para essas colônias inglesas de onde subtraíam dividendos em forma de impostos sobretaxados nos salários pagos aos emigrantes nas minas e nas plantações.

Com a implantação do sistema ferroportuário, inaugurado em 1895, a cidade de Lourenço Marques registrou um rápido processo de expansão escalando a encosta norte daquela baía. O crescimento da cidade foi condicionado pelas condições físicas do sítio, pelo aumento do fluxo de mercadorias e a situação econômica da administração colonial que desde cedo dependia de investimentos de capitais privados.

Os empreendimentos que promoveram a urbanização dessa cidade passaram a necessitar de considerável força de trabalho empregue na construção e embelezamento de diversos edifícios, nas operações rotineiras de manutenção e modernização da infraestrutura ferroportuária, nas atividades de carga e descarga de mercadorias no porto. Circunscrita a margem do estuário a cidade passou a compreender um aglomerado significativo de casas e armazéns onde a edificação, aparentemente, passou a ser feita em alvenaria a (Figura 8).



Figura 8: Cidade de Lourenço Marques, por volta de 1895

Fonte: Fernandes, 2006.

O desenvolvimento econômico registrado pela cidade de Lourenço Marques atraiu gente e capitais de diversos lugares do mundo fato que levou a transferência da capital política colonial da Ilha de Moçambique em 1897/98 e estimulou a realização de diversos empreendimentos na virada do século XX.

A aterragem do pântano iniciada a partir de 1901 constituiu umas das principais intervenções que possibilitou a urbanização da encosta norte da Baía de Lourenço Marques. Realizaram-se obras de engenharia e foram implantadas diversas infraestruturas para servirem ao novo e desconhecido fluxo de pessoas, comércio e serviços que afluíam para essa região. Melhoraram-se as condições de navegabilidade da baía instalando faróis e realizaram-se obras de engenharia no porto para que navios maiores pudessem atracar nele (MENDES, 1985).

À medida que as atividades socioeconômicas foram diversificando-se, a estrutura produtiva da cidade passou a necessitar de considerável força de trabalho não especializada (ARAÚJO, 2003). Corroborando, Zamparoni sustenta que,

O porto de Lourenço Marques, ponto terminal do caminho de ferro, demandava cada vez mais braços para os serviços de carga e descarga e não se tardou a dar um enquadramento legal à obrigação moral do trabalho (ZAMPARONI, 2007: 62).

Foram adotados diversos mecanismos para compelir a população nativa para o trabalho nas propriedades da burguesia, nas atividades consideradas de interesse “público” como abertura de estradas e embelezamento da cidade. As formações sociais nativas foram compulsivamente integradas ao modo de produção capitalista através de mecanismos político-jurídicos postos em prática pelo Estado colonial que contava com instituições de segurança e policiamento.

Entre os instrumentos com os quais se instituiu a obrigatoriedade do trabalho e induziram o assalariamento da mão-de-obra local, destacou-se o imposto de palhota<sup>6</sup> que além de permitir a extração de dividendos sobre o salário dos trabalhadores, tinha a finalidade de forçar a população local a vender sua força de trabalho de modo a garantir que fossem satisfeitos os interesses político-econômicos coloniais (HERNÁNDEZ, 2009; ZAMPARONI, 2007).

Por volta de 1909 foi aprovada uma regulamentação que autorizava a desapropriação de terras pertencentes às formações sociais nativas, transformadas em propriedade do Estado colonial que as atribuiu a particulares (indivíduos de origem ocidental que se tornaram proprietários de algumas parcelas de terra) e ao capital privado (ZAMPARONI, 2007: 77-82).

Desta reestruturação social formou-se uma pequena burguesia que compreendia quadros da administração colonial, investidores privados e detentores de propriedades que passaram a dedicar-se a agropecuária. Essa desapropriação não se restringiu as terras aptas à produção agrícola, mas também aquela que se tornou solo urbano.

O rápido desenvolvimento do centro da Cidade de Lourenço Marques vislumbrou-se com a implantação de diversas infraestruturas, públicas e privadas, que estruturaram a urbanização desta da cidade.

---

<sup>6</sup> O imposto de palhota foi instituído por volta de 1881, mas com pouca expressão devido ao fato da maior parte do território estar sob domínio de Estados nativos que se opunham as pretensões políticas e econômicas portuguesas. O pagamento desta tributação poderia deveria ser feita em dinheiro (340 reis) ou gêneros agrícolas. Em 1883, nas cidades e vilas a taxa de 800 e 600 reis respectivamente. Em 1892, a Coroa portuguesa delegou poderes a Companhia de Moçambique para que cobrasse a referida tributação (estimada em 900 reis) no território concessionado. Inicialmente, o pagamento podia ser feito em gêneros agrícolas ou em dinheiro o que possibilitava que os agricultores se renegassem ao trabalho porque com a comercialização de excedentes agrícolas podiam cumprir com as suas obrigações fiscais. A partir de 1894 foi fixado apenas em dinheiro como forma de obrigar a população nativa a vender sua força de trabalho aos interesses econômicos coloniais. Registrou um aumento de 900 à 1350 reis nos Distritos de Inhambane e Lourenço Marques e nas capitais distritais passou a 1500 reis. Em 1896, nos distritos de Gaza e Lourenço Marques o imposto foi estipulado em 2500 reis (HERNÁNDEZ, 2009: 65) E, em 1906 o imposto passou a ser cobrado em libra esterlina e deveria ser pago ao câmbio do dia (ZAMPARONI, 2007: 183).

Entre os empreendimentos realizados nas primeiras 5 décadas do século XX, destacaram-se o edifício do atual Centro Cultural Franco-Moçambicano (1900), o Mercado Municipal (1901), a Biblioteca Nacional (1904), os Correios de Moçambique (1908), Restaurante 1908 e as instalações dos CFM (1910).



Figura 9: Edifício dos CFM em Maputo, 2008. Empreendimento projetado por Alexandre Gustave Eiffel (1832-1923). Engenheiro francês que participou da construção da Estátua da Liberdade de Nova Iorque, Torre Eiffel de Paris e a Estação Ferroviária de Maputo inaugurada em Março de 1910.

Fonte: Disponível em <http://chuvasdeverao.files.wordpress.com/2009/12/cfm.gif>; Acessado a 22/11/2010.

Na trajetória que culminou com a expansão e a modernização dessa cidade, foram realizados diversos empreendimentos que estruturam a sua área central (algumas dessas edificações destacam-se na paisagem atual da cidade). Dentre os empreendimentos realizados destaca-se o edifício do atual Tribunal Supremo (1914<sup>7</sup>), Museu da História Natural (1931), Hotel Polana (1922), da Reitoria da UEM, Palácio dos Casamentos (1934), Conselho Municipal (1947), Museu Nacional de Geologia, Gabinete do Primeiro Ministro, Catedral de Maputo (1944) e a Igreja de Santo Antonio da Polana (1962).

---

<sup>7</sup> Adquirida pelo governo colonial por volta de 1914 de um cidadão denominado Gerard Pott, essa residência passou a servir como museu e depois sediou o Tribunal da Relação de Moçambique.



Figura 10: Hotel Polana. Mesmo após intervenções de melhoramento há uma preocupação em preservar as feições originais desse hotel que constitui um dos marcos da modernização e urbanização da cidade de Maputo.

Fonte: Disponível em <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?p=6085788>; Acessado a 22/11/2010.



Figura 11: Edifício do Conselho Municipal da Cidade de Maputo, 2010.

Fonte: O autor, 2010.



Figura 12: Igreja Santo António da Polana.

Fonte: Disponível em [http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/2/57/igreja\\_da\\_Polana.jpg](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/2/57/igreja_da_Polana.jpg); Acessado a 22/10/2010

Estas edificações constituíram as intervenções urbanísticas que marcaram o início da modernização e expansão da cidade de Lourenço Marques. A difusão de veículos motorizados que juntamente com os bondes elétricos (Figura 13) integraram o sistema de transporte urbano e impulsionou a urbanização da cidade até atual bairro de Sommarchield situado mais a norte do núcleo urbano.



Figura 13: Rua Consiglieri Pedroso, por volta de 1930. Um das principais ruas da cidade que concentrava diversas lojas de comércio e restaurantes. Os transportes públicos (bondes elétricos) e privados (os automóveis) trafegavam por essa mesma rua.

Fonte: João dos Santos Rufino, Álbuns Fotográficos e Descritivos da Colônia de Moçambique. Disponível em [http://www.companhiademocambique.blogspot.com/2005\\_01\\_01\\_archive.html](http://www.companhiademocambique.blogspot.com/2005_01_01_archive.html); Acessado a 28/02/2010

A abertura econômica incentivada pelo Estado colonial entre 1960 a 1970 facultou a entrada de capitais e a realização de vários empreendimentos imobiliários que impulsionaram a rápida modernização do centro da Cidade de Lourenço Marques. A realização de investimentos privados levou a implantação de infraestruturas diversas e a maioria das quais concebidas para a habitação. Neste período, registrado como “anos de grande construção” (LAGE, 2001: 74), intensificou-se o processo de verticalização das edificações que configuram a paisagem atual do centro desta cidade (Figura: 14).



Figura 14: Vista parcial do centro da cidade, 2008. Com exceção de alguns empreendimentos, parte significativa das infraestruturas imobiliárias existentes no centro da cidade foram erguidas entre 1960 a 1970. Entre os de construção recente na história da cidade destacam-se na paisagem o edifício do Banco Millennium Bim e Shopping Hiper Maputo.

Fonte: Disponível em <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/4/4d/Maputo.jpg>; Acessado a 20/01/2011.

Esta época marcou um dos momentos culminantes da urbanização dessa cidade que decorreu associado a implantação da rede de drenagem, abertura de praças ornamentadas e sombreadas por espécies vegetais diversas, a arborização de avenidas e ruas (onde se destacou a Acácia), os serviços de saneamento, a difusão de água e eletricidade pelos espaços públicos e residências.

Lourenço Marques passou a interligar-se com a região circundante através de uma rede de estradas, particularmente com a vila Salazar (atual cidade da Matola) que concentrava a maioria dos investimentos industriais. Para a cidade passaram convergir diversas rodovias interligando-a aos outros centros urbanos situados na colônia, na região meridional de África que também passaram a comunicar-se com o mundo fora através do porto de Lourenço Marques. O sistema ferroportuário possibilitou participação deste centro urbano na economia regional e sua inserção no comércio internacional, inter e extracontinental.

Os fluxos econômicos que decorrem dessas interações locais e globais possibilitaram o rápido desenvolvimento deste centro urbano o que se manifestou concretizou com a implantação de infra-estruturas para serviço, comércio e habitação. Devido a diversificação das atividades socioeconômicas, a Cidade de Lourenço Marques perpetuou-se como a capital político-econômica da colônia de Moçambique e, posteriormente, do Estado-Nação.



## 1.5. LOURENÇO MARQUES: CIDADE DIVIDIDA

A formação e urbanização da Cidade de Lourenço Marques foram condicionadas pela dinâmica da sociedade colonial que impulsionou a produção de espaços habitacionais distintos em termos de forma-conteúdo, o centro da cidade e a periferia. A maioria dos estudos realizados sobre este centro urbano dedicou-se sobre a formação e desenvolvimento da área central. Poucos foram direcionados a análise do processo que culminou com a formação e a dinâmica da periferia desta cidade colonial enquanto um espaço habitacional, de vivência e convivência de um determinado grupo social.

A obra de José Cabaço, intitulada “Moçambique: identidades, colonialismo e libertação”, é um poucos estudos que subsidiou a abordagem feita nesta pesquisa sobre a questão. Desse modo, pretende-se contribuir para o entendimento do processo que resultou na formação da periferia urbana onde se situam os atuais bairros Polana Caniço A e B.

Produto da dinâmica da sociedade colonial propulsão pelo modo de produção capitalista imperialista que se expandiu para os territórios africanos modificando as estruturas sociais locais, a cidade de Lourenço Marques surgiu como um espaço habitacional (ou humano) dividido: de um lado o centro e, do outro, a periferia.

Estas áreas passaram a ser distinguidas recorrendo-se a terminologias que refletiam a filosofia e o conteúdo da colonização portuguesa. Neste contexto foram adotados termos como “cidade de cimento” e “cidade de caniço” (MENDES, 1985; ARAUJO, 2003) para referenciar o centro e periferia que se assumiram características antagônicas do ponto de vista político, econômico social e cultural.

Estas áreas albergaram espaços habitacionais diferenciados em termos do conteúdo sociocultural e da materialidade produzida. A área central simbolizava um espaço de poder, de dominação e de ostentação do status de uma burguesia colonial. A periferia que se formou com a fixação de indivíduos provenientes da área rural, foi representada e reproduzida como um espaço de pobreza e de subjugação da população nativa.

Este território suburbanizado surgiu com a inserção compulsiva dos grupos sociais locais (que outrora residentes em áreas com características essencialmente áreas rurais) naquele modo de produção inaugurado pela industrialização da Europa ocidental cujas repercussões fizeram-se sentir também no continente africano. A colonização moldou

o modo de organização social local baseado na autosuficiência produtiva, determinou a distribuição territorial de novas atividades socioeconômicas, instaurou outra divisão de trabalho (baseada em estatutos político-jurídicos discriminatórios e classificatórios) e configurou espaços habitacionais desiguais.

Com a emergência do Estado colonial foram adotados diversos mecanismos com a finalidade de criar as condições que propiciassem um processo de acumulação ainda incipiente na metrópole colonial, mas que registrava rápida expansão nas outras sociedades européias como a inglesa. A administração colonial incumbiu-se de transformar os territórios e as sociedades africanas em fontes baratas de acumulação. As concessões de parte do território colonial feitas ao capital privado serviram para amortizar os custos da implantação da estrutura política e econômica necessária para lograr esse intento.

Entre as ações encetadas pelo governo colonial destacou-se a destituição das instituições sociopolíticas nativas baseadas em sistemas de linhagens e no culto aos ancestrais, a expropriação da terra principal meio de reprodução das formações sociais locais, a exigência de pagamento de impostos (onde se destacou o imposto de palhota que a determinada altura passou a ser pago somente em dinheiro) e a promulgação do trabalho obrigatório.

Estas intervenções moldaram o *modus vivendi* dos grupos sociais locais que foram compelidos para o trabalho nas propriedades da burguesia colonial, nas cidades e nas colônias vizinhas. As obrigações legais e as necessidades do cotidiano tornaram imperiosa a busca pelo trabalho assalariado para a sobrevivência naquele modo de produção onde as relações sociais passaram a ser intermediadas por um sistema monetário que inicialmente consistiu na moeda-mercadoria e depois a moeda-dinheiro como um meio de troca.

As diferenças nas condições de trabalho e as discrepâncias salariais que existiam entre a cidade e o campo induziram a migração da população tanto para os centros urbanos quanto para as coloniais inglesas nomeadamente África do Sul e Zimbábue. A busca pelo trabalho e melhores condições salariais (para o cumprimento das obrigações legais) estimulou a migração da população das áreas rurais para os centros urbanos.

Esta mobilidade populacional tolerada pelo governo colonial levou a formação de um grupo “sociocultural que o maniqueísmo estreito da colonização em Moçambique insistia em continuar remetendo a classificação residual de indígena: era o africano da periferia dos centros urbanos” (CABAÇO, 2010: 131).

A Cidade de Lourenço Marques tornou-se um dos principais destinos desse grupo social e a sua configuração territorial manifestava as contradições inerentes ao modo de produção colonial. As peculiaridades entrelaçadas neste tipo de estrutura social marcaram a especificidade do processo de urbanização que se expressou no contraste demarcou o centro e a periferia.

Nesta perspectiva Baía (2007) afirma que as cidades coloniais foram concebidas a imagem e semelhança das cidades europeias e dinamizada por normas restritivas que pressupunham ser habitadas pela população de origem ocidental e seus descendentes. A estratificação social colonial, sustentada por estatutos político-jurídicos classificatórios (indígena, assimilado e civilizado), excluía parte significativa da população urbana dos benefícios socialmente produzidos.

Este tipo de sociedade desencadeou um processo de modernização e urbanização da cidade que passou a segregar um amplo grupo populacional, formado particularmente pelos nativos. Como reflexo desta estrutura social colonial surgiram e reproduziram-se espaços habitacionais diferenciados do ponto de vista econômico, social, cultural e racial.

O segmento populacional que seguiu para a cidade de Lourenço Marques foi ocupando o solo até então disponível nas várzeas da área central. Assim, surgiu o grupo social suburbano cujo cotidiano dependia das determinações impostas por aquele modo de produção estruturante das relações sociais, da divisão do trabalho e distribuição dos benefícios socialmente produzidos.

Inseridos no mercado de trabalho urbano do qual passaram a depender, o estrato social da periferia passou a ocupar-se de atividades como carregadores, marinheiros, estivadores, puxadores de rickshaws<sup>8</sup> e empregados domésticos. Constitua a força de trabalho que era usada também nas propriedades agrícolas, na edificação de infraestruturas públicas, na manutenção do sistema ferroviário e nas intervenções de embelezamento da cidade. (ZAMPARONI, 2007: 212-230)

No topo da hierarquia social situava-se o segmento populacional que se ocupava de atividades ligas ao comércio e serviços. Entre esses se distinguiam os advogados, agrônomos, agrimensores, arquitetos, banqueiros, cônsules, dentistas, engenheiros, farmacêuticos, jornalistas,

---

<sup>8</sup> Em finais do século XIX e nas primeiras décadas do século XX os rickshaws eram um dos principais meios de transporte na cidade de Lourenço Marques. Esse tipo de transporte tinha a forma de um uma carroça movida a força humana.

juízes, leiloeiros, médicos, oficiais de marinha mercante, professores, sacerdotes, veterinários, entre outros. Alguns nativos foram usados nas atividades não-braçais como capatazes<sup>9</sup>, mas viviam também na periferia (Idem).

Esta divisão social do trabalho foi perpetuada pela ação estatal colonial e sustentada pela ideologia da superioridade socioracial no bojo da qual se justificou o processo de dominação, subordinação e discriminação que prevaleceu com a colonização portuguesa. A situação de pobreza que afetou parte significativa da população urbana era sintomática da dinâmica daquele tipo de sociedade onde as desigualdades sintetizavam-se em diferenças econômicas, sociais, culturais e raciais.

As relações de poder instituídas implicavam, no imaginário da elite colonial, a depuração das diferenças culturais que pela correlação de forças, o sistema dominante suplantaria as práticas sociais que predominavam (que foram categorizadas como tribos ostentando usos e costumes) o que culminou com a alienação do cotidiano da população local à nova ordem social que lhe condicionou suas práxis, experiências, vivências e emoções. Este aspecto revelou-se com a criação do estatuto de indígena, assimilado e civilizado como que para diferenciar, política e juridicamente, os grupos populacionais nativos daqueles originários das sociedades européias.

A cidade transformou-se num local de assimilação e conversão cultural obrigatória, onde o segmento populacional que para ai migrou tinha que ocultar suas experiências e assimilar novos valores típicos do *modus vivend* tido como civilizado. A mudança do lugar de vivência e convivência intimava aos indivíduos que periferia urbana acolheu para a incorporação de valores que lhes outorgavam o status de “civilizado”, ou melhor, de assimilado. Neste processo de aculturação o morador da periferia,

...mantendo as suas cosmogonias e falando quase que exclusivamente a própria língua, se encontrava distante da comunidade de proveniência, desenquadrado das relações hierárquicas, dos vínculos tradicionais e das práticas consuetudinárias, dos espaços rurais. Ele vivia solicitado por hábitos e comportamentos

---

<sup>9</sup> Nome atribuído a um tipo de policiamento criado pela administração para controlar a população nativa durante a realização do trabalho particularmente nos empreendimentos promovidos pelo Estado colonial.

diferentes, era compelido a desenvolver aptidões técnicas e educacionais da sociedade urbana, recebia o influxo de novos conhecimentos, tinha de gerir diferentes espaços (CABAÇO, 2010: 131).

Porém,

Nesse parcial desraizamento, não rompia (...) com as suas origens e era sobre tais referências que construía as várias identidades na nova situação: nos subúrbios, reestruturava-se em sistemas de organização da vida que refletiam a simbiose dos dois universos culturais em que orbitava (CABAÇO, 2010: 131-132).

As práticas socioculturais que prevaleciam no espaço urbano de Lourenço Marques deviam obedecer a essa normalização de modo a não contrariar a lógica para qual foram implantadas. Através dos estatutos político-jurídicos classificatórios, o poder colonial sonegava a existência e a identidade cultural dos grupos sociais nativos e restringia os direitos sociais a uma minoria.

Assim, enquanto o estrato social que residia na área central era beneficiado pela modernização do seu espaço habitacional, a população nativa rural que migrou para a cidade foi instalando-se na periferia sem que fosse beneficiada por nenhum tipo de planejamento que resultasse na implantação de infraestruturas de saneamento, estrada e habitação. Nestes bairros indígenas da periferia, a poder colonial esteve representado pelos líderes tradicionais (régulos) que ele próprio selecionava (GREST 1995, apud PAULO; ROSARIO; TEVDTEN, 2007).

A estrutura social forjada pelo sistema colonial impossibilitou que grupos socioculturais distintos compartilhassem espaços de vivência e convivência. Apesar de apregoar uma vocação civilizadora<sup>10</sup>, a ação colonial

...demonstrou que a apropriação dos valores da cultura europeia por parte dos africanos se limitou

---

<sup>10</sup> Na ideologia civilizadora difundida pelos ideólogos da política colonial ficou subjacente o intento de transformar as práticas sociais nativas, que foram classificadas como modo de vida selvagem, para incutir hábitos tidos como dignos de uma cultura civilizada, a europeia. Mas, o que se verificou foi justamente o contrário. No lugar da inserção sociocultural, desencadearam-se práticas discriminatórias e a exclusão socioracial que se manifestaram com a produção de espaços habitacionais segregados do ponto de vista econômico, social, cultural e racial.

a melhorar a sua prestação no mercado de trabalho sem transformar a ordem existente e sem diminuir a polarização social, confirmando o caráter de totalidade daquela sociedade (CABAÇO, 2010: 38).

Diversos indivíduos “urbanizados” originários das formações sociais nativas rurais passaram a ocupar-se de atividades econômicas consideradas menos nobres na hierarquia social e passaram a residir no solo disponível nas várzeas da área central o que levou a formação de um novo território distinto desta área urbanizada, *stritu sensu*.

O centro da cidade configurou-se como um espaço habitacional que passou a concentrar a população de origem européia e seus descendentes. E, a periferia constituiu-se num espaço habitacional empobrecido transformado numa reserva da força de trabalho necessária para a reprodução das atividades socioeconômicas concentradas na área central da cidade de Lourenço Marques.

Na periferia reproduziam-se as práticas culturais herdadas das formações sociais nativas e que foram inseridas nesse espaço urbano. As sociedades locais tinham concebido técnicas com as quais produziam formas peculiares de habitação.

Na obra intitulada “Campo e cidade da África antiga”, Sandro Bruschi (2001) retrata o universo cultural ostentado pelas sociedades africanas e representado pelas formas típicas de produção de espaços habitacionais, inclusive em Moçambique.

Os assentamentos humanos registrados pelo autor consistiam num aglomerado de casas que ostentavam técnicas similares de edificação de onde se destacou o uso de material pouco durável com destaque para a argila e material vegetal. O tipo de clima tropical predominante na região meridional do continente africano condicionava a rápida deterioração do material aplicado na construção o que implicava a precariedade das edificações produzidas (BRUSCHI: 2001).

Algumas destas formas habitacionais difundiram-se praticamente por toda a África meridional provavelmente com a migração dos povos Bantu. O tipo arquitetônico que se tornou comum entre os grupos sociais locais, consistia num conjunto de “casas isoladas” erguidas na forma “cilíndrica” e dotadas de uma “cobertura cônica” prolongada para constituir uma varanda ao redor de toda casa (Idem: 140-141).

A palhota<sup>11</sup> erguida “com paredes de pau a pique e cobertura cônica em capim” (Ibdem) constituiu um tipo de habitação (Figura 15) comum entre as sociedades africanas essencialmente rurais, inclusive em Moçambique.

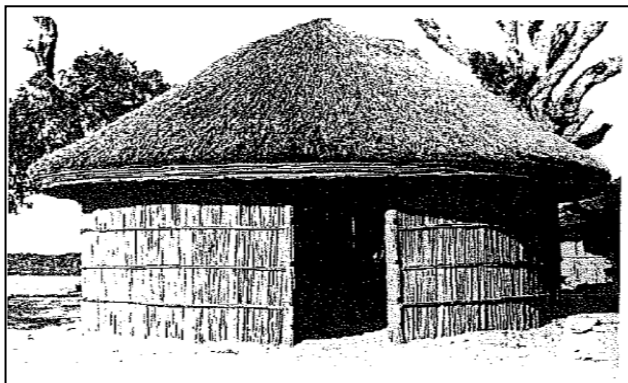


Figura 15: A Palhota no Distrito de Marracuene, 1989. Representa uma forma milenar de produção habitacional dos grupos sociais nativos que no contexto da colonização foram inseridos ao modo de vida urbana. Devido a preponderância do caniço<sup>12</sup> na construção das paredes deste tipo de casa, os espaços habitacionais que surgiram na periferia foram apelidados de cidade de caniço.

Fonte: Bruschi, 2001.

Embora existisse esse tipo de habitações, na periferia da Cidade de Lourenço Marques predominou também a “Casa de caniço” que constituiu (constitui) um tipo de construção ligeiramente diferenciada. A casa de caniço erguida na forma retangular, com cobertura feita com barrotes de madeira e zinco, tornou-se num tipo de habitação comum na periferia desta cidade (Figura 16).

<sup>11</sup> Palhota designa o tipo de habitação construída na forma circular geralmente com o uso de material vegetal onde se destacam o caniço e capim. As paredes de caniço e estacas por vezes são cimentadas com argila. Atualmente esse tipo de habitação é também feita de material durável onde as paredes começam a ser feitas com blocos de cimento, mas com pouca modificação em termos de forma.

<sup>12</sup> Vegetal que cresce espontaneamente geralmente solo argiloso e úmido. A sua fisionomia lembra um bambu, mas o caniço é de porte mais fino e menor.



Figura 16: Casa de caniço na periferia da cidade. Diferentemente da Palhota, este tipo de casa possui uma geometria quadrangular à retangular e teto feito com chapas de zinco.

Fonte: Tique, 2007.

A especificidade deste fenômeno urbano delineou-se do encontro entre povos portadores de sistemas culturais distintos o que se manifestou na coexistência de formas arquitetônicas distintas e representativas dos grupos sociais que aí passaram a habitar. O próprio sistema colonial, baseado em estatutos políticos distintos para os grupos sociais africanos e europeus, demarcou lugares de convivência e convivência também desiguais. As nuances imposta por essa estrutura social repercutiram-se no originando um território fragmentado e em espaços habitacionais contrastantes.

A área central constitui-se como um espaço habitacional planejado, dispondo-se seguindo uma malha ortogonal, dotadas de avenidas e ruas amplas, edifícios de diversos andares, com uma variada de infraestruturas para serviços e comércio. Ao redor situou-se a periferia que passou a concentrar um estrato social empobrecido que foi ocupando os vazios urbanos sem que fossem beneficiados por ações de ordenamento territorial que resultassem na implantação de infraestruturas. Desta ocupação espontânea configuraram-se um espaço habitacional onde passou a predominar casas de caniço demarcadas por um arruamento estreito e sinuoso (ARAÚJO, 1999).

Essas formas espaciais socioculturalmente distintas delinearam a natureza da urbanização da cidade de Lourenço Marques dinamizado



pela lógica colonial que condicionava o cotidiano dos grupos sociais da periferia. Das relações de poder instituídas delinearam distintas representações do espaço habitacional das formações sociais nativas. Para justificar a suposta inferioridade destas práticas culturais autóctones, a habitação concebida pelas formações sociais locais foi evocada pela ideologia colonial como uma “produção de selvagens” (BRUSCHI, 2001: 2).

Essa concepção que permeou a ação do Estado colonial repercutiu-se no ordenamento da ocupação do solo e na representação que os distintos espaços habitacionais assumiram. A configuração socioespacial da cidade de Lourenço Marques segregada expressava as desigualdades inerentes à sociedade colonial que perpetuou uma estrutura social fragmentada.

O centro e periferia assumiram representações e características distintas do ponto de vista econômico, social, cultural e da materialidade produzida. A área central onde se concentravam formas espaciais de inspiração cultural ocidental passou a ser referida como “cidade de cimento” enquanto que a periferia onde predominavam casas de caniço passou a ser designada “cidade de caniço” (ARAÚJO, 1999: 176).

A área central foi beneficiada por intervenções de embelezamento e constituiu-se como um receptáculo de investimentos privados passando a concentrar diversas atividades socioeconômicas. Foi dotada de um arruamento claramente demarcado, infraestruturas para serviços públicos, comércio e habitação. Passou a concentrar equipamentos culturais e de lazer como salas de cinema, teatro, museus, praças e jardins ornamentados com espécies vegetais diversificadas. As vias públicas foram pavimentadas, arborizadas com espécies arbóreas e devido à predominância da Acácia a cidade foi apelidada como “cidade das acácias”.

Na periferia reproduziu-se um espaço habitacional empobrecido, sem nenhum tipo de ordenamento de uso do solo, destituído de equipamentos urbanos e concentrando edificações precárias implantadas pelo segmento populacional majoritariamente oriundo da área rural.



## **2. O ESTADO E A QUESTÃO URBANA: DINÂMICA SOCIOESPACIAL DA CIDADE DE MAPUTO A PARTIR DA DÉCADA DE 1970**

No presente capítulo pretende-se abordar sobre os aspectos que marcaram a dinâmica da sociedade moçambicana a partir dos anos 1970 ao momento atual. Trata-se de um período que ficou marcado pelo processo de transição que culminou com a formação do Estado-Nação moçambicano. Esta reestruturação social decorreu influenciada por fatores internos e externos que condicionaram a dinâmica socioespacial nacional, tanto a rural quanto a urbana. A Cidade de Maputo entrou num rápido processo de urbanização que se manifestou com a expansão da sua periferia e com o agravamento do problema habitacional.

### **2.1. FORMAÇÃO DO ESTADO-NAÇÃO MOÇAMBICANO**

Desde Hegel, Marx e Engels a figura do Estado tem sido definida por diversas perspectivas. Em Hegel prevaleceu a noção de Estado como a materialização do interesse geral da sociedade cujas ações estão acima de quaisquer interesses particulares. Contrariamente, Marx e Engels consideraram o Estado como uma entidade social concreta que, não raras vezes, atua de modo a satisfazer ou proteger interesses particulares que por essa razão não deve ser considerada uma entidade abstrata cujas ações pairam acima de quaisquer interesses (BOTTOMORE, 2001).

Da concepção marxista surgiram duas outras linhas de pensamento, diferentes, mas complementares. Uma das correntes defendia que o papel do Estado na sociedade pode ser influenciado pelas demandas particulares. A outra considerou que o Estado enquanto uma entidade social intervém diretamente na sociedade para assegurar a reprodução de interesses de classe e facultar acumulação do capital (Ibidem).

A partir dessas concepções emergiram outras abordagens sobre a noção de Estado defendendo que “o Estado-Nacional e os funcionários investidos com autoridade para falar em seu nome são uma criação humana e existe como uma entidade social concreta” (SANTOS, 1998b: 25).

A existência real do Estado materializa-se por meio da ação dos governos que o personificam e através das instituições recriadas com as

quais se concretiza o ato de governar. Portanto, trata-se de um agente social concreto que apenas existe diante da presença física das entidades que formam um determinado governo e que tutelam a sociedade nas suas múltiplas escalas socioterritórias: nacional, regional, local, rural e urbano. Dentre vários aspectos que definem um Estado, destaca-se a existência de um governo que se constitui de pessoas físicas (e não entidades abstratas) investidas de poder político que lhes outorga o direito de intervir numa determinada coletividade ou totalidade.

Esta entidade social torna-se concreta também quando relacionada a uma organização territorial (ALMEIDA: 1998), pois, a noção de Estado, território e sociedade são terminologias indissociáveis que resultam de uma longa construção que coloca lado a lado categorias como território e nação, nação e Estado, nação e mercado nacional (SANTOS, 1996).

A sua origem ou formação decorre de um processo histórico onde geralmente se destacam minorias e tem a possibilidade de se efetivar quando os valores que fundamentam o ideário nacionalista são incorporados, aceites, assumidos e perpetuados por uma nação (ou povo). Assim, percebe-se que praticamente todas as ideologias nacionalistas que culminaram com a formação de Estados-Nação “as diferenças étnicas foram consideradas secundárias” (ALMEIDA, 1988: 78) e foram suplantadas por uma forma de organização e representação socioterritorial mais abrangente, o nacional.

A ação do Estado passou a vincular-se diretamente ao ato de tutelar a dinâmica de uma determinada formação socioterritorial de que faz parte, ou seja, a sociedade na sua totalidade. Assim, o Estado-Nação constitui-se como “uma formação socioeconômica por excelência, não menos pela necessidade e complexidade das relações exteriores, mas também pelas necessidades emergentes das sociedades locais” (SANTOS, 1986: 17).

No entanto, é necessário relembrar que o papel do Estado na sociedade tende a ser influenciado pelo peso político e a posição que os indivíduos ocupam na hierarquia social o que desmitifica “a ideologia liberal que encara o Estado como um juiz neutro pairando acima de quaisquer interesses particulares” (SOUZA, 2000: 114).

O Estado moderno reproduz-se a partir da convergência do sentimento da massa popular enraizado nos sinais que representam um vínculo comum e simbolizam uma identidade sociocultural que se sobrepõem à diversidade étnica, lingüística e religiosa existente num determinado sociedade.

No geral, os símbolos que atualmente sustentam o ideário nacionalista foram forjados a partir de um passado histórico e usados como cimento da coesão social para legitimar a ação dos governos (ALMEIDA, 1998). Os símbolos nacionais tornaram-se um dos elementos da autoafirmação da identidade de uma coletividade maior, ou seja, da sociedade enquanto uma formação socioterritorial de âmbito nacional.

No caso da sociedade moçambicana, a década de 1970 constitui um marco referencial fundamental que ficou marcado pela decadência do sistema colonial e pela instituição do Estado-Nação batizado na ideológica socialista como República Popular de Moçambique. Esta mudança culminou com a formação de uma identidade socioterritorial abrangente que integrou distintas formações socioculturais.

O surgimento de um movimento de censura contra as atrocidades cometidas pelo sistema colonial logo após a segunda guerra mundial culminou com a formação de diversos movimentos políticos que passaram a atuar em prol das independências das sociedades africanas. As mudanças que decorreram na geopolítica mundial resultaram na emergência de outros Estados que não foram colonizadores diretos, mas que também passaram a ostentar pretensões imperialistas e tornaram-se concorrentes na disputa pela hegemonia política e econômica mundial.

Com a escalada do conflito estes países configuraram-se blocos políticos integrando diferentes países que, seguindo correntes ideológicas divergentes, tornaram-se os principais protagonistas do cenário político registrado como guerra fria.

Os Estados Unidos da América (EUA) e a Rússia passaram a interessar-se pela descolonização das sociedades africanas como uma possibilidade de concretizar suas pretensões político-econômicas imperialistas neste continente que se encontrava ainda sob domínio exclusivo dos países da Europa ocidental. Assim, os EUA passaram a contestar pela liberdade política dos povos e a democracia. Igualmente, os Estados comunistas liderados por partidos marxistas-leninistas passaram a declarar “o direito dos povos à independência” (CABAÇO, 2010: 147).

A tensão que se estabeleceu entre os Estados capitalistas e socialistas repercutiu-se na evolução das formações sociais africanas e na estruturação dos respectivos Estados-Nação. A emergência do nacionalismo moçambicano decorreu da confluência de experiências vivenciadas por um determinado grupo social durante a vigência do sistema colonial que, por razões diversas, teve de deslocar-se para outros destinos de África, Europa e alguns para os EUA.

Este fato propiciou a tomada de consciência das mudanças registradas na geopolítica mundial caracterizadas pela formação de alianças entre os Estados capitalistas, de um lado, e os socialistas, do outro, o que influenciou sobremaneira a posição assumida pelas formações políticas africanas. As nuances da colonização e da guerra fria propiciaram a formação de laços de solidariedade entre africanistas situados na diáspora e a firmação de alianças com outras formações políticas particularmente da Europa Oriental e da Ásia.

Nas 4 décadas finais do século XX constituíram-se distintos movimentos que passaram a contestar a ação do Estado colonial em Moçambique. Com apoio da TANU (Tanganyika African National Union) formou-se o MANU (Mozambique African National Union) em 1959; estimulado pela ZAPU (Zimbabwe African Peoples Union) surgiu a UDENAMO (União Democrática Nacional de Moçambique) em 1960; e sob proteção do Malawi Congress Party surgiu a UNAMI (União Africana de Moçambique Independente), em 1961 (CABAÇO, 2010).

Na virada da década 1960 destacaram-se esses três movimentos políticos que, embora não tenham alcançados as suas pretensões de reforma social, tornaram-se referências para o processo que culminou com a consolidação de uma consciência revolucionária nacionalista. Nesta perspectiva, Eduardo Chivambo Mondlane<sup>13</sup> tornou-se uma figura proeminente na construção do nacionalismo moçambicano ao declarar a unidade como um aspecto imprescindível para o sucesso da revolução. Uma das suas principais contribuições foi de unir e massificar as atividades políticas contra o sistema colonial. Este apelo à unidade foi, mais tarde, resgatado como um legado histórico, idealizado e perpetuado como um dos principais fundamentos estruturantes da revolução, da identidade e do nacionalismo em Moçambique.

Foi com Mondlane que aquelas três coligações políticas uniram-se para constituir uma única frente de luta contra o colonialismo português. Assim, com o apoio de Julius Nyerere<sup>14</sup> formou-se a FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) em 1962 que ficou sediada na cidade de Dar-es-Salaam. Na formação da frente juntaram-se intelectuais, cidadãos e trabalhadores situados nos países vizinhos, no

---

<sup>13</sup>Moçambicano, Doutor em Sociologia e Antropologia (1951-1956) pela Universidade de Oberlin College (Ohio) e a Northwestern University (Illinois) nos EUA, pesquisador do Departamento de Protetorado das Nações Unidas e professor da universidade de Syracuse (Nova Iorque). Em 1961, na visita que efetuou a Moçambique para vistoriar a situação da educação colonial, e decidiu deixar a ONU e juntar-se aos movimentos que se opunham ao regime colonial portuguesa. Destacou-se como uma das principais figuras que fundou a FRELIMO.

<sup>14</sup> Primeiro presidente da República da Tanzânia.

ocidente e outros que voluntariamente saíram de Moçambique para se juntar a essa formação política na Tanzânia (Idem).

Na década de 1960 a cidade de Cairo sediava nacionalistas vindos de diferentes partes de África que, sob auspício de Gamal Abdel Nasser<sup>15</sup>, formaram a African Association. Esta organização integrava representantes de diversos movimentos políticos dos quais se destacaram o ANC (African National Congress), SWAPO<sup>16</sup> (Southwest African Peoples Organization) e ZANU (Zimbabwe African National Union). Moçambique esteve representado primeiro pela UDENAMO e posteriormente por membros da FRELIMO. Nesta organização juntaram-se, também, militantes do MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola). Nessa época, a Rússia mantinha uma representação diplomática em Cairo através da qual passou a estabelecer contactos com os movimentos políticos africanos (VELOSO, 2007).

À medida que as sociedades africanas foram alcançando suas independências, os movimentos nacionalistas puderam desenvolver suas ações com o auxílio político de novos governos que na sua maioria haviam enveredado por uma orientação socialista caso de Egipto<sup>17</sup>, Argélia<sup>18</sup> e Tanzânia<sup>19</sup>. A FRELIMO, com o apoio do partido FNL (Front de Libération National), pôde enviar seus militantes para receber instrução militar na Argélia por volta de 1963.

No final da década, a cidade de Argel tornou-se a “Meca dos movimentos de libertação nacional e dos partidos anti-facistas do mundo inteiro” para onde convergiram representantes de várias formações políticas que lutavam contra os regimes ditatoriais em África, Ásia, America Latina e da Europa (Idem: 60).

O acesso a tecnologias bélicas foi um dos aspectos que preocupou aqueles movimentos políticos que se defrontaram com um poder político-militar colonial apetrechado com técnicas de guerra avançadas e que contava com o apoio dos governos metropolitanos e seus aliados.

As nuances da guerra fria que se expressaram nas alianças estabelecidas entre os Estados capitalistas alguns dos quais tinham sido colonizadores, constituiu de certa maneira um dos fatores que influenciou a decisão da FRELIMO de adotar a ideologia socialista ao seu conteúdo libertário. Esta escolha situava-se mais na esfera da

---

<sup>15</sup> Líder nacionalista tornou-se presidente do Egipto em 1954.

<sup>16</sup> Movimento político que desencadeou a luta contra o governo da apartheid pela a independência da Namíbia que se tornou independente da África do Sul em 1990.

<sup>17</sup> A República do Egipto foi proclamada em 18 de junho de 1953.

<sup>18</sup> Ex-colônia Francesa conquistou a independente a 18 de Março de 1962.

<sup>19</sup> Independente a 13 de Dezembro de 1962.

estratégia política com a finalidade primordial de conseguir o apoio logístico dos Estados que integravam o bloco socialista para fazer face ao conflito militar que se tornou inevitável diante da recusa de Portugal de reconhecer a independência das coloniais.

A concorrência entre os Estados capitalistas e os socialistas fazia da hegemonia política e econômica sobre as sociedades em desenvolvimento, um dos aspetos cruciais desse conflito. Tanto para os EUA quanto para a Rússia era imprescindível conquistar a simpatia das formações políticas africanas. No entanto, os países capitalistas membros da NATO (North Atlantic Treaty Organization) e parceiros de Portugal, limitaram-se a conceder ações de ajuda humanitária através de organizações não governamentais (CABAÇO, 2010).

Os países que integravam o bloco socialista, enxergando a possibilidade de expandir sua influência política, concederam o apoio logístico em tecnologias bélicas a aquelas organizações nacionalistas e tornaram-se os principais parceiros dos movimentos políticos africanos inclusive da FRELIMO que se serviu da diplomacia para firmar acordos com os países do Leste europeu, África e Ásia.

Em 1964 iniciou a luta armada pela independência de Moçambique de onde se tornaram sonantes nomes como Eduardo Mondlane, Samora Moises Machel, Josina Machel, Graça Machel, Joaquim Chissano, Marcelino dos Santos, Alberto Chipande, Armando Guebuza, Jacinto Veloso, Pascoal Mocumbi, João Munguambe, Teodato Hunguana, Fernando Honwana, Luis Bernardo Honwana, Sebastião Marcos Mabote, entre tantos outros. Alguns destes fizeram parte do novo governo de Moçambique após a independência.

Para impedir o avanço da luta de libertação em Moçambique e Angola o governo português firmou em 1970, um acordo político com o regime da apartheid e a Rodésia registrado como “Exercício Alcora”. Estes países esboçaram um plano com a pretensão de exercer o controle político-militar de um único território que deveria integrar África do Sul, Angola, Moçambique, Namíbia e Zimbábue (GUARDIOLA, 2009: 19-20).

No entanto, o golpe militar de 1974 que depôs o regime ditatorial em Lisboa precipitou as negociações entre o governo português e a FRELIMO o que culminou com a assinatura dos acordos de Lusaka na Zâmbia a 7 de Setembro de 1974.

Consumada a conquista do direito a liberdade política de Moçambique, constituiu-se um governo de transição que tomou posse a 20 de Setembro de 1974. Através deste, fez-se a transferência do poder para a FRELIMO o que culminou com a proclamação da independência



nacional a 25 de Junho de 1975. Esta transição foi simbolizada pela descida da bandeira portuguesa, a subida da nova bandeira, a proclamação da Constituição da República Popular de Moçambique e a entoação do novo Hino Nacional.

Diversos aspetos que marcaram a trajetória da resistência contra o sistema colonial foram idealizados extraindo-lhes os fatos proeminentes com os quais se costurou a história da revolução da construção da identidade nacional e tornaram-se legitimadores da filosofia política adotada pelo novo governo. A luta de resistência, seus militantes, os corpos tombados foram resgatados e evocados como símbolos da soberania nacional. Assim, o ideário nacionalista passou a entrelaçar-se no sacrifício da luta de resistência contra o sistema colonial.

Com este tipo de organização sócioterritorial a FRELIMO esboçou um pensamento inovador simbolizando o início da autodeterminação da sociedade moçambicana e a instauração de novas relações de poder (VELOSO, 2007).

O Estado existente nos diferentes lugares do mundo como uma entidade social formada a partir de rupturas na evolução das sociedades e que têm nas lideranças dos movimentos políticos como seus principais protagonistas. As individualidades que se destacaram (em vida ou não) tende a ser resgatadas como símbolos autoafirmação da soberania nacional.

Nesta perspectiva Minter (1994) sustenta que os nacionalistas moçambicanos tinham a consciência de que lutavam não apenas pela independência, mas também procuravam autoafirma-se como uma entidade sociopolítica.

A formação do Estado-Nação decorreu associado a ascensão de um governo de orientação socialista que forjou a convergência das distintas formações socioculturais em torno de uma entidade social (o Estado) tornada guardião dos interesses da Nação.

A sociedade moçambicana constituiu-se como uma organização sócioterritorial multicultural e integrou diversas formações sociais locais que apesar de ostentarem alguns aspectos culturais similares preservam singularidades próprias.

Entre formações socioculturais que passaram a integrar o Estado-Nação, distinguem-se um pouco mais de 24 línguas faladas que variam quanto a sua localização no território nacional. Na região sul do país predomina atualmente as línguas Cicopi, Gitonga, Xitchangana, Xironga e Xitshwa. No centro persistem sociedades que falam as línguas Cimanika, Cindau, Citewe, Cibalke, Cisená, Cimarendje, Cinyungwe e Echuwabo. Entre os grupos sociais existentes na região norte destacam-

se as línguas EmaKhuwa, Elomwe, Cinyanja, Ciyao, Shimakonde, Kiswahili, Kimwani, Cimakwe, Cindonde e Cingoni (LIPHOLA, 1995). A persistência destas línguas revela a valorização de práticas culturais a perpetuadas pelas distintas formações sociais locais que permearam o processo que culminou com a construção do Estado-Nacional.

No entanto, a sociedade moçambicana herdou também aspectos culturais de origem ocidental que foram inseridos com a colonização e alguns dos quais foram incorporados na construção da unidade nacional. Diante dessa diversidade sociocultural caracterizada pela existência de diversos grupos étnicos a língua portuguesa (havia sido disseminada por essas regiões) foi resgatada como um instrumento mediador para facilitar a comunicação e possibilitar a integração socioterritorial nacional.

As próprias fronteiras que passaram a delimitar o território nacional sofreram pouca ou quase nenhuma modificação coincidindo com os limites estabelecidos durante a colonização que favoreceu a demarcação de uma porção essencialmente litorânea.

Conforme destacou Pililão (1989), esta mudança foi marcada também pela transformação das estruturas político-administrativas que configuravam a Província de Moçambique de modo fazê-las coincidir com a nova orientação política nacionalista. O governo de transição promulgou o Decreto-Lei n° 6/75 de 18 de janeiro estabelecendo que:

Artigo 1: para fins de administração local, a divisão administrativa passa a ter as seguintes designações:

- Os Distritos passam a designar-se Províncias;
- Os Conselhos e Circunscrições passam a designar-se Distritos;
- Os Postos passam a designar-se Localidades (PILILÃO, 1998: 8).

Deste modo formou-se Moçambique como uma nação multicultural, estruturada em províncias, distritos e várias localidades, “subdesenvolvido, uma população essencialmente rural e um legado colonial que deixava a desejar” (COLAÇO, 2001: 95) e com um novo Estado que passou a desempenhar um papel preponderante na dinâmica socioterritorial local (política, econômica social, cultural).

## 2.2. O ESTADO SOCIALISTA E A DINÂMICA SOCIOTERRITORIAL

A existência do Estado se realiza numa base territorial concreta, reconhecido por uma determinada coletividade e personificado por um grupo de indivíduos investidos de poder que lhes outorga a habilidade de agir em uníssono e comum acordo. O poder político perpetua-se a partir da coesão de um determinado grupo de indivíduos que o ostentam. Este nunca se constitui como uma propriedade individual e apenas existe quando este grupo se mantiver unido. Quando se afirma que uma pessoa detém ou está no poder refere-se ao fato de estar investida de direitos que lhe permitem atuar em nome de uma determinada coletividade (ARENDT, 1985)

Nos anos que se seguiram à independência de Moçambique decorreu o processo de estruturação do aparelho estatal e o início de ações de planificação da dinâmica sócioterritorial a escala nacional, rural e urbana. O Terceiro Congresso da FRELIMO realizado em Fevereiro de 1977, constitui um referencial das primeiras intervenções feitas pelo novo governo. Deste encontro, a frente de libertação ganhou uma vocação partidária da qual se constituiu um governo que passou a dirigir unilateralmente a sociedade moçambicana.

Borges (2001) sustenta após o congresso FRELIMO concentrou suas ações na campanha de estruturação e materialização das diretivas oficiais do partido/Estado. As diretrizes deliberadas nesse encontro representaram uma tentativa de implantar nova estratégia de governação com objetivos claramente planificados e orientados pelo Departamento de Trabalho Ideológico do Partido. A meta era a construção de um sistema de planificação conjunta que englobasse todas as Províncias, Distritos e Localidades que passaram a configurar o território nacional dotando-os de estruturas partidárias e estatais.

A reestruturação do partido e a organização do novo aparelho estatal decorreram em simultâneo. E, à medida que foram delegados poderes aos membros daquele partido formou-se uma elite política que assumiu a responsabilidade de tutelar o desenvolvimento da sociedade.

Os laços estabelecidos pelo movimento com outras formações políticas socialistas durante a luta de libertação influenciaram, sobremaneira, a escolha da orientação política do Estado moçambicano. O governo adotou formalmente o marxismo-leninismo como ideologia política do Estado com o qual passou a orientar a dinâmica da sociedade (Figura 17). Na sua política externa passou a cooperar com outros

Estados e outras formações políticas que também lutavam pela sua autoafirmação (caso da África do Sul e Zimbábue).



Figura 17. Estruturação do governo socialista. No congresso realizado de 1977 a FRELIMO assumiu uma vocação política e partidária para governar o Estado moçambicano.

Fonte: FRELIMO, 1978.

Da experiência vivenciada durante a luta de libertação, a FRELIMO estava dotada de uma capacidade de organização e disciplinar entre seus membros. Na sua estrutura compreendia diversas repartições havendo uma clara divisão de tarefas entre seus integrantes. Através do Departamento do Trabalho Ideológico eram veiculadas as deliberações e informações consideradas de domínio coletivo.

O partido não só manteve essas repartições na sua estrutura, como também massificou a sua participação nas intervenções do governo o que culminou com a criação de distintas organizações sociais que visavam a mobilização e envolvimento da massa popular em torno da nova ordem sociopolítico. Nesta perspectiva nas ações para a mobilização, o governo sustentava que “unidos, organizados, armados da ideologia científica, com a FRELIMO, partido da vanguarda do Povo a dirigir-nos, construiremos a Nação que quisermos” (FRELIMO, 1978), pois,

O nosso Povo é um povo corajoso que aspira ao progresso e à paz. O nosso Povo unido do Rovuma ao Maputo e dirigido pela FRELIMO, ganhará a batalha (...). Venceremos! O socialismo vencerá! (FRELIMO, 1978).

Com a FRELIMO constituiu-se um governo socialista e o Estado tornou-se o principal agente da dinâmica social e guardião dos interesses coletivos opondo-se ao colonialismo, imperialismo, o obscurantismo, o regionalismo, o individualismo e o capitalismo considerados percussores da exploração do homem pelo homem. Esta ideologia política traduziu-se na concentração de todas as instâncias da sociedade e de poder em torno do Estado administrado por um sistema de governo de partido único que renunciava os ideais capitalistas.

A reestruturação da sociedade abrangeu o aspeto político, econômico, social e cultural. Com a centralização das atividades socioeconômicas o Estado tornou-se o principal agente e passou a intervir decisivamente nas diversas dimensões da dinâmica social local. O Estado passou a administrar a indústria, os transportes e comunicações, os recursos naturais, energia, a mineração, o comércio, a construção civil, a saúde, educação, o trabalho, etc.

O poder popular instituído sintetizava o novo tipo de sociedade que se pretendia estruturar o que culminou com a criação dos Grupos Dinamizadores (GDs), Conselhos de Produção e Comitês de partido (COLAÇO, 2001) A criação destas organizações destinava-se a fortalecer a influência partidária e do Estado na sociedade (PAVIA, 2000) o que fortaleceu o poder das três entidades sociopolíticas nomeadamente o Estado, o governo e o partido (COLAÇO, 2001).

A mobilização protagonizada pelo governo teve seu desdobramento que resultou na criação de distintas organizações sociais que visavam o engajamento da população no sistema sociopolítico instituído e para a consolidação do Estado-Nacional. Foram criadas distintas organizações sociais com as quais se promoveu a participação dos diferentes estratos da sociedade que abrangeu a juventude, a mulher, operários, os camponeses, professores, jornalistas, etc.

A criação de organizações de massa ocorreu como uma inovação desenvolvida por aquele partido com vista a organizar e canalizar o apoio popular. Para lograr este intento, a FRELIMO promoveu ações para o enquadramento socioterritorial a escala nacional que se estendeu para as cidades, os bairros e os distritos. Os GDs serviram de apoio para expansão das ações do partido e contribuíram para o sucesso alcançado

na edificação da Nação (VELOSO, 2007). Corroborando Adalima (2009: 57) sustenta que estas organizações tinham como missão mobilizar os diferentes grupos sociais de modo a convergirem para a materialização do “projeto político” da FRELIMO de criar o Estado-Nacional.

As diretrizes políticas delineadas foram direcionadas para a mobilização da classe operária, dos camponeses, da juventude e do sindicato de modo a convergirem na nova ordem política socialista monopartidária e de planificação socioeconômica centralizada. Neste processo de reestruturação social o gênero<sup>20</sup> assumiu também uma dimensão política. O governo passou a defender a emancipação e participação da mulher para a construção de uma sociedade moderna. Assim, surgiu a OJM (Organização da Juventude Moçambicana), OMM (Organização da Mulher Moçambicana), OTM (Organização dos Trabalhadores Moçambicanos), a ONJ (Organização Nacional de Jornalista) e a ONP (Organização Nacional dos Professores).

Subordinadas à estrutura governamental as organizações de base passaram a atuar no ceio das comunidades locais como principais protagonistas da nova ordem socioeconômica dando suporte para a expansão da influencia do poder político. Os GDs atuaram como vigilantes fortalecendo o controle e a intervenção estatal na dinâmica socioterritorial nacional. Através dessas organizações passaram a ser veiculadas informações e decisões políticas consideradas de domínio público.

Com a política econômica adotada em 1977 o governo priorizou o desenvolvimento das áreas rurais onde se concentrava a maior parte da população moçambicana. Nas diretrizes delineadas considerou-se a agricultura como a base do desenvolvimento e a indústria como o fator dinamizador. O censo de 1980 veio revelar que aproximadamente a 82% da população total habitava nas áreas rurais.

As aldeias comunais, as machambas estatais, as cooperativas de produção e a operação produção (1983) constituíram políticas do governo socialista que procurava incentivar a fixação da população promovendo o desenvolvimento rural. Nesta perspectiva, Minter (1994:

---

<sup>20</sup>. O presidente Samora Machel destacou-se como um dos principais defensores da emancipação e inserção sociopolítica da mulher no processo de reconstrução nacional. A década de 1960 constitui um marco fundamental para a discussão sobre o gênero no processo de edificação do moderno Estado Moçambicano. A participação da mulher na luta de libertação foi testemunhada quando da criação do “destacamento feminino”, em 1967. Nesta perspectiva, Matsinhe (2001:213) afirma que “embora as mulheres recebessem treinamento militar, não participavam diretamente em confrontos armados servindo em unidades de abastecimento e transporte de equipamentos”.

347-348) sustenta que nos 8 anos após a independência as ações do governo estiveram direcionadas para promover o desenvolvimento rural e ao incentivo da produção agrícola que passaram a absorver cerca de 34% do orçamento estatal.

O sistema de aldeias comunais incidiu diretamente no (re) ordenamento territorial e na redistribuição populacional. Estas intervenções foram encaradas como uma forma de promover a socialização e modernização do meio rural que deveria se concretizar com a implantação das cooperativas de produção e machambas estatais. Com essas estruturas instituiu-se um modo de produção em moldes cooperativos e de base comunitária (MINTER, 1994).

Pressupõe-se que a distinção entre essas formas de organização de trabalho baseava-se na capacidade técnica, na escala, destino da produção e investimentos de capital. Apesar de ambos terem sido criados por iniciativa do Estado não mereçam igual tratamento nas políticas públicas devendo-se aos propósitos para os quais foram instituídas.

As machambas estatais figuraram como um investimento estatal no setor agroindustrial. Então, passariam a ser administradas por representantes do Estado e com a participação dos agricultores locais. Beneficiadas através do apoio financeiro e técnico estatal tinham a possibilidade de gerar excedentes agrícolas para o consumo interno e para a exportação. Enquanto que as cooperativas de produção, consistindo em organizações de base essencialmente comunitária, seriam orientadas para a produção e a satisfação das necessidades alimentares restritas à população local, rural e urbana.

A crise socioeconômica registrada a partir da década de 1970, que se agravou com a guerra civil e as sucessivas calamidades naturais, condicionou a regressão das intervenções realizadas pelo governo. A deterioração da situação social na área rural impulsionou intensos fluxos migratórios da população o que implicou no aumento da população dos principais centros urbanos do país. A cidade de Maputo entrou num rápido processo de urbanização fato que ocorreu associado a regressão econômica, a expansão da periferia e o surgimento de práticas alternativas de reprodução social.

As reformas políticas empreendidas pela FRELIMO propunham-se instituir novas relações sociais seguindo a tradição socialista e criar as condições estruturais que culminassem com a construção de uma sociedade moderna, justa e igualitária. Este ideário culminou com a nacionalização de diversas atividades socioeconômicas inclusive da terra e habitações de arrendamento que existiam nos centros urbanos.

### 2.3. AS AÇÕES DO GOVERNO SOCIALISTA NA QUESTÃO HABITACIONAL

A orientação política adotada pelo Estado a partir de 1975 delineou novas relações sociedade-natureza e orientou a ocorrência de novos processos socioespaciais urbanos. As nacionalizações consistiram num conjunto de deliberações adotadas pelo governo que resultaram na restrição da propriedade privada sobre as atividades socioeconômicas e recursos naturais considerados estratégicos para a promoção do bem estar da sociedade como um todo.

Os serviços de segurança, saúde, educação, indústria, o comércio, a habitação, infraestruturas públicas, a terra e outros recursos naturais passaram a ser tutelados diretamente pelo Estado. Estas ações incidiram, também, sobre os espaços urbanos que concentravam parte significativa desses empreendimentos socioeconômicos.

Neste contexto, a 3 de Fevereiro de 1976 o governo anunciou a mudança do nome da capital que passou a designar-se Cidade de Maputo. Em seguida procedeu a nacionalização das habitações abandonadas pelos estrangeiros, edifícios e moradias de rendimento que estavam ao serviço da especulação imobiliária. Estas infraestruturas, junto com o solo urbano, tornaram-se propriedades do Estado.

O Decreto-Lei nº 5/76 de 5 de Fevereiro tornou-se num dos principais instrumentos político-jurídico com o qual o governo nacionalizou as habitações, estabeleceu os princípios para a extensão do direito a moradia e os procedimentos para a satisfação desta necessidade social. Pelo seu âmbito, esta legislação vigorou como a primeira Política Nacional de Habitação.

Os centros urbanos constituíam os lugares historicamente marcados pela discriminação socioracial e onde a população vivia “dividida segundo a cor da pele e classe social”. Elas refletiam as contradições instauradas pelo sistema colonial e que deveria ser corrigidas para a construção do homem novo (MOÇAMBIQUE, 1976: 11).

Com esta política habitacional o governo pretendia nivelar aqueles aspetos institucionais que inibiam parte significativa da população de ter acesso a uma moradia adequada no meio urbano. Assim, a satisfação das necessidades de habitação da população que aderiu para os centros urbanos ficou condicionada às moradias disponibilizadas pelas nacionalizações visto que pouca ou quase nenhuma intervenção houve para produzir novas moradias para a



população da periferia da Cidade de Maputo que cresceu impulsionada pelo êxodo rural.

Orientada com a perspectiva de justiça social e cidadania, a política habitacional passou a contemplar o princípio de “direito ao alojamento” com a finalidade de alargar as possibilidades de “satisfação dessa necessidade “essencial e elementar de cada cidadão e da sua família”. No artigo 1 da referida legislação ficou postulado que “cada família tem o direito a ser proprietária da sua própria habitação” (Idem).

De acordo com os dados recolhidos durante a pesquisa de campo junto ao MOPH (Ministério das Obras Públicas e Habitação) e APIE (Administração do Parque Imobiliário do Estado) da Cidade de Maputo, estima-se que tenham sido nacionalizados um pouco mais de 73.150 imóveis em todo o país dos quais 63.036 eram de habitação e os restantes 10.114 dividiam-se entre a indústria, comércio e serviços. E, para a cidade de Maputo estima-se que tenham sido estatizados cerca de 38.041 imóveis de comércio, serviço, indústria e habitação que passaram a constituir o patrimônio imobiliário do Estado (Quadro 3).

<b>Estatísticas Gerais do País</b>	
Habitação	63.036
Comercio, indústria e serviço	10.114
Total	73.150
<b>Cidade de Maputo</b>	
Comércio, indústria, serviços e habitação	38.041

Quadro 3: Estimativa do patrimônio imobiliário estatal

Fonte: Moçambique, 2009b.

O Estado passou a deter o monopólio da distribuição de habitações o que lhe permitia ter maior controle sobre a especulação fundiária e imobiliária (BAIA, 2009). A APIE (Administração do Parque Imobiliário do Estado) ficou encarregada administrar esse patrimônio estatal, celebrar contratos de arrendamento, cobrança de renda, de fazer a manutenção dos imóveis e seus equipamentos.

Para complementar a política habitacional, foi promulgada a Lei nº 8/79 de 3 de Junho fixando as normas de alocação daqueles imóveis para fins de habitação, comércio, indústria e serviços.

Essas deliberações o governo propunha-se erradicar quaisquer evidencias de discriminação e exclusão social que sustentavam o poder da burguesia colonial. Assim, as ações do Estado orientavam-se para:

- Liquidar o racismo e a discriminação social permitindo o povo tomar a cidade e viver nela;
- Dar início a materialização do princípio fundamental do direito a habitação;
- Organizar, no seio da cidade, uma verdadeira vida coletiva criando as bases para o exercício do poder democrático popular, que é o alicerce político da nossa sociedade (MOÇAMBIQUE, 1979: 231).

Um das principais contribuições desta política habitacional implementada no âmbito das nacionalizações, foi de estabelecer as condições institucionais e jurídicas que orientassem a satisfação das necessidades de habitação a todos os segmentos populacionais. Porém, a satisfação desta demanda dependia da disponibilidade de estoque de habitações nacionalizadas.

A crise socioeconômica registrada a partir da década de 1970 e que acompanhou a transição na sociedade moçambicana, impulsionou a ocorrência de intensos fluxos migratórios para os centros urbanos do país, particularmente para a cidade-capital. Com o crescimento da população urbana de Maputo aumentou a demanda por terra e novas habitações.

O patrimônio imobiliário do Estado rapidamente tornou-se insuficiente para atender as necessidades crescentes de habitação e parte significativa da população que migrou para a cidade não tinha condições econômicas que lhes possibilitasse arrendar uma moradia condigna situada na área central. Como consequência, foi ocupada e adensada a terra que estava disponível nas proximidades do centro da cidade o que contribuiu para a expansão da periferia dessa cidade.

O Estado com pouca capacidade financeira e envolvido com a guerra civil teve pouca participação no ordenamento dessa ocupação e na construção de novas moradias para a população que migrava para a cidade de Maputo. As intervenções de ordenamento realizadas em 1976, que abrangeram o bairro Polana Caniço A, tiveram pouco êxito devido aos intensos fluxos migratórios campo-cidade que resultaram no adensamento da periferia.

Na 1ª Reunião Nacional das Cidades e Bairros Comuns realizada na cidade de Maputo (de 27 de Fevereiro a 3 de Março de 1979) fez-se uma avaliação da situação socioeconômica dos principais centros urbanos de onde venceu-se a necessidade de proceder a sua reestruturação (PILILÃO, 1989: 109).

No entanto, houve poucas mudanças estruturais que desestimulassem a migração da população rural ou que estimulassem o desenvolvimento urbano. A situação político-econômica registrada em finais da década de 1980 propiciou a saída da população das áreas rurais para os centros urbanos do país.

No início dos anos 1990 a periferia da cidade de Maputo apresentava-se bastante consolidada e passou a concentrar um amplo segmento social empobrecido e caracterizava-se pela predominância de moradias precárias, superlotadas, com deficiente acesso aos serviços urbanos básicos de saneamento, água e eletricidade. Estes aspetos passaram a condicionar a situação social da população que residem nessa área da cidade que procura superar suas deficiências empreendendo diversas estratégias sobrevivência (assunto que esteia o terceiro capítulo desta pesquisa).

#### 2.4. CIDADE DE MAPUTO: UMA SÍNTESE DA TRAJETÓRIA DE SUA URBANIZAÇÃO

As transformações registradas na sociedade como um todo, marcadas por avanços e retrocessos, implicaram em mudanças no processo de urbanização da cidade de Maputo. A dinâmica deste centro urbano decorreu impulsionada pelo avanço estrutural e pela situação conjuntural que caracterizaram o avanço da sociedade propulsionada por processos internos e interesses externos.

As múltiplas lógicas emanadas pelos agentes sociais reproduzem-se no espaço geográfico assumindo formas-conteúdo também variadas. As mudanças que em cada momento (re) configuram novas estruturas (políticas, econômicas, sociais e culturais) determinam a reprodução do espaço urbano e a (in) satisfação das necessidades dos distintos agentes sociais que participam do cotidiano da cidade.

A produção da habitação constitui um dos aspectos que expressa a natureza da urbanização registrada na cidade. Manifesta também o tipo de estrutura que se constitui com o avanço da sociedade que na sua articulação com o mundo influi para a definição da singularidade do lugar.

O processo de urbanização da Cidade de Maputo (antiga Lourenço Marques) remonta o tipo de estruturas socioeconômicas implantadas e perpetuadas pelo sistema colonial. A introdução de

sistemas de plantações, de propriedades agrícolas da burguesia colonial e do trabalho obrigatório incentivou a migração da população rural para este centro urbano o que culminou com a formação da periferia.

A abertura econômica realizada pelo governo colonial na década de 1960 propiciou a entrada do capital privado e a realização de grandes investimentos na infraestruturas urbana o que impulsionou a modernização da área central da cidade de Maputo. A inexistência de políticas orientadas para a inserção da população que afluiu para este centro urbano resultou na expansão da periferia e o agravamento das desigualdades socioraciais que se repercutiram na segregação de espaços habitacionais.

A partir da década de 1970 a cidade de Maputo registrou um processo de urbanização relativamente acentuado como resultado do aumento do tamanho da sua população. Este processo aprofundou-se entre a virada década de 1980 e inícios dos anos 1990. Com a nacionalização das atividades socioeconômicas, a saída da população estrangeira e a eclosão do conflito político decorreram intensos movimentos migratórios campo-cidade que levou ao aumento da população desse centro urbano.

A área central passou a ser habitada pela população que na maioria concentrava-se na sua periferia. Os lugares vagos deixados por estes foram sendo ocupados pela população proveniente das áreas situadas nas proximidades (CHAVANE, 2009). Mas, devido aos intensos fluxos migratórios campo-cidade, a periferia não só foi adensada como também se expandiu.

Concomitantemente, o estoque de habitações do Estado rapidamente tornou-se insuficiente para atender a demanda crescente pela habitação. A recessão econômica contraiu a possibilidade de inserção no mercado de trabalho de parte significativa da população que migrou em busca de melhores condições de vida na cidade-capital.

Nesta perspectiva Amaral apud Araújo (2003) aponta que o rápido crescimento populacional registrado pelas cidades africanas deve ser visto em função das insuficiências originadas pelo avanço estrutural que propicia a reprodução de assentamentos humanos onde prevaleçam desequilíbrios demográficos, econômicos, sociais e culturais. Estas discrepâncias agravam-se com a ausência de políticas direcionadas para a promoção de um desenvolvimento urbano inclusivo, quando os processos socioespaciais ocorrem ao acaso ou são orientados para satisfazer interesses particulares. Estes aspetos tornam-se um obstáculo para um planeamento integrado que tenha em vista a melhoria da situação socioeconômica na sua totalidade.

Pare além das migrações campo-cidade, a aumento da população da cidade de Maputo e expansão da sua periferia decorreram influenciadas pelas mudanças político- administrativas. Com o aumento de perímetro do Município de Maputo parte significativa da população que habitava na área de transição entre o urbano e o rural foi incluída naquela unidade territorial sendo que algumas ostentavam características de espaços rurais (Caso dos DUs de Catembe e Inhaca).

Oppenheimer e Raposo afirmam que esta reforma político-administrativa induziu a ocorrência de discrepância nas estatísticas censitárias o que torna

...difícil estimar com precisão a evolução da população da capital tendo em conta a alteração do conceito de urbano e dos limites da cidade nos Censos pré e pós- independência que se realizam sistematicamente desde 1940. Em 1979, nomeadamente, com a inclusão nos limites das cidades, das zonas suburbanas, das áreas verdes envolventes e das áreas turísticas sob influência direta, a localidade de Catembe e Ilha de Inhaca são integradas na cidade de Maputo, tal como Matola e Machava; estas, em 1986, são de novo separadas administrativamente de Maputo. (OPPENHEIMER; RAPOSO, 2002, 17)

A saída de capitais estrangeiros, a eclosão do conflito político, as estiagens severas, o ajuste do preço de petróleo e trigo no mercado internacional, as dificuldades impostas pela situação de guerra fria geraram situações que propiciaram a ocorrência de uma profunda crise econômica interna que afetou tanto os centros urbanos quanto a população rural.

Por volta de 1970 a população de origem ocidental que residia majoritariamente na área central correspondia aproximadamente a 40% da população total de Maputo (ARAÚJO, 2003). Porém, nos anos que seguiram a transição política este centro urbano registrou a saída de 22% do segmento populacional formado por estrangeiros (MUANAMOHA, 2002)

As oportunidades que se vislumbraram com a nacionalização das atividades socioeconômicas (portos, ferrovias, estradas, empresas, serviços e infra-estruturas residenciais que foram revertidos a favor do Estado) propiciaram a mobilidade da população da periferia que passou a residir no centro da cidade.

No entanto, a incidência da crise sociopolítica no meio rural impulsionou o deslocamento massivo da população para os países vizinhos e para os principais centros urbanos do país. Maputo tornou-se num dos principais destinos da população que abandonou o campo e outros centros urbanos em busca de melhores condições de vida na cidade-capital que entrou num processo de urbanização que decorreu associado ao crescimento populacional, adensamento e expansão da periferia.

No I Recenseamento Geral da População e Habitação realizado em 1980 estimou-se um total de 11.673.725 habitantes para todo o país. Destes 13.2 % (1.539.119) residiam nas áreas urbanas e os restantes 86.8% (10.134.606) distribuíam-se pelas áreas rurais. Nesta época, a cidade de Maputo concentrava 6.3% (739.077) da população total do país e 48% da população urbana do território nacional.

Na década 1980 a população da cidade de Maputo registrou um rápido crescimento como consequência do êxodo rural o que fez aumentar consideravelmente as necessidades de habitação. Concomitantemente, a infraestruturas residências revertidas a favor do Estado com as nacionalizações tornaram-se insuficientes para satisfazer esta crescente demanda (PAULO; ROSARIO; TVEDTEN, 2007).

As dificuldades econômicas enfrentadas pelo Estado reduziram a sua capacidade de intervenção de modo a criar condições para a inserção de novos “cidadinos” o que agravou o problema habitacional, contribuiu para o crescimento espontâneo da periferia, aprofundou o contraste do padrão de ocupação do solo e produção habitacional para com o centro da cidade. Consequentemente, as casas de caniço foram reproduzidas como meio de inserção e de sobrevivência da população que afluiu para esse centro urbano e que foi aglomerando-se na periferia. Nesta perspectiva, Araújo afirma que,

As transformações ocorridas nestes espaços depois da independência nacional não eliminaram a dualidade económica, social e de organização territorial, pois a principal alteração foi apenas demográfica, com as consequências daí decorrentes. A "cidade de cimento" mantém-se com as mesmas características, mas mais degradada em termos de infraestruturas e serviços. Ela apenas deixou de ser "branca", mas não deixou de segregar a área suburbana (a "cidade de caniço"). Esta, por seu lado, manteve, e até agudizou, as características de precaridade e de

espaço excluído, mas, ao mesmo tempo, adquiriu outras facetas resultantes do impacto dos fluxos migratórios... (ARAÚJO, 2003: 169).

A ineficiência das ações de manutenção e preservação propiciou a rápida deterioração de parte significativa dos edifícios residências existentes no centro da cidade de Maputo. Por outro lado, a periferia expandiu-se a partir da ocupação não planejada do solo, sem que fosse feitos investimentos em infraestruturas de habitação o que favoreceu para o aprofundamento do déficit e da precariedade da situação habitacional da população empobrecida. A autoconstrução difundiu-se como uma prática alternativa por meio da qual este segmento social “pôde” satisfazer as suas necessidades de habitação.

O crescimento populacional registrado pela Cidade de Maputo revelou-se da análise dos dados do censo de 1980, 1997 e 2007 (quadro 4 e gráfico 2). Com exceção dos anos 80, a o total de mulheres tende a aumentar e representa a maioria na população da cidade.

<b>População sexo</b>	<b>Estatística Censitária</b>		
	1980	1997	2007
Homens	382.933	473.728	532.570
Mulheres	356.144	493.109	562.058
Total	739.077	966.837	1.094.628

Quadro 4. População da Cidade de Maputo em 1980, 1997 e 2007.

Fonte: Moçambique, 1983, 1998 e 2007.

Nota: O período intercensitário em Moçambique é de 10 anos. Mas a situação conjuntural a vivenciada no país durante a década 1980 impossibilitou a realização do censo no ano de 1990.

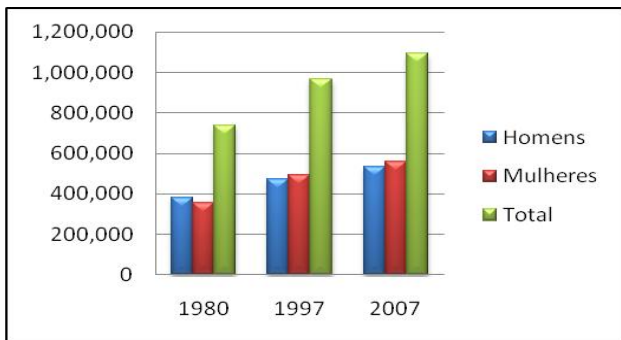


Gráfico 2. Evolução da população da cidade de Maputo de 1980 a 2007. O gráfico aponta para uma tendência crescente da população da cidade entre os censos de 1980 a 2007.

Fonte: Moçambique, 1983, 1998 e 2007.

A diferença na proporção de mulheres e homens no total da população de Maputo deveu-se, entre outros fatores, a mobilidade diferenciada entre os sexos e grupos etários em função das distâncias percorridas. Enquanto parte dos jovens e adultos de sexo masculino que se deslocaram das áreas rurais afetadas pelo conflito político e pelas calamidades naturais migravam para os países vizinhos, parte significativa das mulheres deslocou-se para os centros urbanos mais próximos de seus locais de origem (ARAÚJO, 2003).

Embora tenham se deslocado indivíduos oriundos de diferentes lugares do país, na cidade de Maputo passou a predominar uma população majoritariamente originária das províncias de Maputo, Gaza e Inhambane (Idem).

O decurso desta mobilidade demográfica envolveu grupos sociais oriundos do meio rural que, do ponto de vista sociocultural, valoriza um número elevado de filhos. Este aspecto influenciou sobremaneira para a elevação das taxas de fecundidade e contribuiu para o crescimento demográfico registrado nesse centro urbano. Por sua vez, o crescimento populacional tem efeito direto para o aumento da demanda por novas habitações particularmente entre os estratos sociais de baixa renda.

A dinâmica socioespacial que caracterizou urbanização da cidade de Maputo decorreu num contexto marcado por uma crise estrutural, causada por eventos adversos (internos e externos), que resultou na recessão econômica e a redução da capacidade de inserção da maioria dos imigrantes das áreas rurais na estrutura socioeconômica urbana.

Com a instauração do sistema de economia de planificação centralizada, o Estado tornou-se o principal empregador através do



aparelho político-administrativo, serviços, comércio e indústrias estatais. No entanto, às escassas oportunidades de emprego formal e a deterioração das condições de vida moldaram diversas estratégias de sobrevivência e de reprodução social baseadas nas atividades informais.

No decorrer da década 1980 surgiram as feiras clandestinas de produtos alimentares. Mas diante da atitude repressiva do Estado, estas práticas tiveram com pouca expressão até final da década. A sua expansão e diversificação se efetivou a partir dos anos 1990 quando se consumou a abertura política e econômica do país (LOPES, 2002).

O crescimento populacional registrado neste momento de crise estrutural, que reduziu a capacidade financeira do Estado para providenciar as condições básicas de inserção social, imprimiu mudanças na dinâmica urbana da cidade de Maputo. A recessão econômica retraiu a capacidade de absorção do mercado de trabalho formal, aumentou o desemprego urbano e implicou a expansão das atividades informais que se tornaram uma das poucas possibilidades para a sobrevivência da maioria.

A população oriunda das áreas rurais e de outros centros urbanos que migrou para a cidade de Maputo fixou-se nas várzeas da área central ocupando o “solo livre” que aí existia. Com a sua própria iniciativa, este grupo social foi criando os meios de que carencia para a sua sobrevivência. Através da experiência e a criatividade que consigo traziam, estes novos “cidadinos” passaram a produzir suas próprias moradias na maioria precárias. Assim, a expansão da periferia ocorreu associada à falta de infra-estruturas habitacionais condignas e de serviços urbanos básicos tais como água, saneamento e eletricidade.

O crescimento da população, a crise política, a regressão da econômica e as deficiências enfrentadas pelo Estado constituem alguns dos aspetos que conjuntamente favoreceram a expansão da periferia empobrecida e contribuíram para o agravamento dos problemas sociais registrados na Cidade de Maputo em particular o déficit habitacional que afeta a população de baixa renda (assunto que será abordado no capítulo seguinte).

## 2.5. O ESTADO ATUAL E A QUESTÃO HABITACIONAL

Os Estados contemporâneos participam da economia de mercado criando as condições necessárias para o crescimento econômico a partir do desenvolvimento da iniciativa privada. Colaboram com os múltiplos agentes sociais particularmente com outras formações políticas e com os agentes econômicos privados, nacionais e estrangeiros, com a finalidade de lograr as possibilidades de acumulação de capital. Com a globalização, que implicou a universalização das relações político-econômicas, as sociedades tornaram-se formações socioespaciais essencialmente capitalistas.

O atual Estado moçambicano faz-se presente nas questões ligadas a produção do espaço habitacional, direta ou indiretamente, através do Ministério das Obras Públicas e Habitação (M.O.P.H.), Fundo para o Fomento da Habitação (FFH), Administração do Parque Imobiliário do Estado (APIE), Ministério da Agricultura e o Ministério para a Coordenação da Ação Ambiental (MICOA). Estas instituições intervêm na dinâmica socioespacial na escala nacional coordenando com os governos locais (provinciais, distritais e municipais) responsáveis pela execução das políticas adotadas pelo governo central.

Entre essas instituições destaca-se o FFH (criado em 1995) que é a responsável pela implementação dos programas de habitação do governo. É, também, a instituição responsável pela provisão de Habitação de Interesse Social destinada a população de baixa renda em Moçambique (TIQUE, 2007).

Cabe então analisar o papel do Estado enquanto uma entidade sociopolítica unitária que intervém, por meio de suas instituições, na promoção de ações com vista à melhoria da situação social da população no geral e em particular do grupo social de baixa renda. A análise da participação do Estado deve tomar em consideração a multiplicidade de agentes com os quais interage e os processos socioespaciais decorrentes da dinâmica estrutural.

A intervenção do atual Estado na questão habitacional remonta a política das nacionalizações que abrangeu praticamente todas as atividades socioeconômicas. Com esta política parte significativa das infraestruturas de comércio, serviços, indústria e habitação tornaram-se propriedade exclusiva do Estado e passaram a ser administradas pela APIE. Esta instituição assumiu a “responsabilidade de gestão de mais de 80.000 habitações e outro tipo de edifícios nacionalizados” (Idem: 88).

Com a transição para a economia de mercado (que se concretiza a partir da década 1990) houve mudanças na política econômica do Estado que não só reconheceu e estimulou o desenvolvimento da iniciativa privada, como também iniciou o processo de alienação do direito de propriedade de algumas atividades socioeconômicas sob sua tutela inclusive as infraestruturas imobiliárias.

Através da Lei nº 5/91 de 9 de Janeiro iniciou o processo de alienação de imóveis de habitação à pessoas singulares que, em princípio, possuíam um vínculo contratual de arrendamento com a APIE.

Foi promulgado em seguida o decreto nº 2/91 de 16 de Janeiro com o qual foram estabelecidos os mecanismos legais para a compra de imóveis de habitação. A partir da referida legislação instituiu-se a Comissão Central de Avaliação e Alienação de Imóveis do Estado (C.C.A.A.I.E.) cujo funcionamento passou a ser regulamentado pelo Decreto nº 31/91 de 26 de Novembro.

Na sua composição a C.C.A.A.I.E. passou a integrar representantes do Ministério da Construção e Águas, do Ministério das Finanças, Ministério da Justiça e caso necessário pode solicitar representantes do Ministério da Cultura. Essa comissão, com sede no M.O.P.H, possui representações a nível das capitais provinciais.

A requisição da compra de um imóvel depende da manifestação de interesse em adquiri-lo. Neste processo prioriza-se, por lei, a compra de moradias a pessoas nacionais que possuem um vínculo contratual de arrendamento com o Estado, neste caso com a APIE. Após a observação dos tramites legais faz-se a transferência do direito de propriedade para uma entidade particular.

Segundo os dados adquiridos no M.O.P.H. durante a realização do trabalho de campo, a C.C.A.A.I.E registrou entre 1992 a 2009 a entrada de pouco mais de 53.135 pedidos de compra de imóveis de habitação em todo o país, dos quais 50.092 foram autorizados. Destes 33.108 foram pagos na sua totalidade e 30.649 receberam os respectivos títulos de propriedade.

Na cidade de Maputo foram registrados aproximadamente 27.734 processos para a compra de imóveis de habitação dos quais 26.112 foram autorizados. Dos 21.283 imóveis pagos, apenas 20.658 haviam sido emitidos os respectivos títulos de propriedade (Quadro 5).

<b>Avaliação do Processo de Alienação dos Imóveis do Estado</b>	<b>País</b>	<b>Cidade de Maputo</b>
Solicitação para compra	53.135	27.734
Imóveis avaliados	52.224	27.623
Processos diferidos	50.092	26.112
Pronto pagamento	12.928	8.381
Amortizações a prazo	36.224	17.712
Processos pagos na totalidade	33.108	21.283
Títulos emitidos	30.649	20.658

Quadro 5. Avaliação do processo de alienação de imóveis de habitação do Estado.

Fonte: Moçambique, 2009.

Nota, Elaborado a partir de dados estatísticos adquiridos na Comissão Central de Avaliação e Alienação de imóveis de Habitação do Estado, junho de 2010. As estatísticas em questão são referentes ao período entre outubro de 1992 a Junho de 2009.

A diferença entre a estatística do processo de compra e os títulos emitidos revela a existência de um longo processo que começa com manifestação de interesse prosseguindo com a avaliação, a autorização (ou indeferimento), o cumprimento do pagamento do valor total estimado para o imóvel e a emissão do respectivo título. No decurso deste processo participam as instituições públicas ligadas ao MOPH, a Justiça e Finanças.

Parte da receita proveniente da alienação do património imobiliário do Estado é canalizada para a financiamento das atividades do F.F.H. Os programas de habitação implementados por esta instituição dependem também do rendimento próprio que resulta da amortização dos investimento realizados na construção e compra de habitações (ALLEN; JOHNSEN, 2008).

Segundo Tique (2007: 113-115), entre 1995 a 2005 o FFH implementou 3 programas de habitação com fundos avaliados em 260 milhões de contos, cada. Entre as intervenções realizadas para a promoção habitacional destacaram-se:

- Foram aplicados 45 milhões de contos na demarcação de 6 000 talhões com acesso a serviços básicos;
- Apoio a edificação, a conclusão a reabilitação de 2000 fogos;

- Financiamento de 1.020 créditos para a reparação ou ampliação de habitações, totalizando 24 milhões de contos;
- Investimentos de 120 milhões de contos na construção 850 habitações utilizando o processo de empreitada.

As habitações construídas obedeciam a um padrão que compreendia casas de tipo 1 erguidas com blocos de cimento, cobertas com chapas de zinco e com uma latrina no quintal. As casas de tipo 2 possuíam cozinha e banheiro no interior, cobertura em chapa de zinco por vezes com teto falso. Estas moradias foram vendidas, por meio de financiamentos, por 60.000 (aproximadamente a 2.500 USDs) e de 75.000 Meticais (cerca de 3.000 USDs), respectivamente (ALLEN; JOHNSON, 2008).

O F.F.H. possuía, até o ano 2008, três linhas de crédito de habitação sendo uma destinada a renovação ou ampliação da casa, outro consistiam no crédito para aquisição de uma nova moradia construída por esta instituição e por ultimo o crédito para a aquisição de um lote (talhão) urbanizado onde a habitação era produzida por meio da autoconstrução (Idem).

Os créditos para a melhoria de moradias eram disponibilizados a famílias que ganhassem entre um e cinco salários mínimos (cerca de 65 a 330 USDs ao mês) e podiam aceder a financiamentos situados entre 10.000 a 50.000 MTs (equivalentes a USD 400 e USD 2000), com um prazo de pagamento de cinco anos. Os créditos para compra de talhões urbanizados destinam-se também ao estrato social de baixa renda. Os créditos para compra de casas destinavam-se a agregados familiares que ganhassem entre 6 e 15 salários mínimos (entre 400 a 1 000 USDs por mês) que podiam ser amortizados num prazo de 20 anos (Idem).

O FFH, subordinado ao M.O.P.H., tornou-se uma das poucas instituições através da qual o Estado passou a promover a produção de habitações. Estas beneficiam um restrito grupo de assalariados do setor público e privado, excluindo parte significativa da população empobrecida que sobrevive das atividades informais.

No entanto, diante das dificuldades encontradas pelo F.F.H. colocou-se a possibilidade de reformular o papel desta instituição transformando-a numa organização estritamente financeira que passaria a ocupar-se apenas da concessão de créditos para habitação (Idem). Ao concretizar-se esse intento, a produção habitacional propriamente dita caberá a iniciativa privada ou os agentes econômicos, nomeadamente os promotores imobiliários e as empresas de construção civil.

Recentemente houve um debate entre representantes do governo, agentes econômicos e a sociedade civil onde se reafirmou a proposta de se criar um banco que passaria a dedicar-se especificamente ao financiamento para a produção e compra de habitações. Nesta lógica, os projetos para a construção de moradias financiadas pelo Estado passarão a ser concorridos por meio de licitações públicas o que poderá estimular ainda mais os investimentos do capital imobiliário.

Com a instauração do capitalismo neoliberal, diferentes agentes passaram a intervir na dinâmica socioespacial local. Na cidade de Maputo a participação dos agentes econômicos concretiza-se com a implantação de empreendimentos imobiliários destinados a diversas atividades socioeconômicas de onde se destacam os edifícios comerciais, os condomínios residências e as moradias unifamiliares. Os investimentos realizados pelos agentes hegemônicos (onde se destacam as empresas financeiras, a indústria de construção civil e as empresas imobiliárias) têm como finalidade primordial o mercado e atende as necessidades do restrito grupo social de maior poder aquisitivo.

Este processo de urbanização decorre associado à reprodução da pobreza urbana que afeta a maioria que não dispõe de condições para participar das transações praticadas pelo mercado imobiliário formal. Deste modo, a população de baixa procura, por meio da autoconstrução, criar as próprias condições de moradia.

As múltiplas lógicas que intervêm na dinâmica local tende a reestruturar o espaço habitacional daquela cidade particularmente na periferia que vem sendo transformada por meio da valorização fundiária e imobiliária. Em determinadas áreas da cidade, caso do Bairro Polana Caniço “A”, a especulação imobiliária induziu a coexistência segregada de moradias de status e das casas populares.

A liberalização econômica não só estimulou o desenvolvimento do setor imobiliário, mas também propiciou o surgimento do mercado fundiário.

Segundo o artigo 3 da Lei nº19/97 de 1 de Outubro, “a terra é propriedade do Estado e não pode ser vendida ou, por qualquer outra forma alienada, hipotecada ou penhorada”. Ela, apenas pode ser adquirida mediante a solicitação e a atribuição do Direito de Uso e Aproveitamento da Terra, o DUAT (MOÇAMBIQUE, 1998: 8).

Segundo Negrão (2004), embora não se reconheça a propriedade privada sobre a terra, o mercado fundiário em Maputo existe de 3 maneiras: (a) sob forma de compra e venda da terra, (b) compra e venda da habitação e, (c) aluguel de infraestruturas. Trata-se de um mercado

não estruturado que envolve pequenos e grandes negócios e onde são transacionados parcelas de dimensões variadas e construções diversas

Nestas transações que envolvem a terra, as práticas formais coexistem com as informais. Este mercado fundiário rege-se por normas não estruturadas de onde os agentes envolvidos procuram retirar maiores vantagens possíveis (BAIA, 2001).

O desenvolvimento do mercado fundiário e o aprofundamento das desigualdades sociais repercutiram-se na organização daquele espaço habitacional urbano e induziram a segregação residencial dos grupos sociais que residem em determinadas áreas da periferia.

A procura da terra para habitação tem vindo a aumentar na Cidade de Maputo. Consequentemente, os bairros periféricos registram mudanças no padrão habitacional impulsionadas pelos agentes económicos e pelo grupo social de maior poder aquisitivo que induzem os grupos sociais de baixa renda a venderem seus lotes desprovidos de investimentos que valorizem a terra em que residem (Idem).

Na lógica das relações de mercado instauradas (que constituem dimensões do modo de produção capitalista contemporânea), as desigualdades entre os distintos grupos sociais permeiam o uso do solo e a produção habitacional cada vez mais dotada de um valor de troca (ou preço). As práticas mais comuns que permeiam esse mercado fundiário decorrem sob a forma de aluguel, compra e venda de moradias.

A natureza da urbanização da Cidade de Maputo manifestada pela sua periferia, que abrange os bairros Polana Caniço “A” e “B”, revela a carência de uma política habitacional de forte orientação social que contemple programas de habitação de interesse social (como parte da responsabilidade social do Estado e dos agentes económicos) destinados à melhoria da situação habitacional da população empobrecida.

A ineficiência das intervenções do Estado e dos agentes económicos constitui um cenário que favorece a reprodução do problema habitacional que afeta a população de baixa renda e propicia para a ocorrência da segregação socioespacial naquele espaço urbano. O processo de urbanização registrado em Maputo decorre associado ao crescimento da população o que tende a aumentar a demanda por novos empregos, infraestruturas, serviços e habitação.

Uma política de desenvolvimento que busca o consenso e harmonia baseados em parcerias e negociações entre os agentes sociais (Estado, o capital privado, a sociedade civil e os grupos sociais de baixa renda) pode constituir uma alternativa para a melhoria da qualidade de vida da população urbana de Maputo.

A elevação da qualidade de vida deve-se refletir na melhoria da situação social da população como um todo o que passa necessariamente por uma mudança estrutural que resulte na diversificação das atividades socioeconômicas, gere novas oportunidades de emprego e que possibilite maior distribuição da renda.

Recentemente esteve em debate uma nova proposta de “Política de Habitação” (MOÇAMBIQUE, 2010a) que poderá se tornar no instrumento norteador das ações dos agentes sociais (particularmente do Estado e dos agentes econômicos) em matéria de produção habitacional e urbanização. Venceu-se a relevância deste instrumento para fazer face às necessidades de habitação e ficou subjacente que o problema habitacional resulta da inexistência de uma política direcionada ao trato desta questão.

É um avanço que a mesma seja discutida e aprovada. No entanto, o fato de se promulgar um documento não mudara a realidade vivenciada pelo grupo social de baixa renda que clama pela revisão dos mecanismos de financiamento até então adotados. Portanto, fazem-se necessárias intervenções que concorram para esse propósito abrangendo, também, a maioria desfavorecida.

Uma política de desenvolvimento que resulta do planejamento público deve refletir a realidade local como uma possibilidade de se por em prática ações condizentes com as necessidades do lugar para que sejam alcançadas as melhorias almejadas. Para tal, torna-se imprescindível a existência de políticas públicas dotadas de uma dimensão social, *estricto sensu*.

As ações de assistência social praticadas pelo Estado devem orientar-se a satisfação das necessidades dos distintos estratos sociais, porém com especial atenção para os grupos sociais desfavorecidos que na cidade de Maputo representam a maioria concentrada na periferia onde se destacam os bairros Polana Caniço “A” e “B”.

A reprodução da pobreza, manifestada pela precariedade habitacional, revela a insuficiência das intervenções estatais e dos agentes econômicos para satisfazer a demanda por moradia causada pelo aumento da população urbana. Existe na cidade de Maputo um amplo segmento populacional que sobrevive em situações de privações fato que se manifesta nas habitações precárias espontaneamente na extensa periferia.

Procurando gerar possibilidades de acumulação, os agentes econômicos promovem o desenvolvimento do mercado imobiliário implantando infraestruturas habitacionais (mordias unifamiliares e em condomínios fechados) que satisfazem as necessidades do restrito grupo



social de maior poder aquisitivo. Pouco motivados para estender seus investimentos para os setores da economia pouco lucrativos, adotam normas restritivas que regem o Crédito para Habitação (CH).

Os Programas de Habitação de Interesse Social e os mecanismos de compra subsidiada, direcionados à população de baixa renda, constituem uma possibilidade para se pensar a solução do problema habitacional que afeta a maioria dos moradores da periferia da cidade de Maputo e de outros centros urbanos do país. As políticas públicas, mesmo com a participação daqueles agentes econômicos, devem adequar-se à realidade local para que possam satisfazer com maior eficiência as necessidades de habitação demandadas pela população que reside nos centros urbanos.



### **3. A PRODUÇÃO HABITACIONAL NA PERIFERIA DA CIDADE DE MAPUTO, CASO DOS BAIRROS POLANA CANIÇO “A” E “B”**

No presente capítulo abordam-se as transformações registradas pela sociedade moçambicana, iniciadas em meados da década de 1980, que implicaram a instauração de uma sociedade capitalista caracterizada pela diversificação de agentes que passaram a intervir na dinâmica socioespacial da cidade de Maputo moldando o uso do solo e implantando formas espaciais destinadas a realização de múltiplas atividades socioeconômicas. Deste processo, configuram-se racionalidades e contra-racionalidades que interagem reproduzindo-se em formas-conteúdos distintas que estruturam o espaço urbano de Maputo e condicionam a situação habitacional da maioria que reside na periferia onde se destacam os Bairros Polana Caniço “A” e “B”.

#### **3.1. RACIONALIDADES E CONTRA-RACIONALIDADES COMO PISTAS E DECIFRAÇÕES DA SOCIEDADE MOÇAMBICANA**

Os avanços alcançados ao longo da evolução humana modificaram a relação sociedade-natureza, impulsionaram a diversificação da vida social e propiciaram a existência de interações variadas entre formações sociais próximas e distantes. Com o processo de globalização forjaram-se interdependências entre os diferentes lugares do mundo sobre as quais as distintas formações socioespaciais passaram a interagir em busca de possibilidades para a sua reprodução nas complexas relações políticas e econômica moldadas.

A dinâmica das sociedades contemporâneas decorre impulsionada pela universalização do modo de produção capitalista no qual foram forjadas relações de poder político e econômico entre os Estados e com repercussões nos processos socioespaciais de cada lugar. A expansão deste modo de organização social concretizou-se com o surgimento e a intervenção de organizações político-econômicas internacionais.

A globalização impulsionada pelos agentes hegemônicos (tais como os governantes, homens de negócios, instituições supranacionais, empresas multinacionais e funcionários internacionais) pressupõe a existência de um sistema de organizações (as corporações transnacionais e as organizações internacionais) direcionadas para “unificar lugares,

expandir os mercados e instalar a competitividade” resultando na “universalização de um modo da produção e do consumo, das trocas e do mercado, do capital sob todas as suas formas e do trabalho” (SANTOS, 1986: 11).

O capitalismo na sua fase monopolista<sup>21</sup> integrou as nações em um único sistema político-econômico primeiramente sob a hegemonia britânica, posteriormente a americana e agora compartilhada com Comunidade Européia, Japão e a China. Estes países procuraram garantir o crescimento de suas economias através de alianças políticas, criando órgãos, fóruns e estabelecendo acordos com os quais defendem seus interesses. A ONU (Organização das Nações Unidas), FMI (Fundo Monetário Internacional) e Banco Mundial destacam-se como as mais prestigiadas organizações internacionais bastiões do capitalismo contemporâneo a serviço destes Estados (CARVALHO; MAURO; COSTA, 2002).

A expansão desse modo de produção decorreu associado a formação e aprofundamento de relações de poder entre diferentes lugares e entre os agentes sociais dos quais se destacam os governos, as empresas multinacionais, as organizações internacionais, as grandes agências de notícias e os chefes religiosos (MASINI, 1988 apud SANTOS, 2009: 80). Nestas relações de poder quem decide escolhe o que vai ser difundido e a ação que se vai realizar (SANTOS, 2009).

As múltiplas lógicas emanadas por esses agentes instalam-se nos interstícios da vida social e condicionam a reprodução de territórios que são, também, portadores da intencionalidade da ação humana que orienta a implantação de objetos geográficos (ou formas espaciais) “cuja localização é funcional aos desígnios dos atores sociais capazes de uma ação racional” (SANTOS, 1994: 33).

A racionalização da produção do espaço pressupõe um arranjo prévio das diferentes dimensões da sociedade para que sejam alcançados os objetivos almejados. A dinâmica socioterritorial impulsionada pela lógica hegemônica consiste num conjunto de ações minuciosamente selecionadas e que garantam o sucesso dos resultados preestabelecidos. Designa a extensão de lógicas resultantes da ação humana para os

---

<sup>21</sup> Modo de produção iniciado na Europa ocidental. Desenvolvido a partir de meados do século XVIII e registrou rápida expansão no “velho continente” no decorrer do século XIX. A configuração do capitalismo foi marcada de crises, conflitos e formação de alianças entre as nações e capitais hegemônicos. A partir de meados do século XX os EUA, o Japão e os países emergentes- como a China e a Índia- tornaram-se “concorrentes” nas relações econômicas mundiais. Surgem diversas organizações internacionais e grandes corporações transnacionais para garantir a reprodução do sistema e controlar política e economicamente o mundo.

diferentes domínios da vida social (política, econômica, social e cultural) de modo a alcançar uma determinada finalidade (HABERMAS 1968, apud SANTOS, 2009: 289).

A racionalização refere-se também as transformações registradas pelas diferentes formações sociais impulsionadas pelo modo de produção prevalecente no qual são reproduzidas formas espaciais, intervêm múltiplos agentes com suas diferenças de poder, intencionalidade e mecanismos de ação. As interações estabelecidas na contemporaneidade, entre lugares e agentes sociais distintos promovidas com a globalização das relações sociopolíticas, reproduzem as contradições inerentes ao avanço deste modo de produção para a sua fase neoliberal.

O espaço geográfico transforma-se acompanhando a evolução da sociedade propulsão pela interação entre a dinâmica local e o processo de globalização (MACHADO, 2000) que se traduzem em relações hierárquicas de poder estabelecidas entre os agentes sociais que participam da reprodução de cada lugar. A partir destas desigualdades, forjadas e perpetuadas pelas estruturas sociopolíticas contemporâneas, torna-se lícito distinguir os agentes da “racionalidade hegemônica” e os da “contra-racionalidade” (SANTOS, 2009: 309) correspondentes a lógicas distintas que interagem e delineiam a especificidades da urbanização recente da Cidade de Maputo.

No entanto, falar de contra-racionalidade não implica de modo algum a uma irracionalidade. Na essência trata-se de uma lógica paralela à racionalidade hegemônica que compreende práticas sociais diversificadas alternativas às estruturas dominantes.

A atual lógica hegemônica deriva das solicitações emanadas por agentes econômicos (internos e externos) que, orientados pela lógica do mercado, influem decisivamente na dinâmica da sociedade determinando o arranjo das suas estruturas com vista a uma determinada finalidade. A lógica dominante impõe-se sobre as diversas dimensões da realidade social e condiciona a dinâmica socioterritorial do lugar.

Para criar as condições necessárias à satisfação de seus interesses econômicos, os agentes hegemônicos subordinam as diversas esferas da sociedade moldando-lhes as instituições preexistentes. Nesta reestruturação a intervenção do Estado tende a ser reduzida ao mínimo para que predomine a “ação soberana do mercado” (Idem, 1994: 33) e estimular a competitividade do capital.

O Estado contemporâneo participa do processo socioespacial local-global firmando acordos e estabelecendo parcerias com outras formações sociopolíticas e com os agentes econômicos que procuram

explorar outros mercados. Por meio da ação dos governos, o Estado propulsiona o processo da racionalização na produção do espaço geográfico (rural e urbano) considerado na sua dupla dimensão: sociedade e materialidade.

Concomitantemente, emergem outras lógicas contrapostas à racionalidade hegemônica que resultam da ação dos grupos sociais que se reproduzem à margem das relações econômicas globalizadas. Esta universalização de mercados pressupõe a inserção das economias locais no modo de produção prevalecente, mas a própria competitividade acaba excluindo vastos setores da sociedade. Esta experiência de exclusão vivenciada por alguns estratos sociais constitui o fundamento da “adaptação criadora à realidade existente” induzindo-os “à busca de formas alternativas de racionalidade indispensáveis a sua sobrevivência” (Idem, 2009: 310).

Da interação entre lógica dominante e a contra-rationabilidade instaram-se também temporalidades diferenciadas que se reproduzem e são reproduzidas no território usado. Assim, enquanto os processos demandados pelos agentes hegemônicos tende a decorrer a “tempos acelerados”, os demais grupos sociais contentam-se com os “tempos lentos” (Idem, 1994: 31-32) que se materializam no território assumindo características distintas.

Essas discrepâncias induzem a ocorrência de processo de modernização diferenciado que se manifesta com a implantação seletiva de formas espaciais (dotadas de um conteúdo que é, cada vez mais, técnico-científico) em detrimento de outras áreas onde se instala os agentes da contra-rationabilidade que não dispõe de recursos para ter acesso aos meios modernos. Atualmente, o capital e a tecnologia (técnica e ciência) permeiam todas as esferas da vida social e distinguem-se como principais mediadores destas diferenças.

Na dinâmica urbana da Cidade de Maputo as contra-rationabilidades situam-se entre as atividades socioeconômicas praticadas em paralelo ao setor da economia formal. Entre os agentes que estruturam esta lógica alternativa, destaca-se o grupo social de baixa renda que se reproduz inovando diversas estratégias de sobrevivência que se delineiam assumindo determinadas feições espaciais.

A coexistência e interação estabelecida entre os agentes da racionalidade hegemônica e da racionalidade alternativa reconfiguram o arranjo espacial das formas-conteúdo e definem espaços diferenciados de trabalho, de circulação, de lazer e de habitação. Esta dinâmica ocorre seguindo a trajetória da sociedade condicionada pelas nuances da globalização que influi no cotidiano desse lugar.

As transformações registradas pela sociedade moçambicana, intercaladas por momentos de continuidade e descontinuidade, decorreram (e decorrem) impulsionadas pela ação dos agentes econômicos internos e pela preponderância da ação externa.

Nesta perspectiva Pavia (2000) afirma que a crise socioeconômica registrada em Moçambique na década de 1980, resultou da combinação de múltiplos fatores dos quais se destacou a guerra civil perpetrada pela RENAMO (Resistência Nacional Moçambicana) à serviço do regime do apartheid, as estiagens que afetaram a região meridional do continente e a situação político-econômica internacional caracterizada pela deterioração dos termos de troca dos produtos primários com os quais o país participava do mercado internacional, a subida das taxas de juro e a excessiva valorização do dólar em relação a moeda nacional.

O fato de o governo ter adotado a ideologia socialista como uma política do Estado, durante a transição para a república e passando a cooperar com o bloco do Leste europeu, reduziu a possibilidade do país diversificar seus parceiros econômicos junto aos Estados capitalistas.

O efeito conjugado desses eventos contribuiu para a crise econômica interna que se gravou com a redução da fonte de receitas do Estado o que se repercutiu tanto nas áreas rurais quanto no meio urbano. A população rural, afetada pela guerra civil e pela crise econômica, teve de deslocar-se para os centros urbanos mais próximos e para os países vizinhos em busca de melhores condições de vida.

Para reinverter essa crise sociopolítica, o governo encetou ações diplomáticas de modo a conseguir o apoio dos estados capitalistas. As viagens presidenciais realizadas em 1983, marcaram o início de negociações que preanunciaram a mudança da orientação política e econômica da sociedade moçambicana.

Destas negociações estabeleceram-se acordos com o Banco Mundial, o FMI (Fundo Monetário Internacional), a OPEP (Organização de Países Exportadores de Petróleo), o Clube de Paris e com os países membros da OCDE (Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento da Europa). Para a concessão do apoio político-financeiro solicitado pelo governo, foi proposta a revisão da orientação política do Estado o que pressupunha a substituição daquele modo de produção de economia centralizada pelo modelo neoliberal (MACUENE, 2001).

Nos acordos celebrados em 1984 com as instituições de Bretton Woods, priorizou-se o financiamento da dívida externa, a concessão de empréstimos e a assessoria técnica para a reestruturação do sistema

político-econômico nacional. Os países capitalistas e as organizações internacionais tornaram-se os principais assessores e financiadores do Estado. Deste modo, em 1986 o Banco Mundial e o FMI propuseram um Programa de Reabilitação Econômica (PRE) que começou a ser aplicado em janeiro do ano seguinte.

As diretrizes plasmadas nos “policy strategy papers” apresentados por essas instituições, consistiram num conjunto de princípios que orientaram a transição para uma economia de mercado que deveria consumir-se com a desregulamentação de preços, incentivo ao comércio externo e a redução da participação do Estado na esfera produtiva (OPPENHEIMER et al: 2002: 8). Estas intervenções abrangeram à redução das barreiras alfandegárias, a privatização das empresas estatais, abertura aos investimentos externos, a restrição a emissão de títulos e o financiamento do déficit no orçamento do Estado.

Com as medidas adotadas criaram-se as condições para o crescimento da iniciativa privada por meio de investimentos de capitais internos e particularmente externos. As Zonas Francas e os Joint-Ventures surgiram, dentro da orientação neoliberal, como políticas do Estado com as quais o governo passou a incentivar a entrada de investimentos externos e formação de parcerias entre agentes econômicos nacionais e estrangeiros.

Contudo, a promoção da iniciativa privada interna passou a defrontar-se com dificuldades de ordem financeira causada pela desvalorização da economia (que se manifestou na desvalorização do Metical em relação a moedas estrangeiras particularmente o Euro e o Dólar americano tornados principais intermediários das relações econômicas globais) que reduziu a capacidade dos investidores nacionais de competir com o capital externo articulado em torno das grandes corporações (caso das organizações financeiras internacionais e multinacionais) que alargaram seus investimentos para Moçambique em busca de novas possibilidades de acumulação.

No final da década de 1980 e início dos anos 1990 consumou-se a transição do modo de produção baseado na planificação centralizada para a economia de mercado. Esta reforma político ficou consagrada com a adoção da nova lei constitucional apresentada em 1990.

De acordo com Pavia (2000), a constituição da república representa uma norma fundamental que sintetiza a organização política, econômica, social e cultural de uma sociedade. A sua alteração implicou a redefinição da natureza da sociedade e do papel que o Estado passou a exercer na dinâmica local.



Entre 1987 a 1989 (após início do PRE) registrou-se um crescimento econômico estimado em torno de 4% ao ano. No entanto, o tamanho da população que vivia em situação de pobreza havia registrado um aumento de 15 para 50%, desde 1981. Este aspecto denotou a ineficiência do ajuste estrutural em promover um desenvolvimento socioeconômico que fosse inclusivo e sustentável. Por esta razão, dotou-se o PRE de uma componente social que resultou no PREs (Programa de Reabilitação Econômica e Social) posto em prática a partir de 1990 (MACUENE, 2001), mas mantendo-se o seu caráter instrumental e neoliberal (OPPENHEIMER et al: 2002).

Com estas intervenções (centradas na reestruturação do sistema financeiro, na promoção do mercado livre e no desenvolvimento da iniciativa privada) ratificou-se a dependência e a subordinação da política monetária nacional aos interesses hegemônicos externos. Os investimentos que se tornaram necessários para alavancar a economia passaram a ser realizados pelo capital privado e com o dinheiro emprestado pelas instituições de cooperação bi e multilateral.

As estiagens, a crise econômica e o conflito político causaram uma drástica redução na produção agrícola que condicionou a escassez de alimentos e outros produtos de primeira necessidade. A situação social deteriorou-se também devido à insuficiência dos serviços públicos particularmente de saúde. Portanto, apelo dirigido aos Estados capitalistas levou a proliferação de ONGs (Organizações Não-Governamentais) internacionais incumbidas da missão humanitária que passaram a prestar auxílio ao Estado e a sociedade.

Segundo Macuene (2001) por volta de 1981 existiam por todo o país menos de 5 ONGs. No início da década de 1990, existiam aproximadamente 130 ONGs e 40 agências governamentais e de cooperação multilateral. Para Minter (1994), em 1990 existiam 143 ONGs representantes de 23 países, 32 agências de cooperação multilateral e 44 de cooperação bilateral representativos de 35 países.

Entre essas organizações destacam-se as agências da ONU (Organização das Nações Unidas), a União Européia (UE), a USAID (Agência Americana para o Desenvolvimento), a Cruz Vermelha, Save The Children, Wold Vision, Fundação Aga Khan, entre outras. O surgimento de ONGs nacionais, caso da FDC (Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade) e a FJC (Fundação Joaquim Chissano), contribuiu para o aumento das organizações não-governamentais que passaram a participar da dinâmica social local.

Ao disseminarem-se pelo território, estas instituições introduzem “novos métodos de gestão” instalando “departamentos técnicos,

financeiros e de pessoal” (DIAS, 2001: 150). Este ditame organizacional impõe novos conteúdos fomentando outras formas de convivência e reorganizaram o espaço geográfico (SANTOS, 1994: 99), ou seja, a sociedade na sua dupla dimensão: material e social.

O financiamento do orçamento público ficou condicionado a assistência e a supervisão daquelas reformas pelas organizações internacionais o que participação de consultores externos na gestão de instituições centrais do Estado como o Ministério das Finanças e o Banco Central. Esta assistência tornou-se onerosa, pois os três mil técnicos estrangeiros recebiam cerca de 150 milhões de USDs ano o equivalente ao orçamento gasto com os 100 mil servidores públicos, fato que foi contestado pelo então Ministro das finanças Magid Osman em 1991 (MACUENE, 2001).

Deste modo, forjou-se a dependência econômica e subordinou-se o papel do Estado na política daquelas organizações que passaram a decidir “onde e como canalizar os recursos, os investimentos e mesmo a ajuda alimentar” feita através das ONGs que se dedicam a assistência social “o que explica a sua proliferação no país” (Ibdem: 256).

A maioria dessas organizações instalou sua sede na cidade de Maputo o que propulsionou a reconfiguração da estrutura socioeconômica local em torno de uma crescente especialização no setor de comércio e serviços como bancos comerciais, empresas de microcréditos, seguradoras, empresas de turismo, as consultorias, clínicas privadas, educação particular, a indústria da construção civil e as imobiliárias. Esta reestruturação do mercado de trabalho decorreu desassociada de uma diversificação da indústria transformadora de produto manufaturados (acabados ou semiacabados). Pelo contrario, parte das indústrias que serviam de suporte para a economia da cidade e da região foram encerradas destas cita-se o caso da Ceres, Cajuca, Texlom, Tudor, Mabor e Vidreira.

A desindustrialização que acompanhou essa reforma acelerou a desvalorização da economia e aprofundou a dependência em relação ao mercado externo de onde passaram a ser importados a maioria dos produtos inclusive os de primeira necessidade tais como medicamentos, alimentos e vestuários.

Essas importações passaram a ser feitas com o dinheiro emprestado nos bancos comerciais controlados pelo capital privado atrelado as organizações financeiras e empresariais internacionais. A necessidade de converter o financiamento em moeda estrangeira (principalmente o Dólar americano) traduz-se na sobretaxação das

transações comerciais, na transferência de lucros para as empresas financeiras e para as grandes corporações.

No estágio atual da globalização econômica poucos são países em desenvolvimento que impõe restrições a entrada de capitais financeiros e organizações empresariais. Facilitadas pelas modernas tecnologias de comunicação, as organizações financeiras (particularmente os bancos comerciais) ao disseminarem-se pelo território nacional tornam-se um dos principais instrumentos de inserção do mercado local no comércio internacional sujeito a especulação monetária e fiscal (DIAS, 2001).

A situação da dívida externa que se tornou insustentável para a maioria dos países em desenvolvimento, tem implicações diretas na inversão de fluxos financeiros particularmente para as economias industrializadas (NETO, 2002). Conseqüentemente, as sociedades em desenvolvimento ficaram a mercê da situação das economias hegemônicas (CARVALHO, MAURO; COSTA, 2002).

Com uma dívida externa de 8.2 bilhões de USDs (equivalente a duas vezes ao produto interno estimado em 3.9 bilhões de USDs), Moçambique foi qualificado em 1998 como um dos países altamente endividados. As negociações feitas com as organizações financeiras internacionais resultaram na redução da dívida externa que passou para 2.4 bilhões de USDs, no ano de 2007 (UN-HABITAT, 2007).

O processo de globalização e os eventos sociopolíticos ocorridos localmente tiveram repercussões na dinâmica socioterritorial nacional manifestada pelas transformações registradas na urbanização da cidade de Maputo. Essa evolução vem sendo dinamizada pelo capital externo que, representado pelas grandes corporações, assume a dianteira na dinâmica socioespacial nesse centro urbano.

Neste contexto, a capital moçambicana reafirmou-se como o centro político, econômico e cultural do país. Passou a concentrar as instituições centrais do poder político, sede de principais empresas privadas nacionais e estrangeiras, sede das agências de cooperação bi e multilateral. A concentração destas instituições (públicas e privadas) tem implicações diretas na organização do mercado de trabalho urbano, na distribuição de renda e na estratificação social que, conjuntamente, condicionam a definem a situação social ou habitacional deste espaço urbano.

O setor formal da economia (bancos, escritórios de agências de cooperação, consultorias, empresas de seguro, construção civil, empresas de turismo, entre outras) tende a absorver um restrito grupo populacional com certa qualificação acadêmica beneficiando-o com uma renda relativamente elevada com a qual participam das interações

ditadas pela lógica capitalista tornada global e que prevalece nesse espaço urbano.

No entanto, a excessiva dolarização desse mercado urbano influi no funcionamento de diversos setores da economia (que abrange as transações financeiras para o pagamento das importações, salários, serviços particulares de saúde e educação, etc.) que se contrapõe ao desemprego elevado, a preponderância das atividades informais e o baixo poder aquisitivo da maioria que reside na periferia da Cidade de Maputo.

A própria reforma político-econômica proposta por aquelas instituições internacionais, decorreu associada ao crescimento da população em situação de pobreza sobrevivendo de atividades praticadas à margem do controle estatal. Portanto, as privatizações e o encerramento de empresas que serviam de suporte para a economia local, a terciarização e a subcontratação originaram “oportunidades segmentadas de acesso a renda” (RIBEIRO, 2005: 47).

Na estrutura social de Maputo passou a predominar um amplo segmento populacional empobrecido (RAIMUNDO, 2009) excluído dos circuitos de acumulação, cada vez mais consumidor de serviços (DIAS, 2007) e que sobrevive através da sua própria iniciativa e criatividade.

Com essas mudanças redefiniu-se a participação do Estado na dinâmica da sociedade na sua totalidade. No plano econômico retraiu a sua intervenção na esfera produtiva e passou a promover o desenvolvimento da iniciativa privada. O seu papel foi redirecionado para os assuntos sociais *estrito sensu* e passou a atuar através de suas instituições burocráticas na prestação de serviços de saúde, educação, segurança pública, assistência social, equipamentos públicos, regulamentação do trabalho e gestão de recursos naturais.

A orientação política do Estado ficou consagrada na constituição de 1990 e reafirmada no artigo 97 da Constituição de 2004. Deste modo, a dinâmica socioeconômica nacional passou a ser orientada com base nos seguintes princípios:

- Na valorização do trabalho;
- Nas forças do mercado;
- Na iniciativa dos agentes econômicos;
- Na coexistência do sector público, do sector privado e do sector cooperativo e social;
- Na propriedade pública dos recursos naturais e de meios de produção, de acordo com o interesse coletivo;

- Na proteção do sector cooperativo e social;
- Na ação do Estado como regulador e promotor do crescimento e desenvolvimento económico e social (MOÇAMBIQUE, 2004: 28).

Essa abertura do mercado propiciou a emergência de outros agentes que, colaborando com o Estado, passaram a intervir na dinâmica socioespacial da cidade de Maputo realizando investimentos em diversos setores da economia. O capital privado pôde desenvolver seus empreendimentos que levaram transformação e valorização de determinadas áreas deste centro urbano. A indústria de construção civil, as empresas imobiliárias e as instituições financeiras tornaram-se os principais propulsores do mercado imobiliário local.

As intervenções de modernização registradas atualmente em Maputo decorrem impulsionadas pelos investimentos de capitais privados que procuram expandir suas oportunidades de acumulação investindo em empreendimentos imobiliários. Como parte deste processo a hegemonia do edifício “33 andares” (que é atualmente o prédio mais alto da cidade de Maputo e do país) poderá ser superada com a realização<sup>22</sup> de um empreendimento designado “Maputo Business Tower”. De princípio, a construção desta infraestrutura multifuncional direcionada a interesses empresariais e comerciais, ficou a cargo da empresa portuguesa Soares da Costa (Figura 18).

---

<sup>22</sup> O empreendimento avaliado em 110 milhões de dólares será construído com investimentos realizados pela “Green Point Investment”. De acordo com os levantamentos realizados, trata-se uma organização norte americana e com referência na cidade de Brooklyn. Em 1868 formou-se nos EUA uma sociedade empresarial bancária denominada Green Point Savings bank. Um holding criado em Maio de 1995 adquiriu o banco e tornando-o subsidiário da GPF (GreenPoint Financial Corp). Com a ramificação, o GPF passou a compreender o Greenpoint Bank, a GPCDC (GreenPoint Community Development Corporation), a GPM (GreenPoint Mortgage Funding, Inc), a GPC (GreenPoint Credit LLC) e a GreenPoint Foundation. Além de empréstimos financeiros e créditos variados, a sociedade GreenPoint atua em diversas áreas de investimento com forte participação no mercado imobiliário através da realização de investimentos diretos e concessão de créditos, com destaque para a habitação. Trata-se de uma empresa financeira de capital majoritariamente americano e com participação no mercado financeiro e imobiliário em diversos lugares do mundo. A sociedade de investimento GreenPoint possui filiais em países como EUA, Índia e Israel.



Figura 18: Projeção do edifício “Maputo Business Tower”. Estrutura que contara com 47 andares distribuídos entre serviços e comércios.

Fonte: Disponível em <http://i436photobucket.com/albums/qq89/diekapenaar/13copy.jpg>; Acessado a 20/01/2011.

A dinâmica desse espaço urbano passou a ser propulsão pelas demandas dos distintos agentes sociais que buscam a satisfação de suas necessidades e delineiam as “multi-racionalidades” (OPPENHEIMER et al, 2002: 6). A interação estabelecida pelos agentes da racionalidade hegemônica e da contra-racionalidade influi na evolução, transformação e estruturação daquele espaço humano definido como sinônimo de território usado, espaço habitacional ou ainda espaço geográfico.

Com a articulação estabelecida pelos agentes econômicos (empresas financeiras, a indústria de construção civil e as empresas imobiliárias) estruturou-se um dos setores mais dinâmicos da economia local. As organizações financeiras cooperando com as construtoras e as imobiliárias promovem a realização de investimentos e a modernização de determinadas áreas da cidade em detrimento de uma extensa porção territorial. Ao diversificarem seus investimentos, os agentes econômicos passaram a produzir e a comercializar infraestruturas de habitação

(moradias e condomínios) tornadas principais produtos do mercado imobiliário.

Entre as empresas estruturantes do mercado financeiro nacional e que participam na dinâmica espacial local, destacam-se os bancos Millennium Bim, BCI-Fomento, Standard Bank e Barclays. Estas instituições financeiras passaram a assegurar a concessão de financiamentos para a implantação de empreendimentos destinados a realização de diversas atividades socioeconômicas incluindo a habitação (Figura 19a e b).



Figura 19a e b: Condomínio Xiluva. Situado na Av. Julius Nyerere que faz a divisa entre os bairros Polana Caniço A e Sommerchild. a) A placa ilustra a projeção da infraestrutura para habitação e escritório. b) O placar com os detalhes técnico do empreendimento onde constam dono da obra (Epsilon investimentos, AS), empresa da arquitetura (Carlos Guimarães & Luiz Soares Carneiro, Arquitetos Lda), a construtora (S &B Construções Moçambique, Lda), os financiadores (Millenium Bim e BCI-Fomento) e o prazo de execução (9 meses).

Fonte: o autor, 2010.

As moradias unifamiliares e os condomínios residenciais constituem as formas espaciais empreendidas pelos agentes econômicos que atuam no mercado imobiliário local. As áreas sujeitas às intervenções de modernização tende a serem supervalorizadas o que influi na reestruturação das áreas residenciais existentes naquele espaço habitacional.

A maioria dos empreendimentos imobiliários realizados na periferia de Maputo consiste em construções dispostas na forma horizontal. No entanto, registra-se atualmente uma tendência para a

verticalização de áreas residenciais que antes predominavam edificações pouco elevadas (Figura 20). Tratam-se, no geral, de projetos que envolvem custos altos de produção, venda, manutenção e conseqüentemente do ato de habitar.



Figura 20: Condomínio residencial The Palm. Erguido ao lado do condomínio Xiluva e defronte ao espaço habitacional enobrecido do Polana Caniço A. Este empreendimento residencial consistira em apartamentos tipo 3, contara com equipamentos para a recreação e lazer como piscinas e quadras poliesportivas.  
Fonte: O autor, 2010.

Neste processo, o capital assume um lugar determinante na dinâmica social, redefine a configuração territorial, define uma situação habitacional perversa para a maioria que sobrevive em situação de pobreza e aprofunda a segregação residencial.

Nesta perspectiva, a experiência registrada na urbanização da cidade de Buenos Aires (na Argentina), na maneira como é discutida por Perez, avança alguns subsídios que servem de apoio a análise da dinâmica socioespacial registrada atualmente na cidade de Maputo. O autor referido sustenta que,



ese proceso resultó de una planeación empresarial que, sobre la base de un diagnóstico comercial, llevo a la actualización de áreas relevantes vacantes. Las operaciones privadas se apropian de la planificación urbana, no ya como intento de orientación pública y búsqueda de objetivos generales, sino como manera de producir territorios que satisfagan necesidades particulares (PEREZ, 2005: 35-36).

E prossegue afirmando que,

la ciudad se produce como resultado de una actividad de racionalización mercantil de operaciones individuales en una fuerte planificación interna de todos los componentes de cada operación urbana y control de su cumplimiento, cuya finalidad es aumentar la calidad del producto inmobiliario y la rentabilidad. Esa construcción da ciudad basada en la racionalidad de la planificación de las operaciones privadas, desconoce la posibilidad de introducir una racionalidad global, diferente a la del mercado. La planificación privada de la producción de suelo (...) en cueles se construyen (...) urbanizaciones planeadas en detalle (PEREZ, 2005: 36-37).

O mercado imobiliário estrutura-se a partir da articulação entre a indústria de construção civil, empresas imobiliárias e organizações financeiras (particularmente os bancos comerciais) que, conjuntamente, intervém na transformação e organização do espaço urbano por meio de investimentos que resultam na implantação de infraestruturas diversas, através da elaboração e aplicação de mecanismos que regulam o acesso/consumo dessas benfeitorias.

As intervenções realizadas pelos agentes hegemônicos, ao valorizar determinados setores da economia urbana através de investimentos de capital especulativo, tornam o acesso e o consumo de bens e serviços também seletivos para os distintos grupos sociais. Nesta, o centro da Cidade de Maputo reproduz-se como o receptáculo da modernização manifestando-se com a implantação de novos edifícios públicos e empreendimentos particulares.

No entanto, a periferia registra mudanças induzidas também pelo capital financeiro e imobiliário que tende a alargar seus investimentos para esta área da cidade. Estas intervenções reconfiguram a organização espacial e introduzem novos conteúdos nos Bairros Polana Caniço “A” e “B” e nas porções territoriais circundantes. As moradias unifamiliares e os condomínios residências que crescem nesta área compreendem casas dotadas de um padrão arquitetônico diferenciado que (re) configuram a paisagem desses bairros da periferia (Figura 21).



Figura 21: Condomínio Matchiki Village. Espaço residencial em construção na divisa entre os bairros Polana Caniço A e B e Costa do Sol.

Fonte: O autor, 2010.

As habitações produzidas pelos agentes econômicos e transacionadas na lógica capitalista do mercado (sujeito à especulação financeira e imobiliária) satisfazem as necessidades do restrito grupo social de maior poder aquisitivo.

Na lógica desta racionalidade econômica, a compra de imóveis para a habitação ocorre essencialmente mediante a solicitação de financiamentos às empresas financeiras. O dinheiro adquirido através de empréstimos e endividamentos, disponibilizado na forma de crédito para habitação (CH), pode (e deve) ser amortizado por meio de parcelamentos sobre a renda que chegam a durar 20 a 30 anos dependendo dos critérios definidos por cada instituição financiadora.

O CH consiste num mecanismo financeiro concebido para facilitar a compra de moradias e estimular o crescimento do mercado de habitações. Este instrumento destina-se essencialmente para flexibilizar as operações de compra/venda de moradias produzidas pelo capital financeiro e imobiliário. Conforme destaca Paiva (2007) estas frações do capital desenvolvem-se atualmente de um modo sincrónico.

Com a reestruturação do mercado de trabalho e sua especialização em torno das atividades terciárias (que compreende essencialmente serviços como bancos, consultorias, empresas de telecomunicações, instituições de educação privadas, empresas de turismo, entre outros) um restrito segmento populacional passou a beneficiar-se de um nível de renda relativamente alto. Este estrato social passou a ostentar um aparentemente poder de compra e constitui-se num mercado potencial para os investimentos do capital imobiliário.

Para garantir a sustentabilidade dessa atividade econômica, o setor financeiro estabeleceu alguns mecanismos de financiamento/endividamento, caso concreto do CH. O “marketing bancário” (MENDES; RATANJI, 2009: 60) e imobiliário direcionaram-se para aliciar o consumo daquele estrato social e estimular o crescimento do mercado imobiliário. Ao expandir seus investimentos, os agentes econômicos intervêm no processo de urbanização e moldam cenários que garantam uma crescente acumulação de capital financeiro através da valorização e da especulação imobiliária (Figura 22a, b, c e d).



c) d)  
 Figura 22a, b, c e d: Marketing do condomínio Matchiki Village. Esta estratégia publicitária orienta-se a partir de quadro visões: a) Espaços generosos; b) Identidade reforçada; c) Você merece viver aqui, e; d) Simplifique a sua busca. Com essa ideologia recriam-se identidades de status promovidas pela lógica do mercado.

Fonte: Disponível em <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=986754>; Acessado 8/02/2011.

As moradias produzidas pelos agentes econômicos e transacionadas pelo mercado imobiliário constituem produtos capazes de atender as necessidades do restrito segmento social que reuni as condições necessárias para o endividamento junto às instituições financeiras

O acesso ao financiamento para compra de imóveis para moradia no mercado imobiliário depende dos critérios estabelecidos por cada uma das instituições financeiras existentes em Maputo. De entre os

requisitos estabelecidos destacam-se, de acordo com Allen e Johnsen (2008):

- Ter um salário ou rendimento regular constitui a primeira condição para ser elegível ao financiamento. Este requisito implica ter um emprego ou exercer uma atividade econômica formal;
- Auferir níveis de rendimentos compatíveis com os encargos do financiamento;
- Pagamento de seguros de vida;
- Pagamento de seguro de risco contra o incêndio ou danos provocados por inundações;
- O valor mínimo de endividamento/empréstimo situa-se em torno de 10.000 USDs entre os principais bancos comerciais<sup>23</sup>;
- Prazo de amortização da dívida que varia entre 20 a 30 anos;
- As taxas de juros no crédito à habitação situam-se entre 16% a 22,5%;
- Hipoteca da casa para que sirva de garantia do estorno.

As normas que regem o acesso ao CH estão, de certa maneira, desvinculadas da realidade social local e tornam a compra (ou o consumo) daquele tipo de moradias altamente seletivo. Destinada a “flexibilizar” a compra/venda da habitação, esta linha de financiamento torna-se insustentável para a maioria dos estratos sociais, particularmente a população de baixa renda, devido os mínimos estipulados e as às altas taxas de juros praticadas.

Parte significativa da população urbana de Maputo está além da capacidade de compra para a satisfação das necessidades de habitação através de imóveis produzidos pelo capital privado. O custo da participação nas relações de mercado tende a ser aprofundado com a inflação de preços de produtos de primeira necessidade, inclusive dos juros que recaem sobre o financiamento para a compra e melhoramento da habitação.

Os agentes econômicos, orientados pela lógica capitalista de acumulação de capital, intervêm na dinâmica local e condicionam a reprodução de espaços habitacionais fragmentados em termos de conteúdo social e sua materialidade.

---

<sup>23</sup> Por exemplo, o Standard Bank disponibiliza o financiamento para habitação a partir de 10.000 USDs que podem ser pagos mensalmente num prazo de 20 anos. Informação disponível em <http://www.standardbank.co.mz/pt/Particulares/Produtos-e-Servicos2/Credito-Para-Habitacao>; Acessado 09/02/2011.

A reprodução do espaço habitacional na periferia de Maputo decorre impulsionada também pela ação da população de baixa renda que impõe outra lógica à dinâmica socioespacial local. Conforme destaca Lopes (2002) a instauração da economia de mercado propiciou a difusão de atividades informais que se tornaram a principal fonte de renda da maioria que reside nesta periferia. Este grupo social pratica o comércio de varejo nas vias públicas e nas suas próprias residências como forma de garantir a sua sobrevivência no cotidiano.

O comércio de varejo praticado em Maputo desenvolve-se estimulado por uma teia de relações complexas com o setor formal e estende-se para a além da fronteira nacional. O comércio transfronteiriço (sobretudo o informal) possibilita fluxos de mercadorias de países vizinhos (caso da África do Sul e Suazilândia) para a cidade de Maputo e regiões próximas. Estas atividades beneficiam-se, também, de financiamentos concedidos pelas empresas de crédito (ou as microfinanças) que direcionam seus investimentos para as atividades econômicas de baixa capitalização.

Estas interações envolvem intermediações diversificadas que possibilitam a existência de fluxos de capitais entre aqueles setores da economia e entre os grupos sociais envolvidos. Nesta rede comercial, as maiores rendas concentram-se entre os principais distribuidores e retraem-se entre os segmentos sociais que se dedicam ao comércio de varejo no bairro, mercado mais próximo ou ainda como ambulante. Estas intermediações possibilitam uma redistribuição desigual de renda e asseguram a reprodução de estratégias de sobrevivência da maioria habitam nesse centro urbano.

No entanto, a estratificação baseada na renda torna-se complexa na medida em que existe certo grupo populacional que mesmo inserido no mercado de trabalho formal (particularmente funcionários públicos) ocupam-se de categorias mais baixas na hierarquia profissional e ostentam rendimentos salariais situados aquém da capacidade de satisfação das necessidades básicas.

A existência de um amplo segmento populacional que se ocupa de atividades que geram rendimentos não declarados cria, também, ambigüidades na definição dos estratos sociais com base na renda. Considera-se que apesar de certas atividades serem praticadas à margem dos trâmites legais e do controle estatal, não significa que sejam necessariamente de baixa capitalização ou que geram baixos rendimentos.

Contudo, a maior parte da população que reside na periferia da cidade de Maputo dedica-se ao comércio de varejo que consiste na

comercialização de produtos de consumo corrente, de reduzido valor acrescentado e a prestação de serviços domiciliares que, conjuntamente, geram baixos rendimentos.

A maioria dos trabalhadores do setor informal pratica as suas atividades económicas em residência, na rua ou nos mercados<sup>24</sup> mais próximos tais como Malanga, Fajardo, Xipamanine, Xiquelene, Compone e Estrela Vermelha. Estes mercados situados na periferia constituem importantes centros de abastecimento da cidade de Maputo e das regiões próximas. O comércio praticado nestes locais consiste basicamente em produtos manufaturados oriundos da produção interna e importados como vestuários, material de construção, eletrodomésticos, cosméticos, alimentos, entre outros (Figura, 23a, b, c e d).

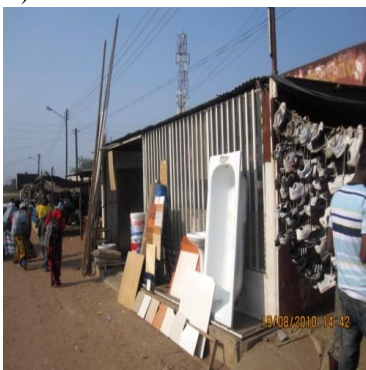
---

<sup>24</sup> A ideia de mercado como aqui colocada diz respeito ao espaço público onde são praticadas as feiras livres. A maioria das feiras praticadas na periferia da Cidade de Maputo surgiu a partir da ocupação espontaneamente e funcionam diariamente. Essa prática insere-se na teoria da formação socioespacial proposta por Milton Santos (2008) como o circuito inferior da economia urbana.

a)



b)



c)

d)

Figura 23a, b, c e d: Mercado Compone. A área central deste mercado situa-se no cruzamento entre as Avenidas Julius Nyerere e Vladimir Lenine. No entanto, esta atividade comercial espraia-se por estas vias públicas. Esta área comercial constitui uma centralidade na periferia e é local de trabalho da maior parte da população de baixa renda que habita nos bairros de Polana Caniço A e B.

Fonte: O autor: 2010.

A população que reside nesta área periférica dedica-se a outras atividades com as quais obtém a renda que lhes “garante” a sua sobrevivência naquele meio urbano. Entre os prestadores de serviços destacam-se os pedreiros, mecânicos, serralheiros, cabeleireiros, carpinteiros, confeiteiras de alimentos, sapateiros, alfaiates, empregados domésticos, carregadores de mercadorias (Figura 24), motoristas e cobradores dos transportes privados. Os poucos rendimentos obtidos por



este grupo social destinam-se essencialmente a sua “subsistência” (LOPES, 2002: 28).



Figura 24a e b: Txova<sup>25</sup> com mercadorias. Trata-se de um tipo de meio de transporte bastante difundido no seio dos grupos sociais da periferia da Cidade de Maputo que serve de apoio as atividades domesticas e constitui um instrumento de trabalho para as pessoas (sobretudo jovens de sexo masculino) que prestam serviços como transportadores de mercadorias. As pessoas que se dedicam a atividade concentram-se em áreas de intensa atividade comercial, caso Mercado de Compone. Fonte: O autor, 2010.

No relatório elaborado pelo Ministério de Plano e Finanças, Universidade Eduardo Mondlane e Instituto Internacional de Pesquisa em Políticas Alimentares (1998) intitulado “Pobreza e bem estar em Moçambique: primeira avaliação nacional, 1996 e 1997” estimou-se, para época, um consumo médio mensal por pessoa de 160,780 MTs o que equivalia um gasto anual de 170 USDs por pessoa, ou seja, as pessoas tinham na época um consumo diário situado a abaixo de um dólar.

O inquérito realizado pelo INE sobre o orçamento auferido pelos agregados familiares (2002-2003) estimou que a renda média mensal/per capita destinada a satisfação das necessidades do cotidiano (como a habitação, alimentação, saúde, transporte, educação, etc.) na cidade de Maputo situava-se em torno de 828 MTs por pessoa (menos de 50 USDs).

<sup>25</sup> Termo Ronga (uma variação lingüística local) que no português corrente significa empurrar. Designa, também, um carrinho que consiste de uma estrutura metálica quadrangular sobre duas rodas de borracha (geralmente de automóvel) e movido a força humana.

A dimensão das famílias constitui um dos aspetos que influi na redistribuição da renda e na satisfação das necessidades básicas nesse meio urbano. Os agregados familiares com um número elevado de pessoas trabalhando ou exercendo uma atividade que garanta alguma renda, tende haver uma maior estabilidade na satisfação das necessidades do cotidiano, ou seja, a satisfação das necessidades básicas torna-se estável em famílias com menos pessoas dependentes.

No caso da cidade de Maputo o segmento social empobrecido coincide com as famílias maiores e com poucas pessoas (e mesmo nenhuma) exercendo uma atividade remunerada. Este grupo social que constitui a maioria, geralmente “satisfaz” suas necessidades básicas com muita deficiência.

A UN-HABITAT (2007) revelou que um estudo realizado em Maputo constatou que a construção de uma casa adequada do tipo 3, com acesso a serviços de água, saneamento e eletricidade chega a custar pouco mais de 3,200 USDs.

Entre os fatores que contribuem para o encarecimento da produção habitacional e a implantação de infraestruturas urbanas destaca-se a especulação financeiro-imobiliária e a excessiva dependência do mercado local em relação à importação de material de construção particularmente o de acabamento (vasos sanitários, entre outros). Com a escassez do cimento registrada em determinadas épocas, os distribuidores e as construtoras são obrigadas a recorrer às importações particularmente da África do Sul.

Ademais, Allen e Johnsen (2008: 24) no estudo que realizaram sobre financiamento à habitação no país distinguiram 4 estratos sociais em função do nível de renda:

- Grupo I (famílias de baixa renda aquelas que ostentam uma renda inferior a 150 USDs por mês) corresponde a 54 % da população nacional.
- Grupo II (rendimento médio-baixo situado entre 150 a 500 USDs por agregado familiar/mês) correspondente a 10% da população.
- Grupo III (famílias de rendimento médio-alto auferem entre 500 e 1 000 USDs por mês) correspondente a 4,5% da população total, e;
- Grupo IV (rendimento alto possui acima de 1.000 USDs por mês) não mais de 0,5 % da população nacional (Gráfico 3).

Esta estratificação da população baseada na renda per capita foi sintetizada pela seguinte representação gráfica:

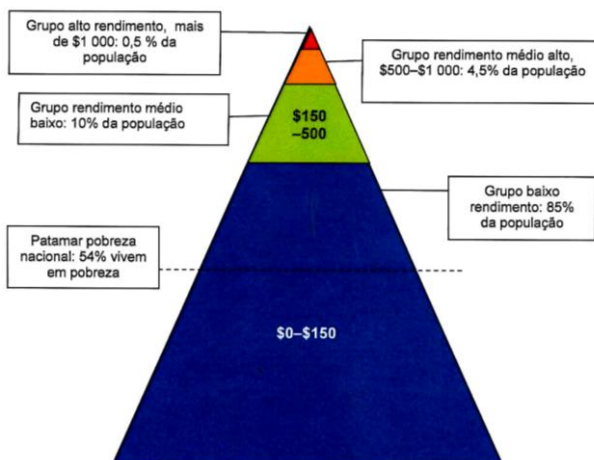


Gráfico 3. Distribuição percentual da população nacional de acordo com renda per capita mensal.

Fonte: Ellen e Johnsen, 2008.

Deste modo, entende-se por população de baixa renda aquele grupo social que se ocupa (ou não) de alguma atividade socioeconômica, formal ou informal, de onde obtém (ou não) uma renda incapaz de assegurar a satisfação daquelas necessidades consideradas básicas para uma existência humana condigna.

Na cidade de Maputo persiste um amplo grupo social que sobrevive do sobretrabalho nas atividades informais (particularmente do pequeno comércio) de onde extrai a renda com a qual procuram satisfazer as necessidades básicas (caso da habitação) e garantir a sua sobrevivência neste espaço urbano.

Apesar das adversidades reproduzidas pela racionalidade hegemônica que os exclui, esse grupo social de baixa renda sobrevive, consome, alimenta-se, abriga-se, trata-se, diverte-se e alguns estudam (OPPENHEIMER; RAPOSO, 2002: 52).

As formas espaciais produzidas para a habitação constituem um dos principais elementos que caracterizam a situação social em que sobrevive maioria dos moradores da periferia da cidade de Maputo. A reprodução do tipo de habitação produzido pelo estrato social predominante nesta área deve-se, entre outros fatores:

- As escassas oportunidades de emprego no setor da economia formal;
- Os baixos salários auferidos pelos funcionários públicos e trabalhadores do setor privado;
- A ausência de investimentos de habitação direcionados a este estrato social;
- A ineficiência das ações de planejamento em providenciar uma reforma urbana que seja inclusiva;
- A impossibilidade do grupo populacional de baixa renda de comprar habitações produzidas pelos incorporadores imobiliários.

À medida que reproduz as atividades socioeconômicas que garantem a sua sobrevivência, a população empobrecida transforma, adensa e consolida o seu espaço habitacional por meio da iniciativa própria “viabilizada” pela baixa renda que auferem a partir das atividades informais. Portanto, a paisagem dos Bairros Polana Caniço “A” e “B” ostenta aspetos que denotam a situação social da maioria dos moradores da periferia da cidade de Maputo.

Nesta perspectiva, Unchs (1996) apud Tique (2007: 78) sustenta que a produção informal de habitação tornou-se necessário para fornecer moradia para a maior parte da população urbana que não consegue adquiri-la no mercado formal, público-privado. Diante da insuficiência generalizada o Estado é obrigado a tolerar a situação de irregularidade em que reside o estrato social empobrecido.

A racionalidade e contra-racionalidade, configuradas a partir das interações estabelecidas entre os múltiplos agentes sociais, condicionam a dinâmica e organização socioterritorial da cidade de Maputo. Os agentes econômicos, orientados pela lógica do mercado, intervêm decisivamente na dinâmica local reconfigurando as diferentes dimensões do espaço (sociedade e materialidade) com a finalidade primordial de gerar a acumulação do capital. A contra-racionalidade emerge das práticas sociais diversas demandadas pela população de baixa renda com as quais participam da reprodução deste espaço geográfico e as suas ações traduzem-se em diversas estratégias de sobrevivência.

Da participação destes agentes sociais configuram-se ritmos e temporalidades distintos que se manifestam nos processos espaciais registrados na cidade de Maputo. A intervenção dos agentes hegemônicos (e seus beneficiários) e de outros grupos sociais condiciona a transformação registrada nos “bairros de caniço” (COSTA,

2005: 2) manifestadas pela coexistência de habitações de diferentes tipologias. A extensa área da periferia ocupada majoritariamente por habitações populares deixou de ser “de caniço” (Idem) e passou a concentrar outras formas habitacionais.

As intervenções realizadas pelos os agentes econômicos tendem a beneficiar e valorizar determinadas áreas da periferia que passam a ser ocupada pelo segmento social de maior poder aquisitivo implicando a reorganização deste espaço habitacional. As incorporadoras e o grupo social de maior poder aquisitivo avançaram sobre algumas áreas ocupadas por estratos sociais empobrecidos o que resultou na coexistência segregada de moradias de status e as casas populares.

Nos bairros Polana Caniço “A” e “B e regiões adjacentes erguem-se construções modernas dotadas de um padrão arquitetônico diferenciado que contrasta com as precárias moradias de alvenaria predominantes no extenso território adjacente (Figura 25).



Figura 25a e b: Habitação de status no Bairro Polana Caniço “A”. O padrão de habitações que compõe este enclave habitacional de status, consiste em edificações unifamiliares que variam simples moradias a blocos de 1 e 2 andares. b) Uma equipe de trabalhadores construindo uma nova moradia neste enclave residencial.

Fonte: autor, 2010.

Os novos espaços habitacionais, produtos da especulação/valorização fundiário-imobiliária, denotam a proeminência de um restrito estrato social que inserido na lógica hegemônica passou a ser contemplado pelos benefícios do avanço econômico e ações de planejamento público-privado.

Diante das transformações registradas neste espaço habitacional os contrastes deixaram de ser entre o centro e a periferia, passaram a ser reproduzidos também na própria periferia.

A maior parte dos moradores desta área da cidade estudada produz e transforma a própria habitação com os seus próprios recursos e por meio da autoconstrução (Figura 26). Este grupo social serve-se da sua criatividade e desenvolvem laços de solidariedades com quais criam as possíveis condições de moradia necessárias para a sua existência naquela economia de mercado que propulsiona a dinâmica da sociedade na sua totalidade.



Figura 26: Melhoria de uma moradia popular, bairro Polana Caniço “A”. A autoconstrução consiste numa prática comum tanto na produção quanto na remodelação das moradias populares. A força de trabalho consiste em parentes, amigos, vizinhos ou conhecidos que conhecem a arte da construção. Nota-se que o indivíduo que está sobre os andaimes veste a roupa de uma empresa de construção, a S & B Construções. Essas intervenções ocorrem geralmente quando se registra melhorias na situação econômico-financeira familiar. Quando uma pessoa ascende a uma categoria profissional elevada ou quando mais pessoas passam a trabalhar pode elevar a estabilidade financeira familiar e possibilitar eventuais intervenções para a remodelação da moradia.

Fonte: o autor, 2010.

Essas práticas antagônicas de edificação favorecem a reprodução da segregação socioespacial que se manifesta através da distribuição das

habitações implantadas pelos agentes da racionalidade hegemonia e os da contra-racionalidade. A própria estrutura social, a partir da qual se desencadeiam as múltiplas lógicas, influi consideravelmente na transformação e organização do espaço habitacional na cidade de Maputo e sua periferia.

Os investimentos imobiliários realizados pelos agentes econômicos estão aquém da possibilidade da satisfação das necessidades demandadas pela população de baixa renda. As suas ações, orientadas pela lógica de mercado, satisfazem as necessidades de um restrito grupo social. Os mecanismos estabelecidos pelos agentes hegemônicos estimulam a realização de empreendimentos habitacionais (condomínios residenciais e moradias unifamiliares) passíveis de serem adquiridos (comprados) pelo restrito grupo social de maior poder aquisitivo.

As condicionantes impostas para o acesso ao CH inviabilizam a compra de moradias adequadas produzidas pelo capital financeiro imobiliário. Este aspecto aprofunda as desigualdades sociais que se reproduzem sob formas espaciais antagônicas. A própria concentração da renda, causada pela crescente especialização do trabalho em torno do comércio e serviços, repercute-se na organização do território e aprofunda a segregação habitacional entre os estratos sociais.

Ademais, as intervenções de planejamento urbano carecem de uma orientação política que tenham a finalidade de transformar essa realidade e melhorar a situação habitacional da população de baixa renda. Para uma eficiente reforma urbana, há que tomar em consideração o fato do segmento populacional de baixa renda constituir a maioria e adotar mecanismos que contemplem as reais necessidades do lugar.

A persistência dos aspetos acima levantados poderá favorecer a reprodução e o agravamento do problema habitacional particularmente entre a camada mais desfavorecida que constitui a maioria na cidade de Maputo, concentrada particularmente na periferia onde se destacam os bairros Polana Caniço “A” e “B”.

### 3.2. SITUAÇÃO HABITACIONAL DA POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA NOS BAIRROS POLANA CANIÇO “A” E “B”, COMO REFLEXO DA URBANIZAÇÃO RECENTE DA CIDADE DE MAPUTO

Nos espaços urbanos, a produção habitacional decorre associada à dinâmica da sociedade propulsão pela interação estabelecida por múltiplos agentes sociais que criam e transformam as formas espaciais para atender a determinadas necessidades. A estrutura social forjada nos diferentes momentos de evolução de uma totalidade dinâmica tem repercussões diretas na configuração territorial e na produção habitacional.

Assim, pode se afirmar que o problema habitacional registrado pelas sociedades capitalistas contemporâneas, não afeta a toda população da mesma maneira. Esta situação de carência e precariedade concentrasse essencialmente no estrato social de baixa renda. Este grupo social constitui a maioria na cidade de Maputo e habita na extensa periferia empobrecida.

O conceito de pobreza define uma situação de carência e insatisfação das necessidades sociais de uma determinada população. Entre as necessidades consideradas básicas para uma existência humana condigna cita-se o acesso a alimentação, a saúde, a educação, o saneamento e a habitação adequada (ROCHA, 2006).

Nas atuais sociedades capitalistas a (in) satisfação destas demandas define a situação social de uma pessoa ou um grupo de pessoas. Na lógica do mercado prevalecente, a satisfação dessas necessidades depende do poder de compra (da renda-dinheiro) que cada indivíduo possui que, por sua vez, evoca a posição ocupada pelas pessoas na divisão do trabalho e sua situação na hierarquia profissional. Nesta perspectiva Santos (1998a) sustenta que,

...a atribuição do chamado salário- mínimo, isto é, da quantidade mínima de dinheiro capaz de assegurar uma vida decente para cada qual e sua família, não pode ser estabelecida em função dos simples mandamentos da economia, mas da cultura. Quando aceitamos que sejam pagos salários de fome a uma boa parte da população, é certo que estamos longe de possuir uma verdadeira cultura (SANTOS, 1998a: 5).



No meio urbano o fluxo da renda constitui um dos elementos que intermedeia as relações sociais, viabiliza o funcionamento das suas estruturas e fortalece o sentido de coesão social. À complexidade destas relações resultantes da diversificação das atividades humanas, carece de mecanismos que intermediem as interações e facilitem as trocas caso das tecnologias de comunicação e o dinheiro. A sociedade contemporânea estrutura-se a partir dessas relações estabelecidas entre os grupos humanos, locais e distantes. Os indivíduos existem como elementos de uma sociedade porque integram a complexa teia de relações políticas, econômicas, sociais e culturais.

Na moderna estrutura social globalizada as pessoas têm de satisfazer suas necessidades de consumo através da renda que auferem a partir do trabalho. Entretanto, parte significativa da população da Cidade de Maputo está à margem da capacidade de satisfação daquelas necessidades básicas, pois, carece-lhe esse “bilhete de entrada” (PAULO, ROSARIO E TVEDTEN, 2007: 4) que possibilita o acesso aos benefícios criados nestas relações de produção.

A estratificação social tende a ser aprofundada com a globalização econômica na sua fase tecnológica e financeira, que tende a sobrepor-se os processos internos e determinar a dinâmica da sociedade na sua totalidade levando a formação de novas territorialidades. Ao mesmo tempo em que os principais circuitos da economia desencadeiam a direcionam a reprodução do espaço urbano, induzem também a tomada de posições dos grupos sociais excluídos (RIBEIRO, 2005: 51).

A pobreza urbana não se restringe apenas as carências absolutas ou relativas que afetam os grupos sociais desfavorecidos. Mas, abrange a todos os estratos sociais marginalizados ou excluídos dos mecanismos gerados pelo capitalismo financeiro (Idem).

Esta globalização político-econômica influi e determina a dinâmica socioespacial registrada nas cidades contemporâneas. Os benefícios gerados satisfazem as necessidades dos grupos hegemônicos e o estrato social por ele abrangido.

No entanto, as distorções geradas por este processo freiam o processo de desenvolvimento, concorrem para o encarecimento do custo de vida e esteriliza o poder aquisitivo da renda auferida pelas pessoas o que propicia a reprodução das desigualdades sociais e do problema habitacional (LABINI, 1983).

Deste modo o termo “baixa renda” remeta para o estrato social que obtém uma renda no mercado de trabalho formal (público e privado) insuficiente para a satisfação das necessidades vitais. No caso da Cidade

de Maputo este conceito abrange essencialmente um grupo populacional que majoritariamente obtém a sua renda no setor informal.

Nesta realidade social, a noção de baixa renda refere-se a um conjunto de pessoas que exercem (ou não) uma atividade econômica (formal e informal) de onde extraem (ou não) uma renda insuficiente para a satisfação das necessidades básicas.

A distribuição da renda dá-se a partir da divisão do trabalho e refleti a estratificação de uma sociedade. É uma componente que permeia as relações de produção e preponderante para a análise da situação habitacional num determinado espaço urbano. As relações sociais que animam a cidade compreendem fluxos e transações de bens e serviços que envolvem a aplicação da renda gerada pelo trabalho. O dinheiro constitui um meio de circulação usado no cotidiano e que possibilita a compra de bens/produtos essenciais para a existência humana condigna.

A habitação representa uma necessidade imprescindível a reprodução do bem estar físico, psíquico e social do homem, da mulher e seus dependentes. Nas atuais economias de mercado globalizadas este valor de uso acabou sendo suplantado por um valor de troca que é cada vez mais oneroso. O acesso a uma moradia adequada passou a ser regulado pela lógica capitalista de mercado que implica gastos elevados da renda.

A periferia da cidade de Maputo, na qual se dispõem os bairros Polana Caniço “A” e “B”, surgiu a partir da ocupação espontânea da terra a volta da área central pela população, que durante a vigência do sistema colonial, teve de migrar das áreas rurais para este centro urbano. A busca pelas melhores condições de trabalho e salariais, que serviam para o cumprimento das obrigações estipuladas pelo governo colonial<sup>26</sup>, constituiu um dos motivos do êxodo rural e um dos fatores que contribuiu para a consolidação deste espaço habitacional.

A situação conjuntural, interna e externa, que acompanhou a transição da sociedade moçambicana de um sistema colonial para o republicano em meados da década de 1970, impulsionou a ocorrência de

---

<sup>26</sup> Luis Punguane Xilaule de 68 anos, originário da província de Gaza, atualmente residente do Bairro Polana Caniço A. Migrou para a cidade de Maputo (ainda Lourenço Marques) por volta de 1956 e fixou-se na área que mais tarde designou-se Polana Caniço. Conta que na época, existiam poucas residências neste local e eram dispersas. As casas eram feitas de caniço, pau a pique e por vezes cimentadas com argila. Existiam machambas e espécies deferentes de árvores onde predominavam o coqueiro (palmeira). Tratava-se de espaço com características essencialmente rurais. O Bairro começou a crescer na década de 1980 por causa da guerra. Quando começou a guerra parte da sua família que residia em Gaza no distrito de Macié teve de migrar para junto dele na cidade de Maputo onde era mais seguro.

uma intensa mobilidade populacional das áreas rurais para os principais centros urbanos do país, caso da Cidade de Maputo.

O Bairro Polana Caniço “A” beneficiou-se de uma intervenção de reordenamento territorial realizada pelo governo, em 1976, de onde resultaram três ruas de dimensões largas que possibilitam a circulação no interior deste espaço habitacional (Figura 27).



Figura 27. Rua José Carlos Lobo, Bairro Polana Caniço A. Uma das poucas vias de circulação que atravessa o Bairro Polana Caniço “A” que resultou do ordenamento realizado pelo poder público por volta de 1976. Esta estrada de terra apresenta sinais de erosão visível no desnível existente entre as moradias e a própria rua.

Fonte: o autor, 2010.

Entre a década de 1970 e início de 1990 desencadearam-se determinados eventos que tornaram o meio rural repulsivo e induziram a migração de pessoas das áreas rurais que se deslocaram para os principais centros urbanos do país. A crise política, a regressão económica e incapacidade do Estado de providenciar as condições necessárias para o acolhimento de imigrantes concorreram, conjuntamente, para o adensamento de habitações precárias e a expansão da periferia da capital país.

O vínculo campo- cidade, permeado por laços de familiaridade e de solidariedade, possibilitou a existência de fluxos de informações entre estes espaços geográficos. Estas interações impulsionaram também a mobilidade de pessoas de seus locais de origem (notadamente das províncias situadas na região sul do país) para a cidade de Maputo fixando-se em casas de seus conterrâneos (parentes, amigos, etc.).

A migração campo-cidade aumentou a demanda por novas infraestruturas, serviços, emprego e bens de consumo que careciam na cidade. As pessoas que se deslocaram para Maputo procuravam instalar-se o mais próximo possível do centro da cidade de modo ter acesso a essas necessidades. Ocupando a terra urbana “disponível” implantaram-se formas habitacionais concebidas e perpetuadas pelas formações socioculturais locais. Assim, foram reproduzidas casas de tipo palhota e as pequenas moradias de caniço na periferia de Maputo.

Devido a recessão econômica registrada no país, poucos dos que migraram para Maputo conseguiram inserir-se no mercado de trabalho formal. A maioria passou a sobreviver através da iniciativa individual e a margem das intervenções do poder público.

A liberalização político-econômica efetivada a partir dos anos 1990 propiciou o crescimento de diversas práticas sociais que passaram a ser promovidas pelos grupos sociais empobrecidos com a finalidade de garantir a sua existência o que contribuiu para expansão do comércio transfronteiriço e de varejo.

Com o rendimento gerado nestas atividades o grupo social da periferia foi substituindo, progressivamente, o caniço por um material de construção durável onde se destacaram blocos de cimento e zinco. Deste modo, desencadeou-se um processo de mudança que culminou com a transformação da situação habitacional nesta área da periferia da cidade de Maputo. Nos Bairros Polana Caniço “A” e “B”, as casas de caniço foram suplantadas por moradias de alvenaria implantadas por meio da autoconstrução.

Esta dinâmica decorreu desvinculada de um planejamento que delineasse um arranjo espacial ordenado das novas edificações e das habitações preexistentes. Assim, as moradias e as atividades econômicas praticadas nestes bairros expandiram-se e reproduziram-se seguindo uma disposição desorientada.

Os bairros Polana Caniço A e B integram a extensa periferia da cidade de Maputo que se constituiu como um espaço habitacional de formação espontânea que compreende um extenso território que concentra moradias populares e onde se praticam diversas atividades de iniciativa individual ou contapropriária.

Entre as praticas sociais que configuram as estratégias de sobrevivência e de reprodução social da população local, destacam-se o comércio de varejo e prestação de serviços domiciliares. Estas atividades são praticadas também por mulheres que, não raras vezes, tem de conciliar os serviços domésticos com a sua fonte de renda. Constitui uma característica comum desses bairros, a predominância do comércio de varejo praticado à porta de casa em pequenas mesas e cantinas. Os produtos comercializados consistem basicamente em alimentos, carvão vegetal, peças de vestuários, calçados. Nesta categoria de atividades destaca-se também a prestação de serviço de cabeleireiro.

O grupo social que residente nesta área da periferia ocupa-se de outras atividades como pedreiros, carpinteiros, sapateiros, transportadores a conta própria, motoristas e cobradores de chapa<sup>27</sup>, operários, agricultores, lavadeiras, eletricitas, carregadores de mercadorias, funcionários públicos, empregados domésticos, trabalhadores de empresas privadas de segurança entre outras.

A composição familiar, que constitui um dos elementos fundamentais na análise da situação habitacional, assume uma dimensão peculiar nesses bairros. Nas famílias inquiridas constatou-se que a sua composição variava entre 5 a 14 pessoas por moradia. Esta estrutura compreende o agregado nuclear e outros parentes que passam a ser incluídos (por casamento, nascimento, convite, etc.) na composição familiar.

O número de pessoas por família tem implicações diretas na distribuição da renda e nas condições de moradia. As famílias que agregam um número relativamente elevado de pessoas e com uma proporção baixa (ou nula) dos que exercem uma atividade econômica remunerada, tornam-se mais instáveis na satisfação daquelas das necessidades básicas.

Ademais, parte significativa da população local ocupa-se de atividades à contapropria de onde geram a renda necessária para o seu sustento cotidiano. Estas ocupações praticadas por um estrato social com pouca (ou nenhuma) qualificação escolar regem-se por meio de contratos verbais e dependem de uma clientela que flui ocasionalmente.

Estes aspetos não oferecem garantias para o aprovisionamento da renda, contribuem para a instabilidade do consumo familiar e aprofunda

---

<sup>27</sup> Termo usado para designar um tipo de serviços de transporte prestado por indivíduos particulares à população. A deficiência dos transportes públicos passou a ser suprida por esse tipo de transportadores reconhecidos pelo Ministério dos Transportes e autorizados pela administração municipal.

a sua vulnerabilidade em situações de reajuste econômico (caso da depreciação da economia e inflação de preços).

No inquérito aplicado a esse estrato social constatou-se que poucas pessoas conseguiram declarar a sua renda ou a auferida pelos seus parentes, uns por desconhecimento<sup>28</sup> e outros devido à natureza das suas ocupações que geralmente dependem de uma clientela ocasional, caso do comércio<sup>29</sup>. Ficou explícito também que as famílias com uma pessoa (ou mais) exercendo uma profissão no mercado de trabalho formal são as que possuem uma renda claramente definida e melhores condições de habitação.

No entanto, as atividades socioeconômicas que predominam nesta área da periferia da cidade de Maputo figuram como estratégias de sobrevivência da maioria empobrecida. A renda gerada por aquelas ocupações destina-se essencialmente ao consumo de bens e serviços de primeira necessidade caso de alimentos, saúde, educação, educação, água e transporte. Diante destas necessidades do cotidiano, a baixa renda adquirida impossibilita a realização de uma poupança significativa que seja capaz de pagar o tipo de moradias transacionadas no mercado imobiliário formal.

Nas distintas organizações sociais, existentes nos Bairros Polana Caniço “A” e “B”, permeiam laços de solidariedade que servem de suporte para o estrato social de baixa renda. Os grupos de Xitique<sup>30</sup> participam do cotidiano local perpetuando práticas que possibilitam a transmissão da renda fundamental para a sobrevivência da população local. Em determinadas circunstâncias (caso de doença, morte, etc.) o Círculo do Bairro promove ações para a coleta de contribuições (em dinheiro ou em produtos de primeira necessidade) de modo a apoiar as famílias em situação de dificuldade. Trata-se de um auxílio pontual que deixa de ser providenciado logo de imediato (superado ou não aquele momento de crise), mas as dificuldades do cotidiano permanecessem.

Deste modo, pode-se considerar que a estrutura do trabalho e a distribuição da renda familiar definem a situação habitacional de um

---

<sup>28</sup> Este fato observou-se entre a maioria dos inquiridos questionados sobre a renda (salário) auferida por aqueles que exerciam uma atividade econômica. Este aspecto é comum entre as mulheres que se ocupam de serviços domésticos e que dependem de seus maridos ou filhos.

<sup>29</sup> Nessa perspectiva Alzira Adriano uma das pessoas inquiridas no bairro Polana Caniço B afirmava que a renda que consegue obter depende da compra dos produtos que comercializa o que torna difícil estimar a sua renda, pois esta varia em função da procura.

<sup>30</sup> Xitique é um termo que designa a prática de transmissão de renda por meio de contribuições (geralmente mensais) obedecendo a um sistema de rotação. Essas contribuições são repassadas de mês a mês pelos integrantes do grupo. Funcionam como um sistema fechado e rotativo. O Xitique é praticado mais por mulheres embora comecem a integrar pessoas de sexo masculino.

grupo social. A maioria das pessoas que residem nesses bairros reproduz sua habitação através da baixa renda gerada nas atividades informais.

As habitações predominantes nessa área da periferia resultam da ocupação espontânea da terra, erguidas por meio da autoconstrução e cada família procura melhorar a sua situação habitacional recorrendo a mecanismos de baixo custo. Esta dinâmica possibilita o aprovisionamento de habitações para os grupos sociais empobrecidos que com o tempo vão remodelando suas próprias residências. Porém, a situação de precariedade habitacional persiste e decorre associada ao adensamento dos espaços habitacionais.

Entretanto, no levantamento realizado nesta área da periferia de Maputo constatou-se que outros agentes intervêm na dinâmica local impulsionado a ocorrência de transformações na organização deste espaço habitacional. Os agentes econômicos e os grupos sociais de maior poder aquisitivo intervêm na dinâmica local implantando novas formas espaciais dotadas de um padrão arquitetônico diferenciado, ditando a sua localização, uso e conteúdo social.

Estes promovem um processo de urbanização “onde o poder do capital e a especulação fundiária urbana retomam o seu lugar determinante e perverso” para os grupos sociais desfavorecidos (ARAÚJO, 2003: 169).

Os agentes econômicos intervêm na reprodução desse espaço urbano realizando investimentos em diversas atividades socioeconômicas de onde se destacam os empreendimentos imobiliários para a habitação. As novas tipologias das edificações erguidas nesta periferia (mais próxima do centro da cidade e das amenidades como a orla costeira) representam a inserção de uma concepção modernista na transformação deste espaço habitacional.

Situados próximo das amenidades físico-naturais (como a Praia do Costa do Sol e da Miramar), das áreas enobrecidas e do centro da cidade, os Bairros Polana Caniço A e B registraram mudanças subsidiadas pelo capital financeiro-imobiliário que beneficiam o restrito grupo social de maior poder aquisitivo. Atrelado ao avanço da ciência e da técnica, ergue-se outro padrão habitacional que se dispõe em forma de condomínios fechados e moradias unifamiliares de status (Figura 28a, b, c e d).



Figura 28a, b,c e d. Enclave habitacional enobrecido no bairro Polana Caniço A. Esta área é servida por serviços públicos, ruas pavimentadas, segurança privada e conta com um supermercado (c), o Sun Square. Este aglomerado segrega-se das moradias populares através de um muro o circunda.

Fonte: o autor, 2010.

A situação social da maioria que reside nesses bairros, à ação dos agentes econômicos e a insuficiente da ação estatal em providenciar melhorias para o grupo social desfavorecido influem para a reprodução de um espaço marcado por discrepâncias nas formas habitacionais.

As moradias de status distinguem-se na paisagem desta periferia pela forma e qualidade da sua construção, cor, jardins, arruamento bem demarcado e iluminação pública. Esta área é beneficiada pelos serviços, públicos de água, eletricidade, saneamento e coleta de lixo. Estas moradias (isoladas ou em condôminos) erguem-se em lotes claramente demarcados e ordenados, obedecem aos recuos laterais, paredes coloridas, calçadas pavimentadas e ornamentadas por jardins. Estes



elementos refletem a preponderância de um volume de capital atrelado a concepção modernista da produção e transformação do espaço habitacional urbano (Figura 29).



Figura 29. Padrão habitacional de status, Bairro Polana Caniço A. As habitações de status existentes particularmente no bairro Polana Caniço A, variam de edificações de 1 a 2 andares. A diversidade de cores destaca-se na paisagem deste aglomerado habitacional.

Fonte: O autor, 2010.

As habitações de status existentes nesta área do Bairro Polana Caniço “A” variam de construções horizontais a edificações verticais de 1 a 2 andares, dotados de vários compartimentos (tais como sala, quartos, cozinha, escritórios e banheiro) distribuídos internamente pelos corredores. A cobertura de concreto é decorada essencialmente com o material cerâmico (telha) e zinco pintado a cor. Concentradas numa área, estas vivendas possuem uma forte expressão visual que resulta da variação de cores e da forma arquitetônica.

Estes empreendimentos envolvem custos inacessíveis para maioria que reside na Cidade de Maputo. O restrito estrato social que possui uma renda relativamente alta tem a possibilidade de adquirir financiamento para a construção de uma residência ou compra de uma moradia transacionada no mercado imobiliário.

A esta área “luminosa” contrapõe-se o extenso território que alberga uma maioria que sobrevive situação de precariedade habitacional nos Bairros Polana Caniço “A” e “B”. O problema

habitacional que afeta este grupo social tende a agravar-se devido à insuficiência dos serviços de saneamento e a inoperância do transportes públicos. Da disposição anárquica das moradias populares configura-se um arruamento estreito e sinuoso que dificulta a circulação no interior do bairro e a acessibilidade dos serviços públicos.

As habitações populares predominantes nos bairros da periferia são, na maioria, erguidas em lotes de dimensões menores, recorrendo ao material de fabricação industrial (cimento e zinco) e caseiro (caso concreto de blocos de cimento). Estas construções compreendem paredes edificadas com blocos de cimento sobrepostos e cobertas com chapas de zinco apoiadas sobre estacas ou barrotes de madeira. São casas duráveis, com poucas subdivisões internas, com um ou dois quartos separados por uma sala de dimensões reduzidas. A vedação destes loteamentos varia entre material vegetal<sup>31</sup>, zinco a muros feitos com blocos de cimento (Figura 30a e b).

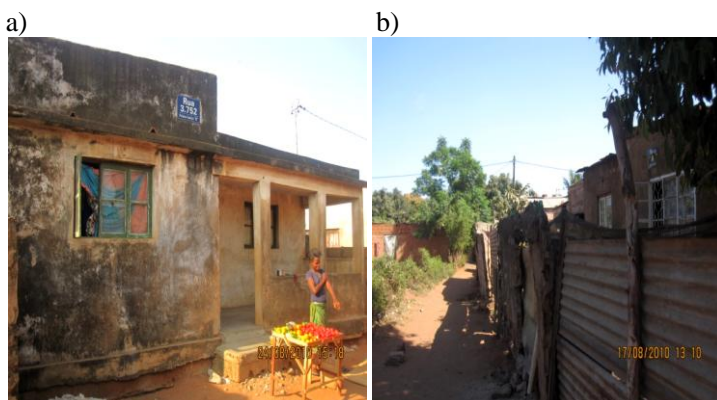


Figura 30a e b. Habitação popular, Bairro Polana Caniço B. a) Não obstante a sua disposição frontal, esta moradia possui apenas dois compartimentos internos (um quarto e uma sala) e a porta frontal permite a comunicação com a ruela. A elevação da calha transmite a imagem de uma cobertura feita em laje quando na realidade foram utilizadas chapas de zinco. O comércio a porta de casa é uma prática difundida por estes bairros com a qual as famílias locais procuram criar seus meios de sobrevivência. b) Nota-se que vedação dos lotes variam entre vegetais, blocos de cimento e chapas de zinco.

Fonte: O autor, 2010.

<sup>31</sup> O vegetal mais é localmente designado “Espinhosa”. Um tipo de vegetal de ramificação forte e com espinhos, bastante usada na demarcação e na vedação de loteamentos ocupados pela população de baixa renda.

As pequenas dimensões e a pouca compartimentação das moradias populares induzem a um maior aproveitamento do ambiente externo onde se dispõem outras componentes resultantes da ampliação e transformação da casa matriz. A maioria destas habitações possui alguns cômodos (como quartos, a cozinha e o banheiro) erguidos separadamente, distribuídos pelo quintal e com portas expostas para o exterior da residência (Figura 31a e b).



Figura 31a e b: Habitação popular, Bairro Polana Caniço A. a) Situa-se a casa principal composta por um quarto e uma sala de dimensões reduzidas. Perpendicularmente a esta, foram anexados dois quartos com portas dispostas para fora da casa principal. a) e b) O caniço foi usado para a construção da cozinha e do banheiro distribuídos isoladamente pelo quintal. Tanto a casa matriz quanto a cozinha foram cobertos com chapas de zinco fixadas com blocos de cimento e outros materiais. Embora não predomine mais o caniço como material de construção, existem algumas reminiscências pelos bairros Polana Caniço A e B.

Fonte: o autor, 2010.

Determinadas abordagens feitas sobre a situação habitacional registrada na periferia da cidade de Maputo, associam esta disposição das componentes da casa à persistência de hábitos rurais. Nesta perspectiva, as transformações engendradas pela população de baixa renda representam um processo de adaptação ao meio urbano aonde às moradias de caniço são progressivamente substituídas por formas inspiradas em edificações presentes nas áreas urbanizadas.

No entanto, percebe-se que a reprodução das distintas formas de habitação que existem nesta periferia esta também relacionada com as

possibilidades experimentadas pelos grupos sociais nos diferentes setores da economia e do mercado de trabalho de onde extraem a renda necessária para a construção e compra de uma moradia. Portanto, a situação habitacional dos grupos sociais desfavorecidos é condicionada por uma diversidade de fatores dos quais se salienta a insuficiência da renda que impossibilita construção ou a compra de uma casa adequada.

Porém, a insegurança na geração da renda constitui um dos aspectos que condiciona a morosidade da edificação ou transformação da moradia habitada pelo estrato social empobrecido fato que se manifesta com a persistência de diversas casas populares inacabadas (Figura 32).



Figura 32: Moradia inacabada, Bairro Polana Caniço A. Esse infraestrutura revela um processo de construção paralisado temporariamente devido a escassez de recursos para a sua continuidade. Parte do teto dessa casa não tem cobertura, assim como as portas e janelas.

Fonte: o autor, 2010.

Ademais, entre as moradias de status e as casas populares existem formas espaciais intermediárias que ostentam melhores condições de edificação. Inseridas na área habitada majoritariamente pelo grupo social de baixa renda, estas moradias consistem em edificações de alvenaria erguidas com bloco de cimento, embelezadas com pinturas e com subdivisões internas compostas por 2 a 3 quartos, sala, cozinha, banheiro, cobertura de laje e/ou zinco (Figura 33).



Figura 33. Moradia de alvenaria melhorada, Bairro Polana Caniço A. Tal como a maioria das habitações populares, a cobertura desta casa consiste em chapas de zinco, mas com exceção da varanda feita de laje. Esta habitação ostenta melhores condições de edificação/conservação e distingue-se nitidamente das moradias populares que se depõe volta.  
Fonte: o autor, 2010.

A classe média à semelhança da população de baixa renda ergue a sua própria moradia por meio da autoconstrução, contratando pedreiros e ajudantes que geralmente integram a família ou fazem parte da vizinhança do proprietário da casa. A renda auferida por estes estratos sociais não permite erguer ou comprar uma moradia num curto período de tempo. Por esta razão, a autoconstrução tende a durar vários anos e algumas moradias começam a ser habitadas mesmo antes de serem concluídas.

A paisagem desta área estrutura-se a partir da coexistência de formas espaciais que refletem a situação social dos distintos grupos populacionais que habitam a periferia da Cidade de Maputo. A estratificação social e as desigualdades sociais tornam-se notórias entre áreas de habitação de status e de moradia popular.

As moradias de status são habitadas por um restrito grupo social de maior poder aquisitivo que abrange a classe empresarial e a elite política que desfrutam de melhores condições salariais e rendimento. A maior parte dos moradores da periferia ocupa-se de atividades informais de onde extraem os poucos rendimentos com os quais produzem e transformam as suas modestas moradias. O grupo social intermediário

abrange alguns funcionários da função pública e trabalhadores qualificados das empresas privadas, trabalhadores a contapropria e comerciantes (RAPOSO; SALVADOR, 2002). Estes ostentam melhores condições de habitação em relação ao estrato social de baixa renda, mas inferiores quando comparadas às moradias de status

Nos bairros Polana Caniço “A” e “B”, que integram a periferia da cidade de Maputo, predominam construções populares de alvenaria erguidas com blocos de cimento e dotadas de uma cobertura de zinco apoiada sobre barrotes de madeira. Este tipo de material de construção (cimento e zinco) usado na edificação e reforma das habitações populares pode ser adquirido em ferragens e distribuidores locais (Figura 34).



Figura 34. Exemplo de transporte de material de construção. O cimento e o zinco são os materiais mais usados na construção de moradias populares nos bairros Polana Caniço A e B. Adquiridos no Mercado Compone, estes cinco sacos de cimento e as chapas de zinco, que não vão além de uma dezena, destinam-se a construção, ampliação ou remodelação de uma residência.

Fonte: O autor, 2010.

Constata-se que nesta periferia da Cidade de Maputo o caniço foi rapidamente substituído por construções de alvenaria erguidas basicamente com cimento e zinco. Estas mudanças são propulsionadas pela diversificação das estratégias de sobrevivência e de práticas de geração de renda facultadas pela inserção de outros membros do agregado familiar no mercado de trabalho urbano, formal ou informal.

A coexistência de formas de habitação desiguais revela a ocorrência de uma dinâmica impulsionada pela ação dos agentes econômicos e do estrato social de maior poder aquisitivo. A periferia da Cidade de Maputo deixou de ser habitada apenas por uma maioria empobrecida e passaram a albergar outros estratos sociais. Estas desigualdades repercutem-se no território através de formas habitacionais contrastantes e pela existência segregada dos distintos grupos sociais.

### 3.3. URBANIZAÇÃO X MEIO AMBIENTE: ALGUMAS DIMENÇÕES DA QUESTÃO NA CIDADE DE MAPUTO COM ENFOQUE NOS BAIRROS POLANA CANIÇO “A” E “B”.

Da análise da situação habitacional nos Bairros Polana Caniço “A” e “B” emergiu a necessidade de abordar a relação que existe entre o processo de urbanização e a situação ambiental na Cidade de Maputo. Esta reflexão foi orientada pelos seguintes questionamentos: como surgem as discussões sobre os problemas ambientais em Moçambique? Como se manifestam na cidade de Maputo? Que relações existem com o processo de urbanização desta cidade?

A releitura da história da Cidade de Maputo permite estabelecer uma primeira aproximação entre a urbanização e meio ambiente. No entanto, o debate sobre a questão ambiental em Moçambique é um fato relativamente recente e emergiu dos novos contornos registrados na geopolítica mundial.

Quando a Cidade de Maputo se formou, durante o século XIX e meados do século XX, existia pouca preocupação sobre o problema ambiental *stritu sensu* e houve poucos debates sobre a questão. No que tange a evolução deste centro urbano as primeiras preocupações estiveram voltadas para o ordenamento territorial, saneamento e saúde. A prioridade dada a estes aspetos manifestou-se com a elaboração de diversas posturas que se tornaram os principais instrumentos de gestão municipal. A prática das atividades socioeconômicas passou a ser regulamentada por meio destes mecanismos.

As primeiras intervenções de planejamento foram direcionadas para a promoção do desenvolvimento urbano através do ordenamento da ocupação do solo, regulamentação da construção de infraestruturas para habitação, comércio, indústrias e a prestação de serviços de abastecimento de água e eletricidade. Foram também instituídas leis que



passaram a regulamentar o funcionamento de matadouros municipais, a prática rotineira dos serviços de saneamento e a mobilidade urbana. O sistema de caminhos de ferro e porto que liga a cidade de Maputo as minas da África do Sul perdurou como um dos maiores empreendimentos realizados e como um dos principais setores dinâmicos da economia deste centro urbano.

Nas intervenções de urbanização foram realizadas operações de terraplanagem e modificaram-se os ecossistemas locais suplantados progressivamente por um núcleo urbano que se desenvolveu originando a atual Cidade de Maputo. A aterragem de pântanos levou a fixação da área central numa baixada litorânea e possibilitou a expansão da área urbanizada sobre a encosta situada junto norte do estuário de Maputo.

A edificação de infraestruturas para serviço, comércio e habitação decorreu associada a implantação de galerias para a drenagem das águas pluviais que, juntamente a rede de esgoto, configuravam o sistema de saneamento da cidade. As águas que passaram a ser coletadas por este sistema passaram a ser drenadas diretamente para o mar.

Nas três décadas finais do século XX registraram-se mudanças no cenário político internacional impulsionadas pela “descoberta” de problemas ambientais. Determinadas organizações político-econômicas internacionais, caso da ONU (Organização das Nações Unidas), passaram a intermediar e a incentivar o debate sobre as questões ambientais sob a pretensão de promover a adoção de novas práticas de desenvolvimento humano condizentes com a necessidade de proteger o meio ambiente.

A conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, realizada em Estocolmo (1972) marcou o início do debate com a questão ambiental global e resultou na criação do PNUMA (Programas das Nações Unidas para o Meio Ambiente). Surgiram diversas outras organizações que também passaram a atuar em prol da preservação da natureza e incentivaram discussões sobre os problemas socioambientais (RODRIGUES, 2002).

Um coletivo apresentado sob aparição de Comissão Mundial sobre Meio Ambiente (CMDM) apresentou, em 1987, um relatório intitulado *Nosso futuro Comum* (ou *Relatório Brundtland*) onde foram levantadas preocupações ambientais de ordem global e reafirmou a proposta de se promover novas práticas de desenvolvimento que tomem em consideração a preservação do meio ambiente. Desta manifestação surgiu o conceito de desenvolvimento sustentável definido como “aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a



possibilidade das gerações futuras de atenderem suas próprias necessidades” (BARBIERI, 2007: 36).

Diversas instituições passaram a dedicar-se ao estudo do meio ambiente de onde foram levantadas evidências que indicam a ocorrência de mudanças climáticas provocadas pela ação humana. Foram apresentados como evidências da existência de problemas ambientais: a poluição dos cursos de água, o desmatamento de florestas, o aumento de gases de estufa, a redução da camada de ozônio, o derretimento de geleiras nas regiões polares, a subida do nível das águas do mar, a ocorrência de eventos extremos (secas, ciclones e inundações), a escassez de recursos naturais, a degradação da biodiversidade, esterilização de terras agrícolas, escassez de água potável e de alimentos.

O aumento das necessidades de consumo causado pelo crescimento da população mundial foi apontado como um dos principais fatores que contribui para a rápida degradação dos recursos naturais (particularmente os renováveis) e para a deterioração da situação socioambiental a escala planetária.

De Estocolmo seguiu a Eco-92 (ou Conferencia das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, CNUMAD) realizada na Cidade de Rio de Janeiro (1992). Neste encontro foi apresentada a Agenda 21 como uma proposta para orientar a convergência da ação dos governos, agentes econômicos e a sociedade civil para a promoção do desenvolvimento sustentável (Idem).

Das diretrizes propostas na Agenda 21 vislumbraram-se ônus para os quais os países em desenvolvimento não estavam preparados para assumir, mas que também os industrializados (detentores de maior poder econômico e tecnológico) não se dispuseram para arcar (NETO, 2002). Portanto, os países em desenvolvimento tinham proposto Estados industrializados que,

Em virtude de sua responsabilidade atual e, sobretudo histórica pela degradação ambiental global, e em virtude de sua capacidade para resolver essa situação, os países desenvolvidos deveriam fornecer essa os recursos financeiros adequados, novos e adicionais e as tecnologias benéficas para o ambiente (NETO, 2002: 108).

Os impasses que marcaram a CNUMAD tornaram a Agenda 21 um documento onde se expressaram meras intenções (Idem), uma vez

que poucas metas e poucos prazos foram estabelecidos para que fossem alcançados os objetivos plasmados. Ademais, questões importantes relativas a fixação de prazos para a redução das emissões do CO<sub>2</sub> (Dióxido de Carbono) propostas na Convenção sobre as Mudanças Climáticas, foram postas de lado. Outros assuntos como a Convenção sobre a Biodiversidade, questões relativas a transferência de tecnologias, a Carta da terra e a própria agenda 21 tiveram poucos avanços (RODRUGUES, 2002).

Na mesma época em que decorreu a ECO 92, realizou-se um Fórum Global promovido pelas organizações da sociedade civil e demais movimentos sociais. Neste encontro foram levantados outros aspetos que não haviam sido discutidos na CNUMAD como a questão da dívida externa dos países em desenvolvimento, a educação ambiental, as biotecnologias, agricultura, a questão urbana, o problema nuclear e gestão de resíduos tóxicos. Foram firmados tratados estabelecendo compromissos para a ação conjunta e cooperação entre as distintas organizações da sociedade civil (Idem, 125).

Após Rio de Janeiro foram realizados outros encontros internacionais com a finalidade de promover ações conjuntas para a reversão dos problemas ambientais. Em 1997 decorreu no Japão a Conferência sobre as Mudanças Climáticas onde foi apresentado o protocolo de Kyoto que incidiu sobre a redução da emissão dos gases responsáveis pelo efeito de estufa, em particular os CO<sub>2</sub>. Na sequência, no ano de 2002 decorreu a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em Johannesburgo.

O assunto sobre as mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável gerou debates um pouco por todo o mundo, inclusive em Moçambique. No bojo da contestação da necessidade de preservar o meio ambiente, surgiram oportunidades empresariais. A necessidade de submeter os projetos de investimentos a uma previa avaliação de impacto ambiental propiciou o surgimento de diversas consultorias e ONGs que passaram a intervir em prol da proteção ambiental.

Vários aspetos que em tempos atrás não representavam nenhuma ameaçada ao meio ambiente, passaram a ser contestados. O processo de urbanização registrado nas cidades contemporâneas, o crescimento populacional, a ocupação de encostas, a depredação de mangues, a construção sobre dunas, a erosão, o crescimento da pobreza urbana assumiram esta nova dimensão política cunhada pelas organizações internacionais.

Consequência ou não das mudanças climáticas, Moçambique tem sido afetado por eventos extremos como secas, inundações e ciclones.

Estes fenômenos naturais têm consequências na realização das atividades socioeconômicas e os centros urbanos situados ao longo da faixa costeira encontram-se sob influência destes eventos.

O processo de urbanização registrado atualmente pela Cidade de Maputo torna a questão das mudanças climáticas ainda mais preocupante. Situada na baixada litorânea, a área central encontra-se sob influência direta do comportamento natural do mar (maré alta e baixa). Este centro urbano tem sido afetado também pelas inundações cíclicas causadas por intensas chuvas de verão (quente e chuvoso entre Outubro a Março).

Quando as quedas pluviométricas coincidem momentos de maré alta cria-se uma barreira que reduz a capacidade de drenagem das águas pluviais para o estuário. Como consequência, no período chuvoso registra-se freqüentes inundações da parte baixa do centro da cidade (TIQUE, 2007). Estas enchentes prejudicam a praticas de diversas atividades socioeconômicas e colocam em causa as infraestruturas imobiliárias existentes algumas em mau estado de conservação (Figura 35a e b).



Figura 35a e b. Alagamento da Av. 25 de Setembro, 2010. Uma das principais vias que concentra as atividades de comércio e serviços da cidade de Maputo. a) O edifício sede do banco Millennium bim. b) O Centro de Estudos Brasileiro.

Fonte: Disponível em <http://3.bp.blogspot.com/HFAo9aLWSE/S2Bxj3KHAIA/AAAAAAY74/aNfISFuaHmK/s1300/photo-0073.jpg>; Acessado a 3/02/2011.

Esta área da cidade, situada na baixada litorânea modificada através de intervenções de terraplanagem, sofre a influência direta do

comportamento do mar e da oscilação do caudal do lençol freático situado próximo à superfície (Idem).

A deficiência do sistema de drenagem e a ineficiência do sistema de saneamento associados à existência de diversas infraestruturas que se tornaram obstáculo para a drenagem natural das águas pluviais, podem ser apontados como os principais fatores que contribuem significativamente para a ocorrência de enchentes no centro da cidade.

Na periferia da cidade de Maputo, especificamente nos bairros Polana Caniço “A” e “B”, os problemas ambientais colocam-se de maneiras variadas. A ocupação espontânea do solo, o adensamento do espaço habitacional, a precariedade das construções, a superlotação das moradias e a inexistência de uma rede de drenagem favorecem a ocorrência da erosão e dificulta a circulação do ar no interior dos bairros. O saneamento deficiente contribui para a eclosão de doenças infecciosas (como a malária, a diarreia, etc.) particularmente na estação quente e úmida.

Na reflexão sobre urbanização, habitação e meio ambiente emergiu também o problema do desconforto térmico causado pelas altas temperaturas de verão registradas na Cidade de Maputo entre os meses de Outubro a Março. Este centro urbano encontra-se sob influência do clima semiárido com temperaturas e precipitação média anual de 22.9°C e 812mm, respectivamente. A estação seca e fresca (inverno) ocorre entre os meses de Maio a Setembro. Na estação quente os termômetros chegam a registrar temperaturas máximas diárias de 40°C.

As moradias predominantes bairros periféricos de Maputo foram, erguidas sem obedecer a nenhum tipo de planeamento, sem respeitar os pormenores técnicos de edificação e com material que facilmente acumula energia quando exposto a radiação solar (essencialmente o Zinco e o cimento). A conjugação destes aspetos tende a provocar uma sensação térmica de muito calor no interior da casa. Sabe-se de antemão que pessoas com problemas de hipertensão tendem a ser sensíveis ao excesso de calor. Esta doença tem vindo a aumentar na sociedade moçambicana e carece de respostas do planeamento urbano.

Neste espaço habitacional ocorrem também processos de erosão provocados pelas intensas quedas pluviométricas de verão. A precipitação registrada entre Dezembro de 1999 a Fevereiro do ano 2000 provocou enchentes que afetaram praticamente toda a região sul e tornou-se num dos maiores eventos registrados do país. Esta inundação provocou a destruição de distribuição de diversas infra-estruturas, prejudicou a produção agrícola e outras atividades socioeconômicas.

A periferia da cidade de Maputo foi umas das áreas que mais impacto sofreu e com implicações na modificação da paisagem local. A escorrência superficial desencadeou um intenso processo erosivo que culminou com a abertura de uma extensa cratera que atravessa os bairros Polana Caniço A e B. Com uma extensão aproximada de 1 km, esta cratera dispõe-se no sentido sudoeste e desemboca no litoral na baía de Maputo (Figura 36).

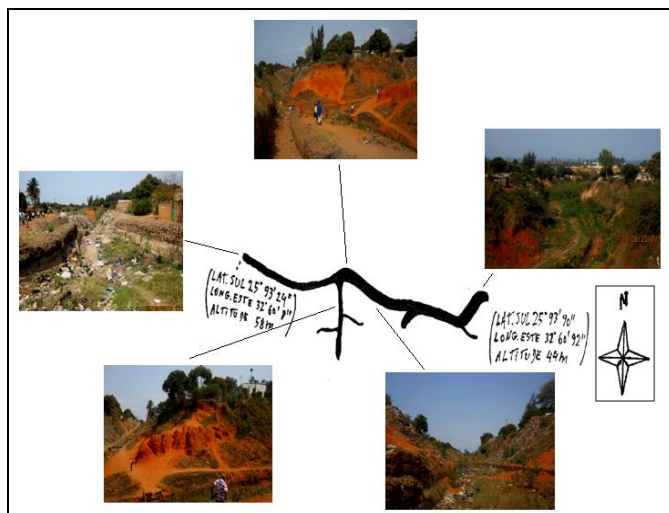


Figura 36: Esboço cartográfico da disposição da cratera.

Fonte: O autor, 2010.

Os bairros Polana Caniço A e B situam-se sobre o prolongamento da formação geomorfológica da Ponta Vermelha que compreende um relevo com elevações que variam dentre 40 a 60 metros de altitude em relação ao nível médio do mar. Esta formação distingue-se pela predominância de solos arenosos avermelhados profundos, de textura fina e se dispõe seguindo uma inclinação para o litoral. Estas características pedológicas tornam a formação da Ponta Vermelha susceptível à erosão particularmente na estação quente e úmida.

As características geomorfológicas, a disposição do relevo favorável para o escoamento de águas pluviais desaguardo no litoral leste da Baía de Maputo e a inexistência de uma rede de drenagem são fatores que, conjuntamente, facilitam a ação gravitacional e imprimem maior velocidade a escorrência superficial.

No entanto, a precipitação prolongada registrada entre os meses de Dezembro de 1999 a Fevereiro do ano 2000, causou a abertura da extensa cratera (Figura 37) “com cerca de 15 metros de profundidade e uma encosta íngreme que atinge cerca até 45 graus” (MOÇAMBIQUE, 2008: 59).



Figura 37: Vista parcial da cratera. No lugar da estrada que atravessava os bairros Polana Caniço “A” e “B” e que possibilitava a comunicação entre a periferia e o centro da cidade, ficou esta cratera. A direção que a erosão tomou foi favorecida pela inclinação do relevo que desemboca para a costa leste do Município de Maputo. Segundo as medições feitas com GPS (Global Position System) constatou-se que entre o topo (onde foi captada esta imagem) e fundo da cratera, a encosta perfaz uma distância aproximada de 25 metros na posição oblíqua.

Fonte: O autor, 2010.

A intensa erosão que afetou esta área da periferia de Maputo causou a destruição parcial da Av. Julius Nyerere que era uma das vias alternativas para o acesso ao centro da cidade. As águas pluviais arrastaram uma enorme massa de areia, provocaram a destruição de várias habitações e fragilizaram a estrutura de tantas outras.

Muitas moradias que se dispõem ao longo da cratera estão em situação de risco de deslizamento. Algumas residências perderam parte da sua estrutura e outras foram seriamente danificadas. Varias moradias dispostas ao longo da margem da cratera continuam sendo habitadas o

que compromete a segurança e a vida dos próprios moradores (Figura 38a, b, c e d).



Figura 38a, b, c e d: Moradias nas margens da cratera. C) Uma moradia foi parcialmente destruída pelas corrente de água. Não obstante o lixo depositado, as pessoas transitam pelo fundo e escalam a encosta da cratera.

Fonte: O autor, 2010.

A predominância de solos arenosos avermelhados de textura fina que quando umedecidos tende a ficar pastosos e escorregadios aumentam a suscetibilidade a deslizamento da encosta ao longo da cratera. Por esta razão algumas das moradias seriamente afetadas foram interditadas. No entanto mesmo estas que foram avaliadas como estando em situação de alto risco, continuam a ser habitadas (Figura 39a e b).



Figura 39: Casas interditadas. a) A roupa colocada no varal evidência que muitas pessoas continuam a residir em locais de risco.

Fonte: O autor, 2010.

Com a destruição de uma porção significativa da estrada asfaltada que compunha a Av. Julius Nyerere a mobilidade de pessoas ficou também prejudicada. Deste modo, foram implantadas estruturas metálicas em diferentes secções da cratera. No entanto, a ação da umidade e a insolação causaram a ferrugem do metal e provocaram a degradação destas travessias. O próprio vale constitui um enorme obstáculo para a circulação de pessoas e para o transporte de bens. (Figura 40a, b, c e d).





Figura 40a e b. Travessias metálicas danificadas. Estruturas num estado avançado de degradação o que dificulta a circulação no interior dos bairros Polana Caniço A e B. Essa mobilidade faz-se percorrendo o fundo e escalando a encosta da cratera.  
Fonte: O autor, 2010.

Várias pessoas transitam diariamente pela cratera e são visíveis as dificuldades de deslocamento enfrentadas. As travessias existentes ficaram seriamente danificadas pela corrosão e as pessoas são obrigadas a deslocar-se sobre as estruturas metálicas que sobraram. A fragilidade destas peças coloca em causa a integridade física das pessoas que transitam diariamente por este local, particularmente as crianças que tem de percorrer este trajeto para alcançar a escola.

Ademais, a cratera vem sendo usada pelos moradores desses bairros para depositar lixo descartado das atividades domésticas. O material depositado varia de plástico, metal, vidro, alimentos, etc. O material inorgânico leva bastante tempo para ser degradado por processos naturais. Porém, os orgânicos que se deterioram rapidamente exalam um odor forte que atraem insetos transmissores de doenças

infecciosas. Estes aspetos contribuem para a deterioração da qualidade de vida na extensa periferia da Cidade de Maputo, que já esta aquém do desejável (Figura 41a e b).



Figura 41a e b: Lixo depositado na cratera. b) A incineração desregrada desta material ocorre particularmente quando os moradores depositam cinzas contendo sobras de carvão vegetal em brasa.

Fonte: O autor, 2010.

A incineração desregrada do lixo a céu aberto contribui para a poluição e afeta a circulação do ar pelos bairros Polana Caniço “A” e “B” prejudicando a saúde dos moradores particularmente dos que residem ao longo das margens da cratera. Estes aspetos, também, afetam a saúde de pessoas que são obrigadas a atravessar o vale de uma extremidade e outra.

No entanto, mais a leste desta área concretamente no Bairro Costa do Sol erguem-se diversos empreendimentos imobiliários para serviços e habitação onde se destacam Hospital Privado de Maputo e vários condomínios residenciais caso de Machiki Village (Figura 42a e b).



Figura 42a e b. Vista da cratera desembocando no bairro Costa do Sol. a) Percebe-se uma mistura de área vermelha e branca o que denota a transição para um ecossistema litorâneo. No fundo destacam-se as Casuarinas perfiladas na praia de Costa do sol. A área avermelhada reaparece como resultado da deposição de areia pela ação da água pluvial e de intervenções de terraplanagem. Neste local erguem-se diversos empreendimentos imobiliários para residência e serviços dos quais de destaca o Hospital Privado de Maputo (b).

Fonte: O autor, 2010.

Quando das enchentes de 1999/2000 diversas infraestruturas foram seriamente afetadas e o campo de futebol que também se encontrava neste local foi totalmente soterrado pelo material transportado que chegou a atingir cerca de 2 metros de altura. Atualmente, erguem-se nesta área diversos empreendimentos imobiliários para comércio, serviços e habitação. Na baixada litorânea, foram (e continuam) implantados condomínios e empreendimentos comerciais sobre pântanos, dunas, cursos de águas e mangues.

Com as intervenções de terraplanagem e a realização de obras de engenharia, modificam-se os ecossistemas naturais litorâneos e implantam-se infraestruturas em áreas susceptíveis a ação de eventos naturais adversos, caso das enchentes que ocasionalmente fustigam a Cidade de Maputo. A ação das águas pluviais, facilitada pelas características geomorfológicas e a intervenção humana, tende a modificar a paisagem local e favorece a ocorrência de problemas ambientais como a erosão.

Os aspectos acima levantados influem na situação habitacional da população que reside na periferia deste centro urbano em particular nas áreas que concentram o grupo social empobrecido. O arruamento sinuoso, não pavimentado, o deficiente sistema de saneamento, a

inexistência de uma rede de drenagem, a erosão e o adensamento residencial favorecem a ocorrência de problemas ambientais e o aprofundamento da precariedade habitacional da população de baixa renda que reside nos bairros periféricos da cidade de Maputo.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dinâmica urbana registrada na Cidade de Maputo circunscreve-se nas transformações que acompanharam a evolução da sociedade moçambicana. A formação deste centro urbano decorreu, durante a colonização portuguesa, propulsionado por fatores internos e externos.

O sistema ferroportuário tornou-se um dos fatores que possibilitou a inserção deste centro urbano nas relações econômicas internacionais, regional e global. Beneficiada por intervenções de urbanização, a área central registrou um acentuando processo de modernização que decorreu associado à diversificação das atividades socioeconômicas. O centro da cidade passou a concentrar parte importante dos serviços, do comércio, equipamentos culturais e de lazer.

As políticas adotadas pelo governo colonial incentivaram a ocorrência da migração campo-cidade que implicou na formação e expansão das periferias da Cidade de Lourenço Marques. A estratificação da sociedade colonial induziu a formação de espaço urbano segregado do ponto de vista econômico, social, cultural e racial: o centro da cidade e a periferia empobrecida.

Os empreendimentos realizados na área central implicaram uma progressiva modernização e expansão do tecido urbano que se manifestaram com a implantação de edifícios dotados de padrões arquitetônicos de inspiração ocidental, a disseminação de construções verticalizadas e a diversificação das atividades socioeconômicas. Por outro lado, a periferia surgiu impulsionada pelo aumento da população urbana causada pelo êxodo rural e configurou-se como um território adjacente a área central onde passou a predominar habitações de caniço que na maioria eram precárias.

A transição do modo de produção colonial para a República Popular de Moçambique (em 1975) marcou o início de outra fase na dinâmica desse centro urbano. Com a constituição do Estado-Nação, o governo socialista (ideologia que perdurou entre meados da década 1970 e 1980) tornou-se o principal agente da dinâmica socioespacial local. Com as nacionalizações engendradas por este regime parte significativa das atividades socioeconômicas foi estatizada. Assim, as habitações abandonadas pelos estrangeiros e os prédios de rendimento foram incorporados ao patrimônio do Estado e administrados pela APIE (Administração do Parque Imobiliário do Estado).

A crise sociopolítica que acompanhou este momento de transição impulsionou a ocorrência de um intenso movimento migratório campo-

cidade. A regressão econômica registrada no país teve repercussões nas áreas urbanas e teve maior incidência no meio rural também afetado pela guerra civil e pelas calamidades naturais (secas prolongadas e cheias). Estes eventos conjunturais impulsionaram a ocorrência de um intenso êxodo rural que condicionaram o aumento da pobreza urbana, contribuíram para a expansão da periferia e acentuaram a deterioração da situação habitacional na Cidade de Maputo como um todo.

Com a liberalização político-econômica (iniciada em meados da década de 1980 e efetivada na década de 1990) decorreram mudanças estruturais que se expressaram com a adoção do modo de produção capitalista conforme a lógica conjuntural de mercado (local, regional e global) propulsão pelas premissas neoliberais.

Deste modo, os agentes econômicos privados passaram a intervir na dinâmica local moldando as estruturas preexistentes de modo a satisfazer suas necessidades de acumulação. Concomitantemente, um amplo grupo social excluído destas relações econômicas hegemônicas passou a inovar diversas estratégias de sobrevivência com a finalidade de garantir a sua existência nesta economia urbana inserida na globalização contemporânea.

Além do Estado, determinados agentes econômicos (tais como as organizações financeiras, as construtoras, as imobiliárias) e grupos sociais de baixa renda passaram a intervir na dinâmica socioespacial local promovendo a produção e a transformação do espaço habitacional na cidade de Maputo.

Percebeu-se que os agentes hegemônicos intervêm na reprodução do espaço habitacional local promovendo a realização de empreendimentos imobiliários que passaram albergar diversas atividades socioeconômicas. Estas formas-conteúdo são implantadas com a finalidade de propiciar um processo de acumulação de capital. Assim, a habitação que passou a ser produzida pelo capital financeiro-imobiliário constituiu-se numa mercadoria dotada de um valor de troca que tende a suplantir o seu valor de uso, ou seja, as moradias concebidas pelos agentes hegemônicos têm como finalidade primordial de atender as necessidades econômicas de acumulação em detrimento das necessidades sociais locais.

Para estimular o crescimento do mercado imobiliário os agentes econômicos instituíram diversos mecanismos com os quais passaram a promover a compra (consumo) de moradias. O crédito para habitação tornou-se imprescindível para “flexibilizar” a compra/venda de moradias transacionadas pelo mercado imobiliário formal e rentabilizar o capital financeiro. Assim, o marketing bancário e imobiliário passou a

ser direcionado para estimular o consumo de um restrito estrato social que reuni as condições necessárias para aceder este tipo de financiamento/endividamento.

No entanto, a população de baixa renda procura suprir parte significativa das suas necessidades cotidianas empreendendo diversas atividades com as quais procuram garantir a sua existência naquele meio urbano. O comércio varejista constitui a atividade econômica que garante a sobrevivência da maioria que habita a periferia da Cidade de Maputo. Para este grupo social, a autoconstrução constituiu-se como uma alternativa de ter acesso a uma moradia minimamente digna.

Desse modo, constata-se que as múltiplas lógicas emanadas pelos agentes econômicos e a demanda do grupo social de baixa renda intervém na dinâmica da Cidade de Maputo e condicionam a organização do espaço habitacional. Essa dinâmica socioespacial induziu a coexistência segregada em determinadas áreas da periferia de habitações de status com as moradias populares. Os condomínios residenciais e as moradias unifamiliares de status distinguem-se das habitações populares predominantes na extensa periferia pelo seu padrão arquitetônico resultante dos avanços registrados pela engenharia de construção.

Percebeu-se também que a insuficiência da ação estatal e ausência de investimentos privados direcionados a atender as necessidades da população de baixa renda e a deficiência da própria estrutura econômica de gerar possibilidades de inserção social, concorrem para a reprodução da pobreza urbana e do problema habitacional que afeta a maioria que reside na periferia da Cidade de Maputo.

Assim, constata-se que o problema habitacional registrado na Cidade de Maputo impõe desafios às práticas de planeamento que devem contemplar as necessidades e interesses de diversos agentes sociais contribuindo para um desenvolvimento urbano que seja simultaneamente inclusivo e sustentável. Um planeamento urbano cada vez mais participativo poderá resultar da ponderação progressiva das demandas dos agentes econômicos, da sociedade civil e dos grupos sociais de baixa renda.

Longe de esgotar os aspetos que marcaram a evolução da sociedade moçambicana a pesquisa ora apresentada, além de atender as exigências da formação académica, procurou resgatar a participação dos distintos agentes sociais na reprodução do espaço habitacional na dinâmica da Cidade de Maputo. Além dos agentes hegemônicos, procurou-se destacar a ação dos grupos sociais de baixa renda na

modelação do fenômeno urbano em Maputo. Este estrato social intervém ativamente na dinâmica socioespacial local empreendendo múltiplas estratégias de sobrevivência de onde extraem seus poucos rendimentos com os quais criam as condições de habitação.



## REFERÊNCIAS

ADALIMA, José. Espaços criados ou reivindicados? Uma análise da participação em Moçambique. In: **Economia, Política e Desenvolvimento**, Maputo, vol. 1, n°4, p.53-68, 2009.

ALMEIDA, Tânia M. A invenção do Estado-Nação e o caso brasileiro. In: **Revista Múltipla**, Brasília, vol. 3, n°4, 1998.

ALLEN, Charlotte; JOHNSEN, Vibe. **Um panorama dos constrangimentos ao desenvolvimento do setor de financiamento à habitação**. [Maputo?]: Massala Consult, 2008. Disponível em [http://www.finmarktrust.org.za/documents/Moz\\_Portuguese.pdf](http://www.finmarktrust.org.za/documents/Moz_Portuguese.pdf); Acessado a 11/02/2011.

ARAÚJO, Manuel G. Mendes. Cidade de Maputo, espaços contrastantes: do urbano ao rural. In: **Finisterra**, Lisboa, n° 67-68, p.175-190, 1999. Disponível em <http://www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/1999-6768/index.html>; Acessado a 15/01/2011.

\_\_\_\_\_. Espaços urbanos em Moçambique. In: **Geosp**. São Paulo, n° 14, p. 165-182, 2003. Disponível em [http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/geosp/Geosp14/Geosp\\_14\\_intercambio1.htm](http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/geosp/Geosp14/Geosp_14_intercambio1.htm); Acessado a 15/01/2011.

ARENDT, Hannah. **Da violencia**. Brasília: UnB, 1985.

BAIA, Alexandre M. **Uma contribuição para a análise do mercado fundiário em Moçambique**. Maputo, 2001. Disponível em [http://www.sarpn.org.za/EventPapers/mozambique\\_april2002/baia\\_p/mercado\\_fundiario.pdf](http://www.sarpn.org.za/EventPapers/mozambique_april2002/baia_p/mercado_fundiario.pdf); Acessado a 06/02/2011.

\_\_\_\_\_. Economia mercantil e a urbanização: o grupo domiciliar na África Sub-sahariana. In: **Geosp.** São Paulo, nº 22, p.170-179, 2007.

\_\_\_\_\_. **Os conteúdos da urbanização em Moçambique, considerações a partir da expansão da cidade de Nampula.** São Paulo: USP, 2009. Tese de Doutorado.

BARBIERI, José C. **Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos.** São Paulo: Saraiva, 2007.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista.** Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2001.

CABAÇO, José L. **Moçambique: identidades, colonialismo e libertação.** Maputo: Marambique, 2010.

CARVALHO, Pompeu F. De; MAURO, Claudio A.; COSTA, José L. A questão ambiental demandando uma nova ordem mundial. In: SOUZA, Maria Adélia et al (org.). **Natureza e sociedade de hoje, uma leitura geográfica.** 4ed, São Paulo: Hucitec/AMPUR, 2002, p.111-118.

CHAVANE, Xavier A. Mobilidade residencial e dinâmica da pobreza na cidade de Maputo. In: **Conferencia do IESE**, 2, Maputo, 2009. Disponível em [http://www.iese.ac.mz/?\\_\\_target\\_\\_=publications\\_conference\\_papers](http://www.iese.ac.mz/?__target__=publications_conference_papers); Acessado a 15/09/2010.

COLAÇO, João C. Trabalho como política em Moçambique: do período colonial ao regime socialista. In: FRY, Peter (org.). **Moçambique ensaios.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2001, pp.91-108.

CORRÊIA, Roberto L. A periferia urbana. In: **Geosul**, nº 2, Ano I, 1986, pp.70-78.

\_\_\_\_\_. **O espaço urbano.** São Paulo: Ática, 1989.

\_\_\_\_\_. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Ina E, GOMES, Paulo C.; CORRÊA, Roberto L (org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2001, p. 15-47.

COSTA, Ana Bénard. Famílias na periferia de Luanda e Maputo: história e percursos nas estratégias atuais. In: **Lusofonia em África: História, democracia e integração africana**. Maputo, 12 a 14 de Maio de 2005.

DIAS, Leila C. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, Ina E, GOMES, Paulo C.; CORRÊA, Roberto L (org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2001, p. 141-162

FRELIMO. **Terceiro Congresso**. Maputo: Instituto do Livro e do Disco, 1978. Não paginado.

GUARDIOLA, Nicole. A aliança secreta do apartheid, Rodésia e Portugal. In: **África 21**, Brasília, n 30, p.17-25, 2009.  
Disponível em [http://www.africa21digital.com/revista\\_edicoes.kmf](http://www.africa21digital.com/revista_edicoes.kmf)  
Acessado a 05/02/2011.

HENRIQUES, Cristina; RAPOSO, Isabel. (sub) urbanidade e transformação do uso do solo na periferia de Maputo. In: **Congresso Luso-Brasileiro**, 8, Coimbra, 2004. Disponível em <http://cdh.fu.utl.pt/files/Artigo%20Suburbanidade.pdf>; Acessado a 07/12/2010.

HERNANDEZ, Hector G. Do RAND à RDA? Modernização compulsória, práticas de sociais e estratégias de mobilidade social. In: **Contexto**, n °3, p. 61-83, 2009. Disponível em <http://www.raco.cat/index.php/contextos/article/view/181198/233849>; Acessado a 07/02/2011.

LABINI, Paolo S. **Ensaio sobre as classes sociais**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.

LAGE, Luis. Produção de habitações informais: o caso de Maputo. In: CARILHO, Julio et al. **Um olhar para o habitat informal moçambicano: de Lichinga a Maputo**. Maputo: C.E.D.H., 2002, p. 69-85.

LANGA, Jânio V. Problemas na zona costeira de Moçambique com ênfase para a costa de Maputo. In: **Gestão Costeira Integrada**, n.º 7, fascículo 1, 2007. Disponível em <http://www.aprh.pt/rgci/pdf/revista7.pdf>; Acessado a 28/01/2011.

LIPHOLA, Marcelino. Utilização das línguas moçambicanas no processo eleitoral. In: MAZULA, Brazão; MACHILLI, Carlos; MAIA, Juarez de (org). **Moçambique: eleições, democracia e desenvolvimento**. Maputo: Brazão Mazula, 1995, p.277-302.

LOBATO, Alexandre. **História do presídio de Lourenço Marques I, 1782 a 1786**. Lisboa: Núcleo de Estudos Portugueses, 1949.

\_\_\_\_\_. **História do presídio de Lourenço Marques II, 1787 a 1799**. Lisboa: Núcleo de Estudos Portugueses, 1960.

LOJKINE, Jean. **O Estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

LOPES, Carlos M. A economia de Luanda e Maputo: olhares cruzados. In: OPPENHEIMER, Jochen et al (org). **Urbanização acelerada Luanda e Maputo: Impacto da guerra e transformações sócio-económicas (décadas de 80 e 90)**. Lisboa: CESA-ISEG-UTL 2002, p. 21-34.

MACAGNO, Lorenzo. O discurso colonial e a fabricação dos usos e costumes: Antonio Enes e a “Geração de 95”. In: FRY, Peter (org.). **Moçambique ensaios**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001, p.61-90.

MACHADO, Ewerton V. **Florianópolis, um lugar em tempo de globalização**. São Paulo: F.F.L.C.H./USP, 2000, Tese de doutorado.

MATSINHE, Cristiano. Biografias e heróis no imaginário nacionalista moçambicano. In: FRY, Peter (org). **Moçambique ensaios**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001, p181-223.

MATOS, Ralfo. **Periferia das grandes cidades e movimentos populacionais**. In: Cadernos Metrópole, n 13, São Paulo, Educ, 2005, p.71-105. Disponível em [http://web.observatoriodasmetropoles.net/download/cm\\_artigos/cm13\\_65.pdf](http://web.observatoriodasmetropoles.net/download/cm_artigos/cm13_65.pdf); Acessado a 05/12/2010.

MENDES, Maria C. **Maputo antes da independência: geografia de uma cidade colonial**. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1985.

MENDES, Rui; RATANJI, Dilen. A nova era do marketing na banca. In: **Percursos & Ideiais**, nº 1, 2ª série, 2009. Disponível em [http://www.iscet.pt/sites/default/files/PercursosIdeias/N\\_1/Revista2009.pdf](http://www.iscet.pt/sites/default/files/PercursosIdeias/N_1/Revista2009.pdf); Acessado a 11/02/2011.

MINTER, William. **Os contras do apartheid: as raízes da guerra em Angola e Moçambique**. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1994.

MIRANDA, Livia I. Organização socioespacial e mobilidade residencial na região metropolitana do Recife, PE. In: **Cadernos Metrópole**, São Paulo, nº12, p.123-144, 2004. Disponível em [http://web.observatoriodasmetropoles.net/download/cm\\_artigos/cm12\\_61.pdf](http://web.observatoriodasmetropoles.net/download/cm_artigos/cm12_61.pdf); Acessado a 08/02/2011.

MOÇAMBIQUE. **Decreto-Lei n° 5/76 de 5 de Fevereiro.**

\_\_\_\_\_. **Lei n° 8/79 de 3 de Julho (Lei de arrendamento).**

\_\_\_\_\_. Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural e **Lei de Terras, Lei n° 19/1997 de 1 de Outubro.**

\_\_\_\_\_. Direção dos Serviços de Planeamento Económico.  
**Moçambique: dependência económica.** Maputo: Centro de Documentação Técnico-económica, [197-?].

\_\_\_\_\_. **I Recenseamento geral da população.** [Maputo], 1983.

\_\_\_\_\_. Ministério do Plano e Finanças; Universidade Eduardo Mondlane; Instituto Internacional de Pesquisa em Políticas Alimentares.  
**Pobreza e bem-estar em Moçambique: primeira avaliação nacional 1996-97.** Maputo, 1998.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estatística. **II Recenseamento geral da População e habitação, 1997: Resultados definitivos-Cidade de Maputo.** Maputo, 1998.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **O Inquérito aos Agregados Familiar Sobre Orçamento Familiar, 2002 a 2003.**

\_\_\_\_\_. **Constituição da República, 2004.** Disponível em <http://www.mozambique.mz/pdf/constituicao.pdf>; Acessado a 05/09/2010.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **III Recenseamento geral da População e habitação-2007: cidade de Maputo.**

\_\_\_\_\_. Conselho Municipal da Cidade de Maputo. **Plano de estrutura urbana do Município de Maputo**. Maputo, 2008.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Anuário estatístico**. Maputo, 2009a.

\_\_\_\_\_. Ministério das Obras Públicas e Habitação. **Quadro ilustrativo do desenvolvimento do processo de alienação de imóveis de habitação**. Maputo: Comissão Central de Avaliação e Alienação de Imóveis de Habitação do Estado, 2009b.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Política de Habitação: Documento para Debate Público**. Maputo, 2010a.

\_\_\_\_\_. Conselho Municipal da Cidade de Maputo. **Perfil estatístico do Município de Maputo, 2007-2008**. Maputo, 2010b.

MUANAMOA, Ramos. Dinâmica do crescimento populacional no período pós-independência em Maputo. In: OPPENHEIMER, Jochen et al (org.). **Urbanização acelerada Luanda e Maputo: Impacto da guerra e transformações sócio-económicas (décadas de 80 e 90)**. Lisboa: CESA-ISEG-UTL 2002, p. 11-20.

NEGRÃO, José. **Mercado de terra urbana em Moçambique**. Maputo: Cruzeiro do Sul, 2004. Disponível em [http://www.unhabitat.org/downloads/docs/5855\\_13515\\_mercado%20de%20terras%20urbanas%20em%20mo%C3%A7ambique.pdf](http://www.unhabitat.org/downloads/docs/5855_13515_mercado%20de%20terras%20urbanas%20em%20mo%C3%A7ambique.pdf). Acessado a 02/11/2010.

NETO, José P. Mudanças globais e um Novo Mapa Mundo. In: SOUZA, Maria Adelia et al (org.). **Natureza e sociedade de hoje, uma leitura geográfica**. 4ed, São Paulo: Hucitec/AMPUR, 2002, p.105-118.

NHABINDE, Simeão A. **Desestabilização e guerra econômica no sistema ferro-portuário de Moçambique, 1980-1997**. Maputo: Livraria Universitaria-UEM, 1999.

PAIVA, Claudio Cesar. **A diáspora do capital imobiliário, sua dinâmica de valorização e a cidade no capitalismo contemporâneo: a irracionalidade em processo**. Campinas-SP: Unicamp, 2007. Tese de Doutorado. Disponível em <http://cutter.unicamp.br/document/?code=vtls000425905>; Acessado a 23/01/2011.

PAULO, Margarida; ROSARIO; Carmeliza; TVEDETEN, Inge. **Xiculungo, relações sociais da pobreza urbana em Maputo, Moçambique**. Bergen: Manchester Institute, 2007. Disponível em <http://www.cmi.no/publications/file/3395-mucupuki-relaes-sociais-da-pobreza-rural-urbana.pdf>; Acessado a 06/07/2010.

PAVIA, José F.L.Z. **Economia e Política: Moçambique e as instituições de Bretton Woods**. Lisboa: Vega, 2000.

PEREZ, Pedro. Expansión territorial, privatización y fragmentación en la configuración metropolitana de Buenos Aires. In: **Cadernos Metrópole**: São Paulo, n 13, p.47-70, 2005. Disponível em <http://web.observatoriodasmetropoles.net/download/cm/cm13.pdf>; Acessado a 19/11/2010.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **National Human Development Report 2006, Mozambique: Acting Now, Planning for the Future. The Impact of HIV & AIDS on Human Development**. Maputo, 2007.

RAIMUNDO, Inês. Mobilidade da população, pobreza e feitiçaria mo meio rural de Moçambique. In, **Economia, Política e Desenvolvimento**, Maputo, vol. 1, n°4, p.13-37, 2009.



RAPOSO, Isabel; SALVADOR, Cristina. Há diferença: ali é cidade, aqui é subúrbio, urbanidade dos bairros, tipos e estratégias de habitação em Maputo e Luanda. In: OPPENHEIMER, Jochen et al (org.).

**Urbanização acelerada Luanda e Maputo: Impacto da guerra e transformações sócio-econômicas (décadas de 80 e 90).** Lisboa: CESA-ISEG-UTL 2002, p.35-45.

RIBEIRO, Luis C. Segregação residencial e segmentação social, o efeito de vizinhança BA reprodução da pobreza nas metrópoles brasileiras. **Cadernos Metrópole**, n  13, p. 47-70, 2005.

ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil, afinal do que se trata?**. 3ed, Rio de Janeiro: FGV, 2006.

RODRIGUES, Arlete M. Novas práticas e novas matrizes discursivas? In: SOUZA, Maria Adelia et al (org). **Natureza e sociedade de hoje, uma leitura geográfica**. 4ed, São Paulo: Hucitec/AMPUR, 2002, p.118-126.

RODRIGUES, Cristina U. **Da delimita  o colonial rígida da mobilidade social às estratégias de sobrevivência e reprodu  o social diversificadas: análise das formas de dispersão e concentra  o de recursos econ  micos e sociais em Luanda e Maputo**. Lisboa, Centro de estudos Africanos, 2005.

RODRIGUES, Rui C. **A cidade da Beira, Moçambique: um ensaio histórico- sociológico urbano**. Braga: Edi  o es Interna, 1983.

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

\_\_\_\_\_. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Hucitec, 1986.

\_\_\_\_\_. O retorno do território. In: SOUZA, Maria A.; SILVEIRA, Maria L. **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. **O espaço do cidadão**. 4ed, São Paulo: Nobel, 1998a.

\_\_\_\_\_. Nação, Estado e território. In: MENDONÇA, Sonia; MOTTA, Márcia (orgs). **Nação e poder: as dimensões da história**. Niteroi: Eduff, 1998b, p.23-29.

\_\_\_\_\_. O papel ativo da Geografia, um manifesto. In: **Encontro Nacional de Geógrafos**. Florianópolis, 2000.

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço**. São Paulo: Edusp, 2009.  
SOUZA, Marcelo L. **O desafio metropolitano, um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

\_\_\_\_\_. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

SPOSITO, Eliseu. S. **Geografia e filosofia, contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: UNESP, 2004.

TIQUE, João T. **Habitação e meio ambiente: uma contribuição para a prevenção dos impactos ambientais em empreendimentos habitacionais de interesse social em Moçambique**. Roma: Università degli Studi di Roma, 2007. Tese de Doutorado.

UN HABITAT-PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ASSENTAMENTOS HUMANOS. **Perfil do setor urbano em Moçambique**. Nairobi, 2007.

VELOSO, Jacinto S. **Memórias em vôo rasante**. [Maputo?]: JVCI, 2007.

VILLAÇA, Flávio. **O que todo cidadão precisa saber sobre habitação**. São Paulo: Global, 1986. Disponível em [http://www.flaviovillaca.arq.br/pdf/cidadao\\_habita.pdf](http://www.flaviovillaca.arq.br/pdf/cidadao_habita.pdf); Acessado a 25/10/2010.

WHEELER, Douglas L. Joaquim Mouzinho de Albuquerque (1855-1902) e a política do colonialismo. In: **Análise Social**, vol. 16, nº 61-62, p 295-318, 1980. Disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223995004F4lCB5hd4Kn79QR8.pdf>; Acessado a 05/11/2010.

ZAMPARONI, Valdemir D. **Entre Narros e Mulungos, colonialismo e racismo em Lourenço Marques c.1890-1940**. São Paulo: USP, 1998. Tese de Doutorado. Disponível em <http://www.dominipublico.gov.br/download/texto/cp000276.pdf>; Acessado a 21/01/2011.

\_\_\_\_\_. **De escravo ao cozinheiro: colonialismo e racismo em Moçambique**. Salvador: EDUFBA, 2007.

## SITES CONSULTADOS

<http://www.standardbank.co.mz/pt/Particulares/Produtos-e-Servicos2/Credito-Para-Habitacao;>

[http://www.barclays.co.mz/eng/produtos\\_e\\_servicos/clientes\\_individuais/credito\\_\\_1/credito\\_habitacao;](http://www.barclays.co.mz/eng/produtos_e_servicos/clientes_individuais/credito__1/credito_habitacao;)

<http://www.millenniumbim.co.mz/CreditoHabitacao.htm;>

<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=986754>.

<http://www.ine.gov.mz/censo07>

<http://www.bci.co.mz/>

[http://www.mozambique.org.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=423&Itemid=9](http://www.mozambique.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=423&Itemid=9)

<http://www.fundinguniverse.com/company-histories/GreenPoint-Financial-Corp-Company-History.html>

<http://investing.businessweek.com/research/stocks/private/snapshot.asp?privcapId=331749>

<http://greenpointtech.com/>

<http://www.greenpunkt.com/history.html>

<http://greenpointbiz.bslogspot.com/p/where-is-greenpoint.html>